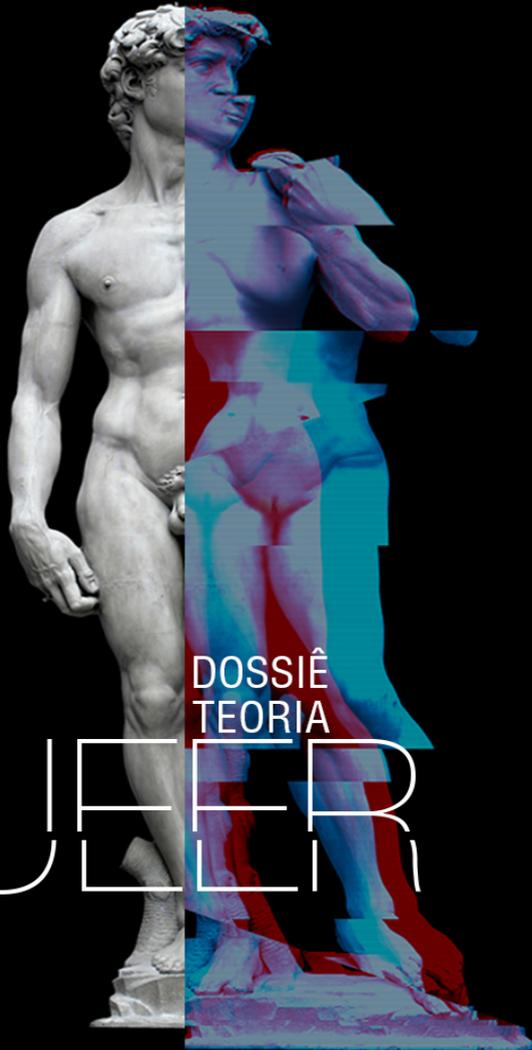




REVISTA FLORESTAN

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar



DOSSIÊ
TEORIA

QUEER

Ano 01 - Número 02 - Novembro/2014
ISSN 2357-8300

www.revistaflorestan.ufscar.br

A Revista Florestan é uma publicação semestral dos discentes de graduação em Ciências Sociais da UFSCar. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Arte da capa e folha de rosto

Guilherme Ubeda

Expediente

Coordenação Geral: Allan Wine Santos Barbosa

Coordenação de Antropologia: Estêvão Barros Chaves

Coordenação de Ciência Política: Brina Deponte Leveguen

Coordenação de Sociologia: Beatriz Schwenk

Coordenação do *Dossiê Teoria Queer*: Thiago Pereira da Silva Mazucato

Editores: Aline Vanessa Zambello, Allan Wine Santos Barbosa, Amanda Santos, Barbara Caroline Botassio, Beatriz Schwenk, Brina Deponte Leveguen, Caroline Mendes dos Santos, Estêvão Barros Chaves, Gabriela Pandeló Paiva, Guilherme de Carli, Lucas de Carvalho Ferreira, Luísa Amador Fanaro, Thiago Pereira da Silva Mazucato.

Contato

florestan.ufscar@gmail.com

Conselho Editorial

Alejandro Blanco (Universidad Nacional de Quilmes), Aparecida Villaça (UFRJ), Catarina Morawska Vianna (UFSCar), Cecília McCallum (UFBA), Clarice Cohn (UFSCar), Donna Haraway (University of California), Eduardo José Afonso (UNESP), Eduardo Viveiros de Castro (UFRJ), Felipe Ferreira Vander Velden (UFSCar), Fernando Azevedo (UFSCar), Gabriel Cohn (USP), Gabriel De Santis Feltran (UFSCar), Geraldo Andrello (UFSCar), Jessé de Souza (UFJF), João Paulo Pimenta (USP), João Rickli (UFPR), João Roberto Martins Filho (UFSCar), Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar), Larissa Pelúcio (UNESP), Luiz Henrique de Toledo (UFSCar), Manuela Carneiro da Cunha (University of Chicaco), Marcio Goldman (UFRJ), Marco Aurélio Nogueira (UNESP), Maria da Glória Bonelli (UFSCar), Maria do Socorro Braga (UFSCar), Maria Celi Scalon (UFRJ), Maria Filomena Gregori (UNICAMP), Mario Grynszpan (UFF), Miguel Chaia (PUC), Milton Lahuerta (UNESP), Pedro José Floriano Ribeiro (UFSCar), Renato Moraes (UFSCar), Richard Miskolci (UFSCar), Rodrigo Constante Martins (UFSCar), Rogério Baptistini (Mackenzie), Sérgio Costa (Freie Universität Berlin), Tim Ingold (University of Aberdeen) Vera Alves Cepêda (UFSCar), Wagner Molina (UFSCar), Wolfgang Leo Maar (UFSCar).

Diagramação

Allan Wine Santos Barbosa

Manutenção do Site

Aline Vanessa Zambello e Allan Wine Santos Barbosa

AGRADECIMENTOS

A equipe da *Revista Florestan* agradece imensamente ao Prof^o Dr^o Richard Miskolsi por sua contribuição na elaboração do Dossiê Teoria Queer, assim como à Prof^a Dr^a Larissa Pelúcio, à Prof^a Dr^a Berenice Bento, ao Prof^o Dr^o Tiago Duque e ao Dr^o Fernando Balieiro.

Estendemos nossos agradecimentos a todos os autores que submeteram seus trabalhos para a revista, bem como ao nosso Conselho Editorial, aos pareceristas *ad hoc* e aos que contribuíram à revista nos trabalhos de diagramação e organização.

Agradecemos, por fim, aos alunos de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, cujos esforços se materializam nesta revista, assim como a todos os professores do Departamento de Ciências Sociais (DCSo) e do Departamento de Sociologia (DS).

APRESENTAÇÃO

A Revista Florestan é uma publicação de iniciativa dos alunos de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. O objetivo desta é incentivar os estudantes das áreas das Ciências Sociais (e áreas afins) a publicarem suas pesquisas. Para além das três grandes áreas que compõem o núcleo duro das ciências sociais (a saber: Antropologia, Ciência Política e Sociologia) esta publicação preza tanto pelo equilíbrio entre estas áreas, que se expressa através da sua política de que todos os estudos no campo das ciências sociais são importantes, bem como aqueles das suas subáreas. E ainda outras duas áreas afins encontram espaço nesta publicação: Economia e História.

O que se pretende no fim é uma ampliação de variáveis explicativas pertencentes da complexidade do fenómeno social, no qual, as diversas perspectivas de abordagens, metodologias e objetos modelam esse caleidoscópio explicativo.

A escolha do nome da revista não foi aleatória. O referido autor, além de ser de grande importância para as Ciências Sociais no Brasil e ser também reconhecido internacionalmente, possui um significado especial para a Universidade Federal de São Carlos que conta em seu acervo com toda a biblioteca pessoal de Florestan Fernandes, bem como os seus manuscritos em forma de folhas soltas, cadernos, cadernetas, fichas, fragmentos e fotos. O arquivo Florestan Fernandes, disponível desde 1996 tem lugar especial na Biblioteca Comunitária da UFSCar.

Neste segundo número, apresentamos, na primeira parte, um dossiê sobre Teoria Queer composto por cinco artigos de estudiosos da área, buscando oferecer principalmente aos alunos de graduação em Ciências Sociais e áreas afins um panorama e introdução sobre este interessante campo de discussões. A segunda parte da edição compõe-se de artigos de tema livre enviados à revista por graduandos. As temáticas variadas dos artigos mantêm a proposta da revista em se constituir como um espaço de discussões para as diversas interfaces entre as Ciências Sociais, História, Economia, e demais áreas, propondo reflexões interessantes à formação crítica dos alunos e aos debates contemporâneos que atravessam as disciplinas.

Boa leitura a todos!

ÍNDICE

04 – Apresentação

DOSSIÊ Teoria Queer

06 – Dossiê Teoria Queer: problematizando identidades e diferenças

Thiago Mazucato

08 – Estranhando as Ciências Sociais: Notas Introdutórias Sobre Teoria Queer

Richard Miskolci

26 – Breve História Afetiva de uma Teoria Deslocada

Larissa Pelúcio

46 – O que pode uma Teoria? Estudos Transviados E A Despatologização Das Identidades Trans

Berenice Bento

67 – Corpo, Estado E Militância, Ou Sobre Aquilo Que Você Precisa Saber Antes De Começar A Ler Uma Puta Teoria

Tiago Duque

90 – Seria Carmen Miranda uma drag queen

Fernando Balieiro

ARTIGOS

116 – A Descoberta Científica Posta A Nu: A Hierarquia Dos Saberes

Danilo Mendes Piaia

133 – Que Fanon É Esse Na Teoria Cultural Contemporânea?

Erik W. B. Borda

153 – A Ação Política Em Paulo Freire: Uma Introdução Sobre O Processo De Libertação E Organização Dos Oprimidos

Gabriel Pompeo Pistelli Ferreira

174 – Estudando Jogos Digitais: Novas Perspectivas

Arthur Yoshihiro Yamada Junqueira Garcia

194 – O Que Dizem Sobre O Corpo Do Outro? Genealogia Dos Corpos Ameríndios E Sua Relação Com A Educação

Maiara Damasceno Da Silva Santana

212 – Ideologia, Organização E Voto: Apontamentos Sobre O Comportamento Dos Partidos Nos Municípios Paulistas (2000 - 2012)

Marcela Gimenes Tanaka; Jean Lucas Macedo Fernandes

237 – A Precarização Do Trabalho Docente Nas Escolas Públicas Estaduais Da Bahia

Luis Felipe Nascimento Lobo

253 – Construção Social Do Risco E Do Desastre: O Caso Das Voçorocas De São João Del-Rei, Minas Gerais

Maria Estela Ferreira; Myrlene Pereira Dos Santos; Eder Jurandir Carneiro

Dossiê Teoria Queer: problematizando identidades e diferenças

Neste **Dossiê Teoria Queer** trazemos valiosas contribuições de pesquisadores sobre o arcabouço teórico e conceitual desta importante área do saber. O artigo de Richard Miskolci, pesquisador que se tornou referência no assunto e que possui uma vasta produção sobre o mesmo, proporciona ao leitor uma introdução histórica à teoria queer (tanto no cenário internacional quanto no brasileiro) e também seus diálogos críticos com as teorias sociais, em particular com aquelas que são consideradas canônicas nas Ciências Sociais. O leitor encontrará não somente informações fundamentais e introdutórias como também uma importante fonte de recomendações bibliográficas.

O trabalho seguinte, de Larissa Pelúcio, adentra nas discussões colocadas por Miskolci, principalmente as tensões entre a academia e os movimentos sociais, no que se refere à inserção da teoria queer no Brasil, apontando para as possibilidades de se usar a “teoria como ferramenta de combate” ao apostar que “o epistemológico é político” através, principalmente, da desnaturalização das diferenças – e de como estas se tornam desigualdades. As discussões de Pelúcio apresentam as fronteiras tênues e as tensões entre as produções discursivas e as dimensões sociais e políticas da vida.

Os limites e as potencialidades de uma teoria – em particular da teoria queer – constituem o fio condutor do texto de Berenice Bento ao tratar da relação entre os corpos teóricos e a produção de sujeitos coletivos, exemplificados com as reflexões de Durkheim que polemizavam com a economia e com a psicologia. Ao tratar das ideologias de gênero, Bento diz que “nada do que se inscreveu sobre os trânsitos entre os gêneros no âmbito patologizante da clínica tinha ou tem uma gota de neutralidade científica. São valores morais e religiosos transfigurados em verdades científicas”, tendo na mira os saberes produzidos pelas ciências *médico-psi*. Neste sentido o texto de Berenice Bento também pode

ser considerado como uma reflexão conexa com as apresentadas anteriormente por Miskolci e por Pelúcio, o que fica evidente quando afirma que “um corpo teórico pode ser lido como uma máquina de guerra”. Neste texto o conceito de performance de gênero vem à tona para explicar as experiências trans.

No quarto texto deste Dossiê temos as discussões de Tiago Duque. Utilizando-se do referencial teórico queer, suas reflexões sobre “corpo, Estado e militância” traçam paralelos entre teoria e prática, com destaque especial para as tensões da aproximação entre movimentos sociais e campo governamental, por um lado, e as reflexões teóricas queer, por outro. Neste sentido torna-se de grande relevância para aqueles que desejam se aproximar dos saberes queer. A pergunta que norteia o trabalho é “quais as implicações práticas da teoria que se estuda”? Se aproximar destes saberes pode ser considerado um antídoto para os retrocessos reacionários que ressurgem constantemente como ruídos na extensa trajetória de lutas e conquistas de direitos. O último artigo deste Dossiê traz a contribuição de Fernando de Figueiredo Balieiro com suas reflexões sobre a trajetória e a recepção de Carmen Miranda no contexto brasileiro e internacional (neste último caso, em particular o ambiente norte-americano).

Além de uma apresentação geral sobre o repertório teórico e conceitual da *teoria queer* os trabalhos que compõem este dossiê permitem aos estudantes de graduação em Ciências Sociais e de áreas afins uma aproximação introdutória com pensamentos, pensadores e obras de referência para aprofundamento dos conhecimentos nesta importante área do saber que os autores deste dossiê denominam como teoria queer, teoria cu, teoria transviada ou ainda de uma puta teoria, diferentes formas de se fazer o mesmo enfrentamento não apenas no plano teórico, mas também no plano das relações sociais e políticas.

Thiago Mazucato
Sociólogo e mestrando em Ciência Política no Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar

ESTRANHANDO AS CIÊNCIAS SOCIAIS: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE TEORIA QUEER

Richard Miskolci¹

Resumo: Neste curto artigo, busco apresentar de forma didática e introdutória a vertente de pensamento conhecida como Teoria Queer e suas tensões com as teorias sociais canônicas nas Ciências Sociais. Início com uma digressão histórica sobre as origens do pensamento queer para depois voltar-me às suas críticas à teoria social hegemônica. Concluo com uma breve reflexão sobre o potencial papel político queer na recente democratização do ensino superior brasileiro.

Palavras-Chave: Teoria Queer; teoria social; ciências sociais; hegemonia heterossexual.

Há pouco mais de duas décadas, a hegemonia heterossexual passou a ser contestada como tendo delimitado por mais de um século o que compreendemos como a sociedade ou a cultura. Refiro-me à emergência, em diversos contextos nacionais, de uma vertente de pensamento que viria a ser chamada por Teresa de Lauretis, feminista italiana radicada nos Estados Unidos, de Teoria Queer. O uso de uma injúria (*queer*) dirigida a homossexuais e, em especial, a dissidentes de gênero, para denominar uma corrente de reflexão traduz o impulso insurgente que dava origem a um novo pensamento radical sobre a sexualidade.

É possível afirmar que Teoria Queer é um rótulo que busca abarcar um conjunto amplo e relativamente disperso de reflexões

¹ Departamento de Sociologia – UFSCar, e-mail: ufscar7@gmail.com, Pesquisador do CNPq.

sobre a heterossexualidade como um regime político-social que regula nossas vidas. Tratam-se de regulações sexuais e de gênero socialmente impostas que criam e mantém desigualdades de toda ordem, em especial no menor reconhecimento político e de direitos daquelas pessoas cuja sexualidade e/ou o gênero entram em desacordo com as normas sociais.

Em outras palavras, as reflexões queer afirmam que a ordem política e cultural da heterossexualidade compulsória garante os privilégios políticos, culturais e até econômicos daqueles/as que vivem dentro de suas prescrições. Tais constatações se deram em meio ao auge do período mortal da epidemia de aids, a partir de fins da década de 1980, quando ficou patente como o desejo homossexual ainda era encarado pela maioria das pessoas como uma ameaça à sociedade. A homossexualidade, que deixara de ser considerada uma doença mental em 1973, passava a ser repatologizada em termos epidemiológicos (Pelúcio e Miskolci, 2009).

Homossexuais e dissidentes de gênero passaram a ser vistos como uma ameaça contaminante à ordem social estabelecida, leia-se heterossexual, reprodutiva e assentada no modelo familiar tradicional. Tornavam-se, portanto, *queer*, abjetos, pessoas com relação às quais muitos não escondiam sentir nojo e até mesmo esperarem que fossem eliminados. Compreende-se, assim, como o uso do termo *queer* para denominar uma linha de pensamento e pesquisa foi um ato político de ressignificação da injúria. Autodenominar-se *queer* era fazer de um termo negativo e que deveria causar vergonha uma forma de combate às forças

normalizadoras cujo intuito de exclusão e até mesmo eliminação de dissidentes sexuais e de gênero era patente.

Mas no que residia a novidade do pensamento Queer emergente? Qual sua ruptura em relação aos estudos gays e lésbicos que o precederam? Por que seu alvo era a teoria social vigente e que – na maior parte – ainda é ensinada nos cursos de ciências sociais e humanas mundo afora? Para responder a essas questões é necessária uma curta digressão histórica, a partir da qual teremos elementos para compreender melhor algumas das especificidades do Queer como uma vertente teórico-conceitual, mas também política, de crítica da hegemonia heterossexual na sociedade, na política e, no que é o foco deste artigo curto e voltado para iniciantes, na teoria social.

Em termos políticos, a emergência de demandas de reconhecimento homossexual se deu na forma de movimentos organizados desde meados do século XX, portanto quase ao mesmo tempo em que, em termos científicos, intelectuais de diversas partes do mundo começaram a contestar as fontes teórico-conceituais existentes para compreender as sexualidades dissidentes. No Brasil, em 1959, José Fábio Barbosa da Silva defendeu uma dissertação de mestrado na Escola de Sociologia e Política intitulada *Aspectos Sociológicos do Homossexualismo em São Paulo*, trabalho orientado por Florestan Fernandes e cuja banca de defesa contou com Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

Em outros países surgiram pesquisas sobre o tema, mas se convencionou mencionar o artigo da socióloga britânica Mary McIntosh “The Homosexual Role” (1968) como o primeiro trabalho

a tratar a homossexualidade como construção social, portanto não mais uma condição biológica e muito menos uma patologia. O artigo saiu um ano antes da rebelião de Stonewall em Nova York, considerada um marco da criação do movimento homossexual. Na década seguinte, em diversos países, floresceriam os hoje chamados estudos gays e lésbicos, os quais buscavam compreender e analisar as vidas de pessoas não-heterossexuais.

Apesar de sua importância, os estudos gays e lésbicos constituíam estudos de minorias, portanto – talvez até contra seus interesses – conseguiam apenas confirmar a “normalidade” de gays e lésbicas sem contestar tampouco problematizar a heterossexualidade, a qual ficou em uma benéfica zona de conforto que a mantinha como a suposta ordem natural do desejo. Além disso, tinham como foco principal apenas as formas de homossexualidade socialmente menos perseguidas, a de mulheres e homens cuja performance de gênero era mais convencional e pouco ou raramente reconheceram as problemáticas de dissidentes sexuais e/ou de gênero como transexuais, travestis, entre outrxs.

As origens da Teoria Queer remontam a esse contexto, portanto ao fim da chamada Revolução Sexual, dos movimentos liberacionistas feministas e gays e do – hoje sabemos – curto período de despatologização da homossexualidade que começou com sua retirada do manual internacional de doenças mentais. No início da década de 1980, Monique Wittig analisava a mente hetero, Adrienne Rich denunciava o caráter compulsório da heterossexualidade enquanto Michel Foucault trabalhava nos volumes finais de sua história da sexualidade, quando emergiu a epidemia de aids e, com

ela, o maior pânico sexual de nossa história.

A homossexualidade deixara de ser vista como uma forma de loucura, mas passava a ser encarada como suposto vetor de contaminação coletiva. Néstor Perlongher abre seu livro *O que é aids?* (1987) afirmando que um espectro rondava o Ocidente, portanto, parafraseando Marx e Engels em *O Manifesto Comunista*, para analisar o que criava o fantasma do desejo homossexual. Seu feito nesse livro curto e certo foi compreender a epidemia em seus aspectos político-sociológicos sublinhando como a aids servia de subterfúgio para uma perseguição renovada ao desejo homossexual e um reordenamento da sexualidade sob o controle heterorreprodutivo.

Foi em meio ao refluxo conservador detonado pela epidemia que pensadores/as de diversos países desenvolveram análises inovadoras sobre a hegemonia política heterossexual. Enquanto no Brasil, em meio ao retorno à democracia, discutia-se a criação de um sistema universal de saúde e desenvolvia-se respostas públicas à epidemia que, mais tarde, resultariam em um dos melhores programas de aids do mundo, nos Estados Unidos a resposta estatal à urgência de saúde pública foi desarticulada e empreendedores morais reeditaram cruzadas anti-homossexuais.

Lá a resposta da sociedade civil foi a criação de movimentos como o ACT-UP e o Queer Nation e, ao mesmo tempo, na academia, muitos/as intelectuais passaram a refletir sobre o cenário político e cultural em que, de forma renovada e potencializada, a homossexualidade ressurgia como uma espécie de ameaça à coletividade. No Brasil, Perlongher foi uma voz quase solitária em seu radicalismo político que denunciava os intuítos biopolíticos que

ganhavam força e passavam a moldar até mesmo a área de pesquisa em sexualidade. Em muitos outros países, vozes como a de Perlongher ecoaram enquanto no contexto norte-americano chegaram a formar um conjunto mais ou menos articulado de intelectuais cujas reflexões, como já comentei, a partir de 1991 começaram a ser chamadas de Teoria Queer.

Em 1993, Perlongher nos deixou e coube a algumas feministas a manutenção de seu legado associado à recepção e ressignificação do pensamento queer emergente em outras paragens. A historiadora Karla Bessa foi uma das primeiras intelectuais brasileiras a resenhar e apresentar artigos em congressos sobre essa nova perspectiva intelectual e política. De qualquer maneira, tudo indica, o primeiro artigo brasileiro a apresentar um estado da arte sobre essa linha foi o “Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação” (2001) de Guacira Lopes Louro.²

Na década de 2000, pesquisadores de áreas do conhecimento como a sociologia, história, educação, linguística e comunicação começaram a publicar trabalhos que representavam uma ruptura com a produção sobre sexualidade que predominara em nosso país até então. Uso o termo ruptura para assinalar algumas diferenças dessa produção em relação à anterior, dentre as quais destaco um olhar mais crítico à hegemonia heterossexual e um foco menos “minoritarizante” com relação às sexualidades dissidentes, as quais, inclusive, passaram a ser expandidas para abarcar expressões

² Para uma genealogia da Teoria Queer consulte a monografia de Fernando José Benetti (2013). Além de uma possível genealogia do queer no Brasil, trata-se de excelente monografia de conclusão de curso de graduação em História. Um bom exemplo de TCC para graduandxs.

anteriormente menos reconhecidas como as transexualidades, as travestilidades, a intersexualidade, etc.

O olhar mais crítico à hegemonia heterossexual fez circular entre nós termos como heterossexismo, heteronormatividade e matriz heterossexual. De forma muito geral, heterossexismo explicita quando a heterossexualidade é tomada como um dado, pressuposta ou esperada em teorias, normas jurídicas ou mesmo em relações sociais cotidianas. Heteronormatividade se refere às normas sociais que impõem não necessariamente a heterossexualidade em si, mas seu modelo a outras relações, inclusive entre pessoas do mesmo sexo. A matriz heterossexual designa a expectativa social de que os sujeitos terão uma coerência linear entre sexo designado ao nascer, gênero, desejo e práticas sexuais. Assim, por exemplo, alguém com vagina teria que – obrigatoriamente – ser feminina, ter desejo por pessoas com pênis/masculino e ser passiva sexualmente. Sobretudo, são três conceitos queer que permitem criticar aspectos normalizadores presentes na vida social e que antes eram tidos como “naturais” ou inquestionáveis.³ Também constituem um olhar mais sociológico para a sexualidade como um dos eixos de organização política e hierarquização coletiva.

Agora, após essa digressão, temos elementos para adentrar na problemática central desse artigo: como os estudos queer têm problematizado a teoria social canônica e quais suas contribuições para a crítica da hegemonia heterossexual na produção do conhecimento sobre o que compreendemos como a sociedade ou a cultura.

³ Para definições mais precisas desses conceitos consulte Miskolci, 2012a.

A crítica queer às ciências sociais

As ciências sociais e humanas construíram seu campo de investigação, teorias e conceitos assentados na heterossexualidade. A antropologia, a ciência política e a sociologia partiram da pressuposição de que a heterossexualidade instituía os limites da vida social e do que seria possível investigar.⁴ A psicanálise, mesmo com sua noção de sujeito mais dinâmica e despatologizando o desejo homossexual criou teorias que apontam para a heterossexualidade como o desenvolvimento esperado e normal do sujeito. Em comum, ciências sociais e psicanálise partilham de uma ontologia do social baseada em um suposto tabu do incesto, o qual além de nunca ter sido efetivo, serviu para ocultar uma outra proibição primária: a do desejo homossexual.

As ciências humanas, desde fins do XIX, delimitaram o social e o psíquico como sinônimos de heterossexualidade, no fundo, uma ordem política e social fundada no desejo masculino voltado para a reprodução. Dentro desse círculo mágico sob o controle masculino e heterossexual formas de desigualdade de gênero e sexuais foram – no máximo - abordadas como questões minoritárias, ou melhor, secundárias e apenas solucionáveis sob a ótica dominante.

A Teoria Queer, bebendo nas fontes feministas e gays e lésbicas mais radicais da década de 1970 e 1980, desafiou essa

⁴ Uma análise mais detalhada e crítica do heterocentrismo das ciências sociais pode ser encontrada em Miskolci (2014).

ontologia do social trazendo ao discurso seus limites e interesses. Dentre as fontes queer destaco as que problematizaram a perseguição ao desejo homoerótico: *Le Désir Homosexuel* (O Desejo Homossexual) de Guy Hocquenghem, *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia* de Gilles Deleuze e Felix Guattari, assim como o clássico artigo “A troca de mulheres: por uma economia polícia do sexo” de Gayle Rubin. Além dessas fontes da década de 1970, foram fundamentais obras de feministas como Monique Wittig e Adrienne Rich assim como o primeiro volume de *História da Sexualidade* de Michel Foucault.

A oposição à teoria social canônica se iniciou pela crítica ao fato de que o tabu do incesto mascara a proibição histórica da homossexualidade desde o século XIX criando uma espécie de mito originário da cultura que torna a heterossexualidade inquestionável. As teorias sobre o tabu do incesto sempre se referiram a um suposto desejo do filho homem pela mãe ou, no máximo, aludindo a um possível desejo da menina pelo pai,⁵ portanto alocando a origem da cultura em uma proibição primária que regularia relações heterossexuais sob o controle masculino. Trata-se de uma ontologia do social que o heterossexualiza naturalizando relações de poder que podem ser objeto de crítica e transformação. Sobretudo, forclui dessa ontologia o desejo homossexual escondendo sua proibição primária, anterior mesmo ao suposto tabu do incesto.

⁵ Para críticas ao heterocentrismo dessas teorias consulte o artigo clássico de Gayle Rubin (1991) e as reflexões de Judith Butler (2003). Além de frágeis, tais teorias se assentam em uma compreensão da sexualidade como marcada pela repressão, aspecto refutado por Foucault em sua já clássica *História da Sexualidade: a vontade de saber* (2005).

Na perspectiva queer, a heterossexualidade não é natural e seu domínio é compreendido como tendo bases culturais e políticas, portanto, sendo baseadas em uma forma sofisticada de hegemonia social. Elementos teóricos e conceituais adequados permitem que a hegemonia hetero seja objeto de análise crítica. Em outras palavras, a sociedade ou a cultura como as conhecemos pelas teorias sociais estabelecidas delimitam os limites do pensável, mas como observou Judith Butler em *Problemas de Gênero*: “O ‘impensável’ está assim plenamente dentro da cultura, mas é plenamente excluído da cultura *dominante*.” (2013, p.117)

O impensável – leia-se uma sociedade não fundada na proibição das relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo - não está fora da cultura, antes dentro dela, apenas de forma dominada. É possível pensar de forma insurgente pelas bordas do social, na região que foi propositalmente forcluída dele e, muitas vezes, relegada até mesmo ao reino do abjeto. Emerge assim um pensamento queer, não-normalizador, uma teoria social não-heterossexista e que, portanto, reconhece a sexualidade como um dos eixos centrais das relações de poder em nossa sociedade.

Os estudos queer têm se caracterizado por criarem conhecimento por meio do abjeto, do que a sociedade considera como ameaçando sua visão idealizada sobre si própria. Nesse sentido, o abjeto vai além da sua definição psicanalítica como a esfera do que causa náusea e nojo e alcança a de um espaço-condição que problematiza versões idealizadas que se instituíram como o que a maior parte da teoria social ainda compreende como sociedade. Em suma, a Teoria Queer provê ferramentas conceituais e teóricas para

desconstruir ontologias do social e da cultura construídas em uma perspectiva masculinista e heterossexual.

Há ao menos duas características dos estudos queer que permitem compreender seu poder analítico: o método desconstrutivista e a problematização do sujeito. Enquanto as ciências sociais, em seu intuito de desnaturalizar o social, têm tido como marca – nas últimas décadas - formas variadas de construtivismo social e histórico, o pensamento queer aposta na desconstrução como meio mais afeito a esse mesmo empreendimento.

De forma muito geral, e apenas com intuítos didáticos, é possível afirmar que a despeito das boas intenções, o construtivismo social tendeu a corroborar o que buscou compreender enquanto a desconstrução parte da crítica da ordem existente para problematizá-la. Um estudo construtivista busca desnaturalizar o social mostrando que um fenômeno têm raízes históricas e é resultado de relações de poder, mas pode – ao invés de criticar o que se passa – justificar o que existe. Pesquisas em uma perspectiva desconstrutivista desnaturalizam o social partindo da crítica do que existe por meio de sua genealogia⁶.

Além disso, nas ciências sociais e humanas, a concepção de sujeito dominante é – por princípio – heterossexual. Daí a clássica divisão entre teorias da estrutura e da ação social tangenciar a problematização do próprio sujeito e sua formação. Trata-se,

⁶ Refiro-me aqui à genealogia como método assim como exposta por Foucault, a partir de suas leituras de Nietzsche. Na sociologia, um estudo clássico que trabalha em perspectiva similar é *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* de Max Weber.

também, de um sujeito pouco dinâmico em comparação ao da psicanálise, a qual, por sua vez, também é marcada por limites como uma hegemonia da perspectiva masculina sobre a psique assim como da tendência à heterossexualização do sujeito.

Na perspectiva queer, é possível reconstituir o pensamento psicanalítico por meio de uma nova topografia psíquica não-masculinista e não-heterossexista. Assim, por meio da desconstrução e uma concepção de sujeito mais sofisticada, abre-se espaço para a superação do construtivismo social assim como do histórico binarismo que marca a teoria social há mais de um século: a oposição estrutura versus ação social.

Ao menos no Brasil, onde as ciências sociais se distanciaram da psicanálise, a relação entre o social e o psíquico tendeu a permanecer uma zona cinza que impede a exploração dos contextos em que se dá a generificação e a sexualização dos sujeitos⁷, sobretudo em sua fase formativa, a qual tende a ser achatada por concepções como a de “socialização primária”. Mesmo lidando com sujeitos adultos, predominam análises baseadas em pressuposições correntes, apenas sofisticadas pela exploração de seus componentes culturais e históricos.

Felizmente, há exceções e a perspectiva queer sobre o sujeito influenciou vertentes pós-coloniais, como atesta a obra de Stuart Hall, sociólogo jamaicano radicado na Inglaterra. Em seu já clássico artigo “Quem precisa de identidade?”, Hall – baseado em Butler - desenvolve uma compreensão dos processos de identificação que

⁷ Para uma compreensão de como se dá a sexualização e generificação dos sujeitos consulte o capítulo “Proibição, Psicanálise e a produção da matriz heterossexual” em *Problemas de Gênero*.

marcam a formação – e contínua metamorfose - do sujeito. Mas deixa de explorar e analisar as consequências dessa nova concepção no que se refere à hegemonia heterossexual e masculinista na teoria, a qual tem relações históricas com processos racializadores.

Chegamos aqui a uma problemática caracteristicamente brasileira, a da intersecção sexualidade, gênero e raça. Em *O Desejo da Nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX* (2012) busquei lidar com esse eixo interseccional de maneira a explorar como nossa constituição como nação se baseou em um ideal heterorreprodutivo, o qual articulou normas de sexualidade e gênero com intuítos de racialização dos não-brancos, processo histórico e social que – ao mesmo tempo – criou a branquitude de nossas elites econômicas e políticas. Uma branquitude que alçou o homem branco e heterossexual à norma relegando mulheres e não-brancxs à subalternidade e, sobretudo, o desejo por pessoas do mesmo sexo à invisibilidade e ao abjeto. Busquei, portanto, fazer uma genealogia crítica da cultura brasileira hegemônica, algo só possível porque ela passa por abalos desde o processo de redemocratização iniciado com o fim da última ditadura militar (1964-1985).

A incorporação da Teoria Queer entre nós se iniciou – ainda que não exclusivamente – de forma mais clara, pela área da educação, portanto em uma área historicamente afeita à reflexão sobre a formação dos sujeitos. Desde Paulo Freire sabemos que a educação pode servir a intuítos emancipadores, os quais podem abranger a esfera da sexualidade e do gênero visando à desconstrução de desigualdades e injustiças. É importante a atenção crítica à educação como dispositivo normalizador, mas precisamos

reconhecer que é também uma promissora área de resistência à normalização, às práticas sociais que Teresa de Lauretis denominou de tecnologias de gênero.

A educação, assim como outros aparatos culturais e políticos, nos adentra para a “normalidade” social, sendo que a generificação esperada é um de seus pontos principais, assim como a altamente demandada heterossexualidade. Outras formas de expressão de gênero e/ou de desejo tendem a ser punidas, recusadas e até mesmo suprimidas a depender do contexto em que aparecem.

Não é mero acaso que, no Brasil, onde historicamente a população tendeu a ser vista como caso de polícia e objeto de punição, com o retorno à democracia a partir de 1985, foram a saúde e a educação os primeiros serviços conquistados pelo povo brasileiro. Em outras palavras, ainda que – historicamente – nos países centrais essas áreas tenham criado o que Michel Foucault denominou de dispositivo disciplinar, aqui, entre nós, elas tornaram-se uma conquista democrática e se disseminaram de forma diversa. Nosso alcance retardatário à saúde se deu por meio de um sistema universal que, apesar de não ser perfeito, é um dos mais justos do mundo assim como a expansão do ensino se deu mais próxima das demandas “de baixo” do que dos intuitos normalizadores “do alto”.

Talvez isso ajude a compreender porque boa parte dos estudos queer, entre nós brasileiros/as, tenha focado em demandas de reconhecimento e direitos envolvendo a educação. No atual momento em que vivemos, marcado pela institucionalização e reconhecimento das ações afirmativas, assim como de demandas políticas de sexualidades outras, temos condições ímpares para – por

exemplo - ir além da abertura do ensino superior às pessoas historicamente racializadas e/ou subalternizadas. Chegou a hora de repensar os conteúdos ensinados, os quais – infelizmente – permanecem associados na manutenção do modelo profissionalizante das classes médias brancas e heterossexuais e sua imposição para os recém-chegados no sistema universitário: os não-brancos e não-heterossexuais, “xs estranhxs”.

Uma das possíveis traduções de *queer* em português é justamente a de estranho/a, aquelx que foi socialmente classificado como anormal. Se xs estranhxs começam a adentrar na universidade, é sinal que se tornou possível voltar-se contra esse processo de rotulação e subordinação social. É chegada a hora de estranhar as forças sociais, políticas e também teóricas que até hoje mantiveram “xs estranhxs” alocadxs no desvio e na anormalidade. Chegou a hora de estranhar essas forças e, no caso daquelxs a quem se dirige este artigo e esta revista, estranhar as próprias Ciências Sociais, alargando o aprendizado acadêmico para além do estabelecido e consolidado.

Discutir a Teoria Queer nesta revista de graduação em Ciências Sociais da UFSCar, a Florestan, é um privilégio, pois permite falar diretamente a uma nova geração a quem logo caberá o desafio de lutar pela transformação dos currículos permitindo que vertentes de pensamento como a Teoria Queer ganhem espaço. O que ela traz de novo – e necessário - é uma perspectiva crítica à normalização sexual, de gênero e mesmo racial implícita em conteúdos estabelecidos, formações disciplinarizantes e baseada em um culto a teorias sociais construídas para a manutenção da

hegemonia branca e heterossexual, a mesma que criou inúmeras desigualdades e injustiças que mal começamos a enfrentar.

REFERÊNCIAS

Benetti, Fernando José. *A bicha louca está fervendo: uma reflexão sobre a emergência da Teoria Queer no Brasil (1980-2013)*. Florianópolis: UDESC, 2013. Monografia de Conclusão do Curso de História. Disponível online em: www.pergamum.udesc.br/dadosbu/000019/000019b1.pdf.

Butler, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Deleuze, Gilles e Guattari, Felix. *L'Anti-OEdipe – Capitalisme et Schizophrenie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1995.

Foucault, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2005.

Hall, Stuart. Quem precisa de identidade? In: Silva, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. P.103-133.

Hocquenghem, Guy. *El Deseo Homosexual – Con Terror Anal de Beatriz Preciado*. Barcelona: Melusina, 2009.

Louro, Guacira Lopes Louro. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: IEG-UFSC, 2001. V.9 n.2 p.541 a . Disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf> .

McIntosh, Mary. The homosexual role In: Seidman, Steven (org.) *Queer Theory/Sociology*. New York: Blackwell, 1996. p. 33-40.

Miskolci, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012.

_____. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012a.

_____. Um saber insurgente ao Sul do Equador In: *Periódicus – Revista de Estudos Indisciplinares em Gêneros e Sexualidades*. Salvador: UFBA, 2014. V.1 n.1 p. 43-67 Disponível online em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10148/7252>.

Pelúcio, Larissa e Miskolci, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes In: *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*. Rio de Janeiro: CLAM-UERJ, 2009. P.125-157. Disponível online em:

<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/29/26>.

Perlongher, Néstor. *O que é aids?* São Paulo: Brasiliense, 1987.

Rubin, Gayle. *A Troca de Mulheres: notas para uma economia-política do sexo*. Mimeo.

Weber, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

BREVE HISTÓRIA AFETIVA DE UMA TEORIA DESLOCADA

Larissa Pelúcio¹

Resumo: Neste artigo apresento alguns aspectos históricos e epistemológicos que cercaram a recepção de teoria queer no Brasil e seus desdobramentos políticos, preocupando-me, ainda, em oferecer elementos conceituais que ajudem a situar os aportes dessa proposta para estudantes de graduação, mas não apenas para esse público. O texto se divide em três momentos: (1) breve contextualização do surgimento e das propostas dos estudos queer como campo teórico de contestações relativas ao cenário político e acadêmico dos anos de 1980 nos Estados Unidos e sua chegada ao Brasil no início deste século; (2) as tensões locais entre movimento social e teoria queer, concentrando-me nos argumentos teóricos que temos acionado para apontar o potencial político desta vertente e, finalmente (3) procuro discutir as singularidades da produção teórica nacional associada ao queer, propondo uma epistemologia cucaracha para uma teoria cu, ou seja, um conjunto reflexivo que nos permita pensar para além dos limites canônicos de uma ciência de matriz heteronormativa.

Palavras-chave: teoria queer, recepção da teoria queer no Brasil, epistemologia cucaracha, teoria cu, perspectiva pós-identitária.

Corpus que importamos

“Queer”, me disse ele. Não entendi de pronto, mas insisti. Foi então que Richard Miskolci, me falou pela primeira vez de Judith Butler, abanando nas mãos uma fotocópia de *Cuerpos que Importan*. Era o ano de 2004 e eu havia iniciado o doutorado sobre o modelo

¹ Departamento de Ciências Humanas, UNESP – FAAC – Bauru.
larissapelucio@gmail.com.

preventivo de aids e a forma como ele circulava, era apreendido e resinificado por travestis que se prostituem. Interessava-me ler tudo que discutisse a partir de uma matriz não-essencialista² gênero e sexualidade. Interessava-me, sobretudo, aquelas teorias que buscavam lidar justamente com os corpos que pareciam desafiar a norma heterossexual.

Butler foi, então, uma paixão inevitável. Como toda paixão foi hiperbólica. Adorei! Odiei! Devorei! Vomitei! Fui, enfim, me familiarizando com todo um novo léxico, com um conjunto complexo de ideias torcidas e por isso mesmo desestabilizadora, mas que me levaram a pensar “para além dos limites do pensável” (Louro, 2004: s/n).

O impensável – leia-se uma sociedade não fundada na proibição das relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo - não está fora da cultura, antes dentro dela, apenas de forma dominada. É possível pensar de forma insurgente pelas bordas do social, na região que foi propositalmente forcluída dele e, muitas vezes, relegada até mesmo ao reino do abjeto. Emerge assim um pensamento queer, não-normalizador, uma teoria social não-heterossexista e que, portanto, reconhece a sexualidade como um dos eixos centrais das relações de poder em nossa sociedade. (Miskolci, 2014: 17. Neste dossiê).

A teoria queer surgiu como argumento político e contestatório ao movimento assimilacionista de gays e lésbicas

² Jeffrey Weeks assim explica esta matriz: o “essencialismo”, escreve ele, “é o ponto de vista que tenta explicar as propriedades de um todo complexo por referência a uma suposta verdade ou essência interior. Essa abordagem reduz a complexidade do mundo à suposta simplicidade imaginada de suas partes constituintes e procura explicar os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos”. (Weeks, 2010: 43)

norte-americano, mas, sobretudo de gays, aos impactos sociais da aids. O que começou como uma discussão interna no movimento, foi sendo sistematizado em linhas argumentativas que geraram um importante cabedal conceitual e teórico que desestabilizou a ideia de estudos de “minorias” e da sexualidade como um aspecto tangencial das dinâmicas sociais.

O queer, apesar de ter sido um saber formulado no Norte Global, vai ser uma resposta atrevida das pessoas marginalizadas por uma ordem regulatória dos corpos, das sexualidades e assim também das subjetividades. Uma ordem que recusa outros arranjos sexuais e de gênero que não estejam conformados a uma moralidade burguesa, medicalizada e marcadamente eurocentrada.

Mas, quando os estudos queer chegaram ao Brasil ele não entraram pela via das demandas e debates dos movimentos sociais, como nos Estados Unidos, mas pelas portas da academia. Chegaram aqui por meio da literatura dura e desafiante de Judith Butler, essa filósofa difícil de traduzir. Para compreendê-la em toda sua radicalidade era preciso sanar nossas lacunas como cientista sociais relativas a leituras de autores como Lacan e Freud; rever Lévi-Strauss e Foucault, sofrendo, mas, ao mesmo tempo se deslumbrando com o que aquela mulher extraordinária fazia com aqueles homens.

Todo um corpo conceitual passou a circular nos eventos e aparecer nos textos, até mesmo de pesquisadoras/es que tinham suas desconfianças teóricas acerca da teoria queer. Termos como “heteronormatividade”, “performatividade”, “heterossexualidade

compulsória”, “inteligibilidade de gênero” e “abjeção”³ ocupavam, a partir dos primeiros anos do novo século, fóruns políticos, arenas acadêmicas, páginas de comportados periódicos científicos.

Os estudos queer começam a ser referenciados no Brasil no mesmo momento no qual experimentávamos o fortalecimento de políticas identitárias⁴, entres estas estavam aquelas articuladas pelo então movimento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais). De maneira que uma teoria que se proclamava como não-identitária parecia potencialmente despolitizante. Não tardou para que algumas lideranças do movimento LGBT brasileiro, muitas delas formadas na militância da luta contra a aids, se pronunciassem contra “os queer”. Isto é, não era propriamente contra um conjunto de proposições teóricas, de fato, pouco lido fora do ambiente universitário, que dirigiam suas recusas e acusações, mas a determinados nomes da

³ Para uma aproximação com este léxico sugiro Miskolci & Pelúcio, 2006.

⁴ No Brasil vivemos, nos anos de 1980, com o recrudescimento da aids o esvaziamento do movimento homossexual, com forte migração dos e as ativistas para as ONGs/aids, as quais passaram a receber fomentos de organismo internacionais via Programa Nacional de DST/Aids, reverteu-se no início do século XXI. Este foi um processo complexo, atravessado por múltiplos fatores, mas para meu argumento aqui, vale sublinhar que passada a fase “heroica” da luta contra a aids, o esgotamento de recursos financeiros para aquelas ONGs, o exercício de articulação política com diferentes movimentos sociais, outras questões suscitadas pela própria dinâmica social e política do país passaram a mobilizar os ativistas em relação a demandas relativas a diretos sexuais, fortalecendo, paulatinamente, o que viria ser chamado de Movimento LGBT, mas também o movimento de mulheres e o movimento negro. Muitas das bandeiras destes foram encampadas pelo Estado, de maneira que em 2004 foi lançado o programa nacional Brasil Sem Homofobia, ligado à Secretaria de Diretos Humanos do Ministério da Justiça. Um ano antes o governo Federal criou a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPPIR/PR) cujo objetivo é diminuir a desigualdade racial no País, com ênfase para a população negra e, ainda em 2003, instituiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

academia. (Pelúcio, 2014: s/n)

Essa via de entrada mais acadêmica causou tensões, gerou (e ainda gera) debates acalorados, mas por outro lado deu uma higienizada nesse corpus teórico de caráter mais transgressivo. Até o próprio nome “queer”, que nos países de língua saxônica é uma ofensa e que soa mal aos ouvidos, aqui parecia mais um afago que uma ofensa. E isso não é uma questão menor, posto que a escolha da palavra “queer” para denominar uma teoria tratou-se de uma escolha política. Quer dizer, a ideia era transformar a injúria, as identidades ofensivas, atribuídas pelos outros em um termo de luta e combate. Eu achei isso sensacional. Mas sempre me incomodei com o queer muito acadêmico e muito urbano. Guardarei esse incômodo para outro texto, quero me concentrar um pouco mais nas traduções para estas torções.

Pensou-se em muitas traduções para o queer em países de língua espanhola e portuguesa: teoria torcida, teoria maricas, teoria da bicha louca, teoria veada, mas nenhuma “pegou”, pois não tinha a capacidade de incluir na ofensa latinizada um número vasto de estilos de vida considerados indignos pelo *mainstream* e, assim, colocados de fora do status da ciência. Aliás, as traduções carregavam consigo o lugar hegemônicos dos homens homossexuais na produção de saber sobre sexualidades não-normativas, denunciando sem intensão, que a relação entre saber/poder pode ser também reproduzida nas margens.

Inspirada em Beatriz Preciado, filósofa espanhola e um marco nas teorizações em uma perspectiva queer fora dos Estados

Unidos⁵, e no também filósofo, o francês Guy Hocquenghem, que em 1972 escreveu o seminal *El Deseo Homosexual* (cito a versão espanhola do texto), proponho, não uma tradução, mas uma apropriação antropofágica para o termo queer.

Assumir que falamos a partir das margens, das beiras pouco assépticas, dos orifícios e dos interditos fica muito mais constrangedor quando, ao invés de usarmos o polidamente sonoro queer, nos assumimos como teóricas e teóricos cu. Eu não estou fazendo um exercício de tradução dessa vertente do pensamento contemporâneo para nosso clima. Falar em uma teoria cu é acima de tudo um exercício antropofágico, de se nutrir dessas contribuições tão impressionantes de pensadoras e pensadores do chamado norte, de pensar com elas, mas também de localizar nosso lugar nessa “tradição”, porque acredito que estamos sim contribuindo para gestar esse conjunto farto desconhecimentos sobre corpos, sexualidades, desejos, biopolíticas e geopolíticas também (Pelúcio, 2014: s/n).

São inquietações que divido com outras/os teóricas/os, como o professor Pedro Paulo Pereira, que se vale das interrogações como ferramenta provocativa. “Como traduzir a expressão queer? Haveria possibilidade de o gesto político queer abrir-se para saberes-outros ou estaríamos presos dentro de um pensamento sem que nada de novo possamos propor ou vislumbrar?” (Pereira: 2013: 372). O gesto abre-se. Mas é também tolhido e criticado. Começemos pelas críticas.

⁵ Ver de Preciado: O Manifesto Contrassexual e Texto Yonk; o posfácio ao livro de Hocquenghem intitulado “El terror Anal”; além da entrevista, já traduzida para o português, concedida a Jesús Carrillo, cujas referências estão na bibliografia deste artigo.

Recusas e reclamos ou medo de perder a “identidade”

O professor e ativista reconhecido dentro do movimento LGBT no Brasil, se levanta em meio à plateia que acompanhava a mesa-redonda durante o evento promovido pelo CUS (Centro Universitário de Sexualidade), *Stonewall, 40 + e o que no Brasil*, realizado em 2010 na cidade de Salvador por Leandro Colling e Djalma Thüler, ambos da Universidade Federal da Bahia, e chama xs componentes da mesa de “racistas, homofóbicos”. Tratava-se de um evento queer, que contava com um conjunto de pessoas, entre militantes, acadêmicxs e artistas associadxs aos estudos de gênero e sexualidade e, mais acentuadamente à teoria queer. O professor, ainda de pé, é então vaiado pela plateia bastante jovem e, aparentemente mais simpática à mesa, assumidamente afinada com os estudos queer.

“O queer é bafão”⁶, comenta um aluno que está próximo a mim, parecendo se divertir com aquela cena que, para mim, era triste e desconcertante. Por que estávamos sendo colocados como inimigos do movimento social? Por que a plateia vaiou um ícone da luta pelos

⁶ A expressão deriva do termo francês “bas-fond”, que significa estar num espaço subterrâneo, equivalente ao termo inglês “underground”. Bas-fond soa como “bafon”; daí para se transformar em “bafão” pela proximidade sonora foi só uma questão de uso frequente. O termo tem diversas possibilidades de uso, todas ligadas a eventos que saem da rotina, que têm potencial para virarem fofoca ou algo que movimentam a cena onde ocorre. Significa, assim, algo inusitado; confusão; uma revelação bombástica; situação polêmica e/ou explosiva. Há pelo menos uma década o termo circula em vários ambientes, sobretudo, onde jovens não-heterossexuais se reúnem.

direitos de homossexuais no Brasil? O que incomodava tanto o professor-ativista nas falas apresentadas durante aquele evento? As respostas a estas minhas aflições viriam sistematizadas na coletânea que resultou daquele evento. Na apresentação do volume, seu organizador, Leandro Colling já começa a oferecer-nos as pistas: estávamos desafiando os limites normativos das identidades que haviam servido, até então, como mote para demanda de direitos. O queer, como pensamento crítico, se propõe justamente a desafiar as identidades, não por niilismo, e sim a fim de promover uma profunda revisão teórica e política. Questionando não os sujeitos que “encarnam” identidades, mas a ordem social e cultural que as constitui como aceitáveis e normais ou abjetas e patológicas.

Com essa proposta em mente,

[o] que a Teoria Queer faz, e vári@s pesquisador@s dessa coletânea e do CUS também fazem, é apontar os limites das políticas identitárias. Ora, há uma imensa diferença entre pontar limites, criticar determinados aspectos de certas ideias e estratégias, e ser inimig@ dessas pessoas, dos movimentos e das suas estratégias. Essa diferença precisa ser compreendida para não entrarmos em uma disputa que só nos enfraquecerá. (Colling, 2010: 09)

Apesar do risco de enfraquecimento, as recusas às propostas de uma teoria não-identitária continuam. Talvez isso se dê, justamente, porque ao apontar para as armadilhas das identidades, corremos o risco de sermos interpretados como colocando em xeque lugares duramente conquistados por alguns/algumas ativistas. E assim, os postos políticos a partir do qual obtiveram respeitabilidades

e voz. Não se trata, em absoluto, de desqualificar esses lugares, muito menos as conquistas, mas de nos valermos da teoria como ferramenta de combate, uma forma sempre dinâmica para de análise e intervenção.

Trata-se, portanto, de operar a partir da desconstrução como método capaz de nos dar pistas de como alguns discursos chegam a instituir verdades sobre comportamentos, corpos, pessoas, instituições. A desconstrução, conforme Jacques Derrida propôs, procura revelar o jogo de tensões existente na conformação dos binarismos, mostrando que muito mais que polares (por exemplo, heterossexualidade *versus* homossexualidade), os termos fazem parte de um mesmo regime discursivo que organiza e hierarquiza relações. Em outras palavras:

Ao invés de priorizar investigações sobre a construção social de identidades, estudos empíricos sobre comportamentos sexuais que levem a classificá-los ou compreendê-los, os empreendimentos queer partem de uma desconfiança com relação aos sujeitos sexuais como estáveis e foca nos processos sociais classificatórios, hierarquizadores, em suma, nas estratégias sociais normalizadoras dos comportamentos. Ao colocar em xeque as coerências e estabilidades que, no modelo construtivista, fornecem um quadro compreensível e padronizado da sexualidade, o queer revela um olhar mais afiado para os processos sociais normalizadores que criam classificações, que, por sua vez, geram a ilusão de sujeitos estáveis, identidades sociais e comportamentos coerentes e regulares. (Miskolci, 2009: 157)

Judith Butler (2003) já assinalava que as reificações de gêneros e identidades cristalizam hierarquias e alimentam relações

de poder, o que normaliza corpos e práticas, reproduzindo privilégios e exclusões. Essa normalização das identidades – e sua consequente opressão – define padrões de comportamento rejeitando as diferenças. Diferenças estas que são sempre constituídas em intersecção com outras diferenças. Lembra-nos, ainda, que essa constituição nunca é feita de maneira neutra, mas a partir de discursos que se assentam num binarismo restritivo, no falocêntrismo e na heterossexualidade compulsória. Daí as identidades serem tomada por Butler como normalizadoras, pois fixam e reificam “papéis sociais”: homem, feminino, masculino, negro, branco etc., perpetuando e reproduzindo subordinações.

Fernando Seffner, na já mencionada coletânea, preocupa-se também com o potencial normalizador das identidades, mesmo daquelas que se colocam como dissidentes e questionadoras da ordem vigente. Ele expressa assim essa reflexão:

A distância que separa a obtenção de direitos e a normalização da população LGBT é pequena, e há evidentes conexões entre esses dois movimentos. Conquistar direitos pode ser, em parte, ajustar-se à sociedade. Servir ao exército implica reconhecer que achamos legítima a necessidade de exércitos e implicitamente de guerras; casar pode estar levando a reificar esta forma de relação, no sentido de mostrar que é a única ou a melhor possível para se viver afetos e sexo; adotar filhos e constituir família pode levar a pensar que esses agrupamentos são de maior qualidade do que viver o sexo de modo livre. (Seffner, 2010: 60)

Por isso, queer significou e, creio, ainda significa, “colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier (...) Queer

representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (Louro 2001: 546).

O epistemológico é político

“Nunca as epistemologias foram tão políticas e as políticas tão epistemológicas”, disse Boaventura de Sousa Santos, em sua fala de abertura do Colóquio Epistemologias dos Sul, ocorrido em julho de 2014, em Coimbra, Portugal.

Entendo a teoria queer, cuiér, cu, cucaracha como exercício epistemológico e, portanto, com todo um potencial para a elaboração não só de novas bandeiras, mas como teoria capaz de propor um outro vocabulário, uma nova gramática que desafie as estreitezas de uma ciência que nos ensinou que para sermos levadxs a sério temos que usar os artigos no masculino. Assim, quando queremos falar de humanidade devemos nos referir ao Homem como abstração com pretensões de neutralidade. Se não o fizermos corremos o risco de ofendermos a audiência.

Isto é, a própria linguagem para falarmos e sermos ouvidas; para ser falar de coisas sérias e com pretensão de verdade, é falocêntrica. Esta escrita cheia de @, *, x, /, são formas de marcar graficamente que reconhecemos e desafiamos esses limites, por mais incômoda que a leitura se torne. O Incômodo, neste caso, é ele mesmo um gesto que se abre (retomando aqui a provocação de Pereira lançada mais atrás) para experimentos que possam nos ajudar

a fazer uma ciência verdadeiramente humana, porque plural e arejada, aberta a outros saberes, sobretudo aqueles gestados pelas pessoas que estiveram historicamente banidas do campo respeitável da academia.

Entendo que a teoria queer deve sua elaboração a um complexo processo histórico e político pelo qual “saberes sujeitados” foram se insurgindo e conquistando, a partir do segundo pós-guerra, múltiplas arenas de expressão. Para Michel Foucault, os saberes sujeitados compunham um conjunto heterogêneo de conhecimentos silenciados pelas circunstâncias históricas estabelecidas por densas relações de poder e que foram desqualificados, deslegitimados, em nome de um conhecimento verdadeiro, “em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns” (Foucault, 2005: 12-13).

Essa insurreição dos saberes subalternos foi bastante sensível no marco da produção feminista, do qual a crítica queer é tributária. Postura insurgente que exigiu das teóricas e ativistas dos movimentos feministas a criação de uma linguagem própria para fazer ciência, pois a que havia disponível as apagava como seres históricos e produtores de conhecimento. Usaram, então, seus corpos, falaram na primeira pessoa do singular, jogaram suas subjetividades no texto forjando armas agudas que cutucavam o lugar pantanoso das ciências canônicas. Assim tem sido também com a produção *queer*, que aqui estou chamando de também de *cu*, para dar a nossa marca local a estas discussões. É pelo *cu* que chego a pensar nos desafios epistemológicos do presente. Quer dizer, que quero pensar fora das dicotomias excludentes que ancoram em uma

pretensa naturalidade do corpo e neutralidade dos órgãos “verdades” que têm implicado em perpetuação de desigualdades. É por aí também que convido quem me lê a pensar. Um convite que funciona como forma de desestabilizar o lugar da cabeça como metonímia para a razão ocidental.

Berenice Bento (2010) escreveu que os feminismos, assim como o *queer*, são teorias pirotécnicas, porque nos oferecem instrumentos para o cerco, para a guerra e para o espanto. Acho que foram, sobretudo, das teorias que desafiam esses lugares de disputa, assim como das experiências que esgarçam o espartilho dos binarismos que vieram nossas inspirações e produções *cucarachas*⁷ em relação ao *queer*. Nosso espanto passa também pelas acusações que nos são dirigidas não por “fundamentalistas”, por representantes de discursos conservadores, mas quando elas vêm daqueles setores que julgamos parceiros, com os quais acreditamos estar construindo discursos qualificados para o enfrentamento às exclusões, aos autoritarismos mal disfarçados de cientificidade. Por isso, Bento não acredita na velha dicotomia “nós fazemos política, vocês fazem pesquisa”, endereçando a crítica a algumas alas do movimento LGBT que diz que sem identidade não se pode fazer política.

Mas como fazer política, como fazer ciência quando os corpos são instáveis e os desejos rizomáticos? Esta questão já vem

⁷ “Cucarachas”, baratas em espanhol, foi expressão usada muitas vezes para nomear, nos Estados Unidos, os/as imigrantes latino-americanas/os. O termo, claramente pejorativo, pode nos servir aqui da mesma maneira como o xingamento “queer” serviu aquelas/es primeiras teóricas e teóricos queer. Explico: apropriamo-nos de uma identidade imposta a fim de politizá-la e, assim, transformá-la em ferramenta de luta teórica.

ecoando desde os anos de 1960, aguçando-se na década de 1990, quando as reflexões e lutas feministas se defrontaram com demandas que interrogavam qual mulher se referiam as feministas quando levantavam suas bandeiras de luta⁸. O feminismo branco, heterossexual e de classe média foi convocado a dar essa resposta para as mulheres do então chamado terceiro mundo. Tiveram que encarar os lugares de fronteiras, onde lésbicas se uniam a mulheres transexuais, que também se assumiam lésbicas. Ali, onde negras e imigrantes, antes de serem mulheres, eram corpos subalternizados pela raça e etnia. Por isso, dizer *gay*, lésbica, travesti, transexual é dizer muito pouco. Aliás, é quase sempre ofender, muito mais do que descrever (Miskolci, 2012). Fere, quando o que queremos é problematizar esses termos. Desejamos seguir no esforço de resignificação e de politização dessas categorias. Nós ambicionamos saber como se chegou a esse vocabulário de exclusões, porque, antes de serem categorias reivindicadas, estas são identidades impostas. Assumimos que é preciso interrogar os saberes que divulgaram verdades sobre esses corpos, encapsulando subjetividades, patologizando desejos.

As experiências concretas, sobre as quais as ciências sociais e humanas se debruçam, têm apontado para a necessidade de tornarmos os termos identitários mais prismáticos, menos reducionistas. Pessoas comuns também refletem sobre suas experiências e se apropriam de termos cunhados nas lutas políticas e

⁸ Para uma discussão aprofundada destas questões relativas ao sujeito do feminismo ver Cláudia de Lima Costa, 2002.

nas reflexões acadêmicas. Talvez um exemplo etnográfico ajude a dar consistência a essas propostas aqui encetadas.

Durante os anos de 2010 e 2011 (Pelúcio e Duque, 2013), eu, juntamente com o professor e sociólogo Tiago Duque realizamos pesquisa entre jovens que não heterossexuais que frequentavam uma praça no centro de Campinas, São Paulo. Ali, na “Praça do Sucão”, conhecemos meninos femininos que se “montavam”, quer dizer, vestiam-se ocasionalmente com adereços considerados femininos; convivemos com gays muito jovens que se reconheciam como *drag-queens*, pois brincavam com o feminino a partir de experimentações múltiplas, considerando o “ser drag” como uma espécie de fase ou estágio antes de ser travesti; nos deparamos com travestis que faziam “a linha boy”, ou seja, reivindicavam para si a identidade travesti mas tinham todo um estilo próprio dos *rappers*; conhecemos travestis que estavam revendo suas experiências e considerando-se como transexuais. Toda essa fluidez nos impressionou e nos disse muito sobre as “transformações do lugar social da homossexualidade no Brasil” (França, 2010).

Por isso nos interessamos também pelos trânsitos, pelas experimentações que resultam muitas vezes em incompreensões, expressas nas dificuldades dessas e desses jovens em acharem um termo, um lugar, na difícil conciliação entre o desejo de reconhecimento e o enfrentamento das normas que procuram negar as possibilidades ontológicas destes sujeitos. (Pelúcio & Duque, 2013: 20)

Nomear essas experimentações tem sido um desafio para as

próprias pessoas que as vivenciam, uma vez que a matriz que produz esses termos, mesmo que apresente fissuras, ainda é heteronormativa, binária e, por isso, não suporta ambiguidades. Portanto, as identidades, como entendemos, podem se tornar lugares de resistência, mas também de reiteração de convenções, servindo, por vezes, para balizar as distâncias entre o “eu” e o “outro” apontado, conforme o contexto, como o verdadeiro desviante.

Sem dúvida a ênfase em políticas identitárias teve seu papel histórico incontestado para tirar as pessoas historicamente privadas do direito da ontologia – de ser e existir como sujeitos plenos – da invisibilidade. Porém, o que se discute mais recentemente, são os custos teóricos da insistência acerca dessa identidade que exigiu, de certa forma, a coerência e unidade destas identidades “dissidentes”. A questão que parece marcante nas discussões mais recentes sobre gêneros, sexualidades, raça, etnia é a desnaturalização da diferença. A própria diferença tomada, então, como categoria de análise (Brah, 2006). Refletir sobre como diferenças se tornam desigualdades exige esforços metodológicos desconstrucionistas, capazes de desnaturalizar os processos pelos quais as diferenças se tornam desigualdades.

O esforço teórico empreendido pela teoria queer, mas não exclusivamente por ela, é justamente desafiar os termos pelos quais a cultura dominante vem perpetuando diferenças enquanto desigualdade, reconhecendo que as adesões teóricas são também locais políticos capazes de instrumentalizar-nos para o bom combate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Berenice. “Política da diferença: feminismos e transexualidades” In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011. v. 1. p. 79-110. (Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040_cult9_RI.pdf)

BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 26, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100014&lng=en&nrm=iso>

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARILLO, Jesus. Entrevista com Beatriz Preciado. **Revista Poiesis**, n. 15, p. 47-71, jul. 2010. (Disponível em: http://www.cpp.panoramafestival.com/wp-content/uploads/2011/08/Poiesis-15-Entrevista_BP_Carrillo.pdf)

COLLING, Leandro. “Políticas para um Brasil Além de Stonewall”. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011. v. 1. p. 07-19. (Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040_cult9_RI.pdf)

COSTA, Claudia de Lima. “O sujeito no feminismo: revisitando os

debates”. **Cadernos pagu**, Campinas , n. 19, 2002 .

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**, São Paulo, Martins Fontes, 2005.

FRANÇA, Isadora L. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2010.

HOCQUENGHEM, Guy. **El Deseo Homosexual – Con Terror Anal de Beatriz Preciado**. Barcelona: Melusina, 2009.

LOURO, GUACIRA LOPES. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis , v. 9, n. 2, pp. 59-90, 2001 . (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n19/n19a04.pdf>)

LOURO, Guacira Lopes. “Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer”. **Labrys, estudos feministas**, agosto/dezembro, número 6. 2004.

LOURO, Guacira Lopes. “Conhecer, Pesquisar, Escrever...”. **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 25, 2007, 235-245.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. **"Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis"**. *Gênero*, Niterói: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, UFF, p. 255-267, 2006.

MISKOLCI, Richard. “A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização”. In: **Sociologias**. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2009. N.21 Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100008&lng=en&nrm=iso).

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora,. UFPO, 2ª. Ed. 2013.

MISKOLCI, Richard. Estranhando as Ciências Sociais: notas introdutórias sobre Teoria Queer. **Revista Florestan Fernandes**. Dossiê Teoria Queer, Vol. 1 no. 2, 2014, p. 08-25.

PELÚCIO, Larissa. & DUQUE, Tiago. “...Depois, Querida, Ganharemos o Mundo”: Reflexões Sobre Gênero, Sexualidade E Políticas Públicas Para Travestis Adolescentes, Meninos Femininos e Outras Variações”. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 1, jan/jun, 2013, p. 10-43

PELÚCIO, Larissa. “Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?”. **Revista Acadêmica Periódicus**, vl. 1, no. 1. 2014.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. “Queer nos trópicos. Contemporânea”. **Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 2, p. 371-394, 2012.

PRECIADO, Beatriz. **Manifiesto contrasexual**, Madrid. Opera

Prima. 2002.

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui**. Madrid. Espasa-Calpe. 2008.

PRECIADO, Beatriz. “Terror Anal: apuntes sobre los primeros días de la revolución sexual”. In HOCQUENGHEM, Guy. **El deseo homosexual**. Espanha: Ed.Melusina, S.L. 2009.

RIVAS. San Martín, Diga “queer” con la lengua afuera: Sobre las confusiones del debate latinoamericano. In: **Por un feminismo sin mujeres**. Santiago de Chile, CUDS, 2011. pp. 59-75.

SEFFNER, Fernando. “Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT”. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011. v. 1. p. 57-78. (Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040_cult9_RI.pdf)

WEEKS, Jeffrey. “O corpo e a sexualidade”. In: LOURO, Guacira (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte;. Autêntica, 3q. edição, 2010. (Disponível em: http://www.4shared.com/document/Yw9hSSKj/Guacira_Lopes_Louro_-_O_Corpo_.html?s=1)

O QUE PODE UMA TEORIA? ESTUDOS TRANSVIADOS E A DESPATOLOGIZAÇÃO DAS IDENTIDADES TRANS

Berenice Bento¹

Resumo: A partir da segunda metade do século XX um volume considerável de artigos científicos foram produzidos em torno da existência trans. Estas teorias se fundamentavam numa perspectiva patologizante destas experiências. Os estudos transviados serão os contradiscursos que irão propor uma nova interpretação para a relação entre corpo-sexualidade-gênero e irão estabelecer uma forte disputa com o *mainstream*. Apontarei que o processo de luta contra a patologização das identidades trans em curso tem como elemento discursivo estruturante uma compreensão de identidade que nega qualquer determinismo biológico.

Palavras-chave: estudos transviados, gênero, pessoas trans, despatologização.

Abstract: From the second half of the twentieth century a considerable amount of scientific papers have been produced around the trans existence. These theories were based on a pathologizing perspective of these experiences. The transviados studies will be counter-discourses that will propose a new interpretation for the relationship between body-sexuality-gender and will establish a strong dispute with the mainstream. Point out that the process of fighting the pathologizing of trans identities as ongoing structuring discursive element has an understanding of identity that denies any biological determinism.

¹ Doutora em Sociologia. Professora da UFRN. Pesquisadora do CNPq.

Key words: transviados studies, gender, transgender, depathologization.

É inegável a força que determinados corpos teóricos desempenham na produção de novos sujeitos coletivos. A estreita relação entre teoria e prática não se limita àqueles que negam a neutralidade científica. Durkheim, considerado o fundador da Sociologia, talvez tenha sido, dentro os sociólogos clássicos, o que mais estava atento aos acontecimentos de sua época. Sua importância em todo o processo de reformulação do ensino francês é um dos seus engajamentos na vida social francesa. Há dois aspectos do pensamento deste autor que merecem destaque: 1) Por um lado, foi um pensador da ordem (Aron, 2002) e termos como "desintegração social", "falta de coesão" nos relevam que a mudança só teve lugar em sua obra como algo "anômico", prejudicial à solidariedade social. 2) Ao mesmo tempo, Durkheim realizou uma disputa epistemológica com outros campos do saber ao afirmar que há determinadas ocorrências na vida social que apenas a Sociologia teria condições de propor explicações eficientes.

Na *Divisão Social do Trabalho* (2004) ele irá disputar com os economistas os significados em torno da função da divisão social do trabalho. Onde se via relações puramente mercantis, competitivas e individualistas, Durkheim encontrou elementos fundamentais para manutenção da integração social, pois quanto maior a divisão social do trabalho, afirmava o autor, maior seria o nível de dependência social. Também não podemos esquecer o seu fôlego de polemista ao

afirmar que temas pertencentes exclusivamente à Psicologia, como o suicídio, deveriam ser objeto de estudo da Sociologia.

Em *O Suicídio* (2008) vemos um pensador "invadir" os limites disciplinares de outras áreas. A Psicologia até então tinha o domínio explicativo exclusivo para as motivações que levam um sujeito a tirar a própria vida. Durkheim nos dirá que sob o rótulo geral de "suicídio" escondem-se causas diversas. A partir daí nos apresentará uma fascinante tipologia: suicídio altruísta, suicídio egoísta e suicídio anômico. O ponto de partida para construção de cada tipo não será a consciência individual, mas o meio social, pois seria aí onde estariam as explicações que levam o sujeito a cometer este ato extremo.

Começo este artigo com o exemplo do Durkheim, um autor que pouco inspira os estudos transviados², porque enxergo em sua ação de pesquisador uma fonte de estímulo para a prática científica. A disputa que os estudos transviados estão realizando com outros saberes instituídos em torno das sexualidades, gêneros e dimensões raciais, tem como efeito invadir áreas do conhecimento antes tidas como as verdadeiras porta-vozes de determinadas esferas da vida. O processo de desnaturalização das identidades de gênero e das práticas sexuais que está em curso realiza-se mediante pesquisas histórias e conjunturais a partir de múltiplos recortes temáticos e de técnicas de pesquisa.

² Estudos transviados é uma tradução cultural idiossincrática que faço para os estudos *queer* (Bento, 2009).

Nos estudos transviados os discursos médicos passam a ser analisados como engrenagens discursivas que limitam a existência da diversidade dos desejos, dos gêneros, das sexualidades ao âmbito das estruturas fixas corpóreas. E assim se estabelece uma disputa epistemológica onde o corpo passa a ser um significante com múltiplos significados, uma estrutura estruturante em permanente processo de transformação.

Os cromossomos, hormônios, estruturas cerebrais, "diferenças naturais" entre homens e mulheres, são inseridos em contextos sociais e políticos onde a própria noção de corpo natural é posta em suspeição. Questões como: O que diferencia o homem da mulher? São recolocadas em outros termos: O que é um homem e uma mulher? Para que serve este lugar de gênero? Só é mulher quem tem um útero?

A emergência de um saber em torno das existências trans³ começou a se articular em meados do século XX. Nesse momento, aconteceu algo similar ao que ocorrera com a sexualidade no século XIX: uma voracidade do saber médico/psi (psicologia, psiquiatria e psicanálise) em construir protocolos e produzir diagnósticos diferenciais da transexualidade em relação às homossexualidades. O processo de estruturação daquilo que eu nomeei de "dispositivo da transexualidade"⁴ (Bento, 2014) representou a transformação de uma

³ As expressões "pessoas trans" e "existência trans" serão utilizadas aqui como um guarda-chuva para as múltiplas vivências de gênero.

⁴ Nos centros hospitalares que atendem as pessoas trans que querem realizar as cirurgias de transgenitalização a única nomeação que existe é "transexuais".

determinada ideologia de gênero em verdade científica. Nada do que se inscreveu sobre os trânsitos entre os gêneros no âmbito patologizante da clínica tinha ou tem uma gota de neutralidade científica. São valores morais e religiosos transfigurados em verdades científicas.

Para problematizar o dispositivo da transexualidade foi necessária a organização das pessoas trans como sujeitos coletivos, com voz e força política e, ao mesmo tempo, a produção de outro corpo teórico que fosse capaz de se contrapor à suposta verdade científica que fundamentava a patologização. Um novo corpo conceitual foi acionado para interpretar dimensões da vida tidas como imutáveis, ahistóricas: performance, heteronormatividade, normas de gênero, paródia de gênero⁵, dispositivo da transexualidade, heteroTerrorismo (2012).

Nos últimos anos as minhas pesquisas estão voltadas para as dimensões de gênero e sua centralidade na sustentação do projeto de ser humano (2014a) que o Estado aciona para distribuir bens materiais e simbólicos⁶. Retomarei aqui a discussão entre real e

⁵ Para uma discussão dos estudos transviados ver: Louro (1997), Gamson (2002), Jiménez (2002), Honeychurch (1997), Bento (2014a, 2014b, 2009, 2006), Miskolci e Simões (2007), Butler (2002), Preciado (2002, 2014), Sedgwick (2002, 1999), Pereira (2014), Colling (2011).

⁶ Para uma aproximação com pesquisas que tem como referencial teórico os estudos transviados no Brasil, sugiro a consulta dos trabalhos apresentados no I Seminário Internacional Desfazendo Gênero: Cidadania, Subjetividade e Transfeminismos. Em outros eventos científicos também é possível notar uma crescente adesão teórica a este campo teórico, a exemplo do Seminário Internacional Fazendo Gênero, Congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia, ANPOCS, ABA, ABEH.

fictício, uma vez que a negação da possibilidade de conferir humanidade aos sujeitos que vivem as masculinidades e as feminilidades para além dos marcadores biológicos (pênis/vagina/seios/testosterona/cromossomos) tem na naturalização das identidades o elemento discursivo fundamental.

A noção de humanidade que nos constitui requer a categoria de gêneros e este só é reconhecível, só ganha vida e adquire inteligibilidade, segundo as normas de gênero, em corpos-homens e corpos-mulheres. Ou seja, a reivindicação última das pessoas trans é pelo reconhecimento social de sua condição humana.

Um corpo teórico pode ser lido como uma máquina de guerra. Os conceitos, suas articulações, a relação com os colaboradores da pesquisa, são ferramentas que permitem ao/a pesquisador/a propor interpretações sobre as dimensões das relações sociais sobre a qual está debruçada. Durante décadas a única referência que se dispunha para explicar os trânsitos entre os gêneros eram os construtos disponibilizados pela saber-poder médico/psi. A adesão de ativistas e acadêmicos a uma perspectiva analítica contrária à naturalização das identidades, aos binarismos identitários e à análise da economia política dos discursos médicos/psi passaram a estabelecer novas possibilidades interpretativas. O pano de fundo destas disputas, conforme discutirei, está na relação entre natureza e cultura.

Herança de gênero e “estereótipos” de gênero

A demanda das pessoas trans em serem reconhecidas como

pertencentes a um gênero diferente daquele imposto socialmente tem tido reações de todos os lados: de setores feministas, psicanalistas, psiquiatras, médicos, religiosos, políticos. O ponto de unidade entre estes estava na certeza de que a masculinidade e feminilidade são prerrogativas dos cromossomos e hormônios. Portanto, ficaria a cargo das ciências médicas "tratar" os sujeitos que padecem desta ordem de transtorno e as Ciências Sociais nada teriam a dizer. Portanto, historicamente, houve uma densa cumplicidade de outras áreas do saber ao processo de exclusão das pessoas trans e das homossexualidades da categoria "humanidade". Os estudos transviados romperão os silêncios e acordos não ditos.

Esta perspectiva teórica argumentará que a dicotomia natureza (corpo) *versus* cultura (gênero) não tem sentido, pois não existe um corpo anterior à cultura, ao contrário, ele é fabricado por tecnologias precisas. O corpo-sexuado (o corpo-homem e o corpo-mulher), que dá inteligibilidade aos gêneros, encontra nas existências trans seus próprios limites discursivos, uma vez que aqui o gênero significará o corpo, revertendo assim um dos pilares de sustentação das normas de gênero. Ao realizar tal inversão, depara-se com outra "revelação": a de que o corpo tem sido desde sempre gênero e que, portanto, não existe uma essência interior e anterior aos gêneros. Quando se problematiza a relação dicotômica e determinista entre corpo e gênero, outros níveis constitutivos da identidade também se liberam para comporem arranjos múltiplos fora do referente binário dos corpos.

As travestis, as *drag queens*, transgêneros, cross dressing, os *gays*, as lésbicas, os *drag kings*, os/as transexuais têm sido objeto de estudo e intervenção de um saber que se orienta pela medicalização das condutas. No momento em que se quebra a determinação natural das condutas também se põe em xeque o olhar que analisa os deslocamentos enquanto sintomas de identidades pervertidas, transtornadas, disfóricas e psicóticas.

A radicalização da desnaturalização das identidades, iniciada pelos estudos e pelas políticas feministas, apontará que as expressões de gênero, as sexualidades, as subjetividades só apresentam uma correspondência com o corpo quando é a heteronormatividade que orienta o olhar. No campo da patologização das experiências trans dois conceitos se articulam para negar-lhes a autodeterminação: transtorno e estereótipos de gênero, sendo o segundo mais presente nos discursos de certos feminismos.

Para Collete Chiland (1999), psicanalista francesa, uma das características dos/as pessoas trans é a reprodução dos estereótipos de gênero. Segundo ela,

El discurso de los transexuales interrogados sobre lo que es la masculinidad o la feminilidad es notablemente pobre y conformista. El discurso típico de un transexual varon biológicamente es: “me casaría, me quedaría en la casa, me ocuparía de la cocina esperando que vuelva mi marido a la casa, pasearía a mi niño (adoptado, en un landau)”. Para no encontrarse reducidas a eso, las mujeres de nuestra cultura lucharon durante decenios, incluso siglos. (1999:71)

Pode-se inferir, por essa avaliação, que as mulheres uterinas já teriam superado os estereótipos de gênero, sendo as mulheres trans as responsáveis por recordarem uma época de subordinação das mulheres. No entanto, as performances discursivas que reproduzem a idealização da mulher dona de casa, esposa fiel, mãe, não se limitam às mulheres trans.

As teses de Chiland encontram-se com as de Janice G. Raymond (1979), conhecida por contrapor-se enfaticamente aos transexuais femininos (que ela chama de transexuais masculinos), denunciando-os como um embuste, uma tentativa a mais de o poder patriarcal invadir o território feminino, chegando a sugerir que a transexualidade teria a função de liquidar a população feminina. As "mulheres naturais" deveriam, então, denunciar e resistir a essa nova forma de dominação.

Será que uma leitura culpabilizante como a que faz Chiland ou acusatória, nos termos de Raymond, seriam suficientes para explicar os complexos mecanismos de entrada no mundo do gênero identificado pelas pessoas trans? Não seria equivocado exigir que as pessoas trans sejam naturalmente subversivos/as, quando também compartilham os sistemas simbólicos socialmente significativos para os gêneros? Será que a própria experiência já não contém em si um componente subversivo, à medida que desnaturaliza as expressões de gênero? Deve-se, ao contrário, perguntar o porquê das pessoas trans se identificarem discursivamente com determinadas performances de gênero qualificadas como retrógradas, submissas.

Embora correndo o risco de cansar o/a leitor/a, ainda se deve

perguntar: o que são estereótipos de gênero? Ideias preconcebidas? Juízos resultantes de determinadas expectativas que, por sua repetição, são rotinizados como verdades? Mas todos os sujeitos sociais não atuam de acordo com determinadas expectativas e suposições que, acredita-se, são as apropriadas para o seu gênero? Qual o sentido ou mesmo a operacionalidade teórica dos "estereótipos de gênero"?

De uma forma geral, as pessoas trans quando estão no início do processo de autorreconhecimento sentem dificuldades em falar de seus conflitos porque não sabem como nomeá-los. Como explicar às pessoas que seu desejo é vivenciar a experiência do outro gênero se seu órgão genital atua subjetivamente como proibidor dessa possibilidade de trânsito? Para terem mais segurança no processo de inserção no mundo do gênero, é certo que muitos tentam reproduzir o modelo da mulher submissa e do homem viril, pondo em destaque traços identificados com as normas de gênero.

No entanto, não se pode tomar a parte como todo. Há uma multiplicidade considerável de performances de gênero. Reconhecer esta diversidade é negar quaisquer possibilidades de análises que busquem construir indicadores universais para uma experiência social e cultural como é o gênero. As identidades não são monolíticas nem coerentes como nos fazem acreditar alguns discursos psicanalíticos que constroem, assim, uma representação estereotipada das pessoas trans ao apontarem que seus discursos são "*pobres e conformistas*" (Chiland, 1999). Daí o incômodo em pensarmos em termos de "identidade de gênero das pessoas trans",

quando o que se observa nas interações do mundo da vida é uma multiplicidade de arranjos resultado do cruzamento complexo dos marcadores sociais da diferença⁷. O que significa afirmar que antes de ceder à tentação de construir modelos explicativos gerais (ou de longo alcance) o mais eficaz seria pensar as práticas dos sujeitos em contextos concretos onde classe social, religião, região, raça/etnia, geração/temporalidade, nacionalidade/espço, sexualidade e outros possíveis marcadores sociais da diferença (Brah, 2006) se articulem.

Pode-se questionar a representação das pessoas trans como um todo homogêneo, universal, monolítico, sem contradições e diferenças internas ou, o que seria o mesmo, que os níveis discursivo e prático devem ter uma correspondência, sem contradições internas, dando a impressão de que só há uma única forma de vivenciar essa experiência. Aquele que consegue se ajustar às definições e aos critérios estabelecidos pelo saber médico para um transexual, por exemplo, seria um “transexual verdadeiro”. Tal representação é construída levando em conta exclusivamente um momento da vida dessas pessoas: a consulta, dentro de um determinado campo social, o hospital. Existem conflitos entre os sistemas discursivos, conforme salientou Scott (1999), e contradições internas a cada um deles, o

⁷ Vale destacar um "escorregão discursivo" reiterado em diversos textos em relação às expressões de gênero. Quando se fala de pessoas trans, suas demandas são vinculadas à dimensão da "identidade de gênero". No entanto, quando a referência são as mulheres cromossomalmente XX ou homens XY, não se menciona "identidade", apenas "gênero". É como se os corpos inteligíveis das pessoas não trans bastasse para lhes garantir a sua existência genericada, sua pertença a um gênero. Em todos os documentos e textos relacionados à violência contra as mulheres, por exemplo, não há menção às suas identidades de gênero, apenas "gênero".

que retira o caráter transparente, óbvio, destes discursos, tornando-os mais complexos e escorregadios.

Além de relacionar a enunciação dos discursos aos campos sociais nos quais são proferidos, pode-se sugerir outra possibilidade explicativa para que se represente as pessoas trans como “reprodutores dos estereótipos de gênero” e que diz respeito à forma como entram no campo do gênero identificado. As pessoas trans foram socializados/as em instituições que as prepararam para atuar de acordo com o gênero que lhe foi atribuído. Depois de um longo período de impedimentos, começam a vivenciar experiências do gênero com o qual se identificam. Como não tiveram acesso à socialização de uma menina (para as trans femininas) ou de um menino (para os trans masculinos), tampouco vivenciaram os processos de interiorização das verdades que resultam na incorporação de uma determinada estilística dos gêneros, terão de aprendê-las.

Certas incorporações de gênero são difíceis de serem apagadas. Podemos interpretar estas permanências como heranças de gênero. Elas marcam as estilísticas corporais como uma memória atualizada nas performances generificadas, ou como citações (mesmo não desejadas) de um passado que remonta à socialização primária. A questão que se impõe, quando se autodefinem como trans, é encontrar pontos de apego socialmente aceitos para o gênero identificado. Ou seja, quais performances de gênero devo atualizar para ser aceito como membro do gênero identificado?

A busca de inserção e reconhecimento no gênero identificado é um processo subjetivamente tenso. Não basta dizer "eu sou mulher". Esta evocação linguística deve ser acompanhada de um conjunto de atos que tenham uma linha de continuidade entre este ato performático da fala e o ato de reconhecimento deste meu desejo pelo outro (Butler, 2006). A produção da abjeção, daquilo que a linguagem não alcança, está no momento em que há descontinuidade, onde não há relação social possível. Aí se instaura uma relação de abjeção onde o léxico acionado para definir o outro passa a ser "bicho esquisito", "macho-fêmea", "aberração da natureza", "monstruosidade".

Um das minhas colaboradoras (Bento, 2014) me pediu para eu ser honesta: *"Por favor, Berenice, me diga, o que tem em mim que faz com que as pessoas me olhem com nojo? O que tem em mim que lembra um homem?"* A força da socialização primária estava ali, nos gestos, na forma de cruzar as pernas. Ela fazia um esforço diário para ser reconhecida como mulher. Mas como o gênero é um processo de reconhecimento social permanente, cada olhar do Outro funcionava como uma polícia denunciando-a como uma impossibilidade. Para muitas pessoas trans, ao contrário, esta herança de gênero faz parte de sua biografia e a utilizam como elemento politizador de sua existência, demandando o direito a viver o gênero na fronteira, através de atos performáticos que borrem intencionalmente os limites binários entre os gêneros.

Não estou afirmando que existam mulheres e homens "de verdade" levando-se em conta a socialização primária. Apenas é

importante destacar que quando alguém se reconhece como uma pessoa trans, ou portanto, até determinado momento de sua vida obteve a educação de um gênero que ele/a rejeita, deverá a partir daí fazer um conjunto de movimentos para se incorporar ao novo gênero. Neste momento, são produzidos efeitos corporais e discursivos que, ao contrário de serem "estereótipos", são “paródias de gênero” (Butler, 1999).

É neste movimento de convencimento e inserção no mundo do outro gênero que a discussão do real e do fictício aparece. O “real” é identificado como a verdade, e a verdade é ditada pelos imperativos do corpo. Outra vez retomamos as perguntas: o que é um homem e uma mulher de verdade? O que é ter sentimentos femininos e masculinos? Como concluir que este ou aquele sentimento é mais ou menos feminino/masculino? Como reconhecer um/a homem/mulher de verdade?

Entre o real a o fictício: paródias de gênero

Os sujeitos constroem suas ações por suposições e expectativas. No caso do gênero, as suposições funcionam como se uma essência interior que marca a existência da mulher e do homem pudesse pôr-se a descoberto. Cada ato é uma tentativa de desvelamento dessa certeza, como se fosse “a natureza” falando em atos. Esta suposição gera um conjunto de expectativas fundamentalmente baseadas nas idealizações de uma “natureza perfeita”, como é o exemplo do “instinto materno” ou do “homem naturalmente viril e forte”. As expectativas, em articulação com as

suposições, acabam produzindo o fenômeno mesmo que antecipado (Butler, 1999), pois fazem com que os sujeitos tentem, em suas práticas, reproduzir modelos que se supõem como verdadeiros (naturais) para seu gênero ou para o gênero com o qual se identificam.

O gênero só existe na prática, na experiência, e sua realização se dá mediante reiteraões cujos conteúdos são interpretações sobre o masculino e o feminino em um jogo, muitas vezes contraditório e escorregadio, estabelecido com as normas de gênero. O ato de pôr uma roupa, escolher uma cor, acessórios, o corte de cabelo, a forma de andar, enfim, a estética e a estilística corporal, são atos que fazem o gênero, que visibilizam e estabilizam os corpos na ordem dicotomizada dos gêneros. Tanto os/as homens/mulheres biológicas se fazem na repetição de atos que se supõe sejam os mais naturais. Através da citacionalidade de uma suposta origem, pessoas trans e não trans se igualam.

Nessa perspectiva, não existe um referente natural, original para se vivenciar as performances de gênero. O original, segundo as normas de gênero, está referenciado no corpo (corpo-vagina-mulher, corpo-pênis-homem). Aí residiria a verdade dos gêneros e aqueles que constroem suas performances fora do referente biológico são interpretados como cópias mentirosas da mulher/homem de verdade. Nesse processo, os *gays*, as lésbicas, os transexuais, as travestis, a mãe “desnaturada” são excluídos daquilo que se considera humanamente normal. Para uma concepção essencializadora, essas

práticas performativas não passam de cópias burlescas das mulheres e dos homens de verdade. Segundo tal perspectiva,

No puede haber mayor tragedia ni mayor error que embarcarse en una serie de mutilaciones o interferencias en la forma del cuerpo de una persona o el balance de sus glándulas en el equivocado intento de convertirla en una parodia de algo que nunca podrá ser por mucho que lo desee. No podemos convertir a un hombre en una mujer ni a una mujer en un hombre. (Stafford-Clark *apud* King, 1998:146)

A verdade dos gêneros, no entanto, não está nos corpos; estes, inclusive, devem ser observados como efeitos de um regime que não só regula, mas cria as diferenças entre os gêneros (Laqueur, 2001). As experiências trans destacam os gestos que dão visibilidade e estabelecem o gênero através de negociações e de interpretações, na prática, do que seja um homem e uma mulher. A aparente cópia não se explica em referência a uma origem. A própria ideia de origem perde o sentido e passa-se a considerar a/o mulher/ homem de verdade também como cópia, uma vez que tem de assumir o gênero da mesma forma: através da reiteração dos atos.

Nas versões de masculinidade e feminilidade que as múltiplas expressões dos gêneros dissidentes atualizam em suas performances está o componente mimético, no sentido interpretativo que o termo mimeses enseja. Não existe uma forma mais verdadeira de ser mulher ou homem, mas configurações de práticas que se efetivam mediante interpretações negociadas com as idealizações do feminino e do masculino.

Uma derivação daqueles que analisam as vivências trans como uma imitação das “mulheres/homens de verdade” está nos que os/as qualificam como reprodutores dos estereótipos. Tal afirmação reforça, por outros caminhos, a tese de que existe uma verdade única para os gêneros e como corolário imediato, a patologização. Na aparência de uma crítica feminista, como as que fazem Chiland e Raymond, recupera-se o essencialismo.

Quando se destaca o aspecto “estereotipado” das práticas trans, por um lado se reforça a tese de que há uma verdade para os gêneros que referencia-se no corpo-sexuado. Por outro, não se problematiza as múltiplas interpretações e as práticas internas aos gêneros dissidentes sobre o masculino e o feminino, apagadas sob a rubrica genérica de “transexuais”. A patologização das experiências de gênero que estão às margens da norma, encontra aí um argumento para justificar a permanente produção de um saber que institui e posiciona as pessoas trans como sujeitos enfermos.

A pessoa trans que aparece nos documentos oficiais⁸ como um “transtornado” ou disfórico, é uma ficção e desconstruí-la significa escutar as vozes dos sujeitos que vivem essa experiência e que, em última instância, foram os grandes silenciados. Os corpos das pessoas trans e não trans são fabricados por tecnologias precisas e sofisticadas que têm como um dos mais poderosos resultados, nas subjetividades, a crença de que a determinação das identidades está inscrita em alguma parte dos corpos.

⁸ Por documentos oficiais refiro-me ao DSV-5 e ao CID-11.

O que diferencia as paródias é a legitimidade que as normas de gênero conferem a cada uma delas, instaurando, a partir daí, uma disputa discursiva e uma produção incessante de discursos sobre a legitimidade de algumas existirem e de outras serem silenciadas. Quando as pessoas trans atualizam em suas práticas interpretações do que seja um/a mulher/homem através de atos corporais materializados em cores, modelos, acessórios, gestos, o resultado é uma paródia de outra paródia, que desestabiliza a identidade naturalizada, centrada no homem e na mulher “biologicamente normais”.

Contrapondo-nos a essa visão, o que se nota é que as pesquisas que acontecem nos marcos dos estudos transviados propõem uma leitura das performances de gênero enquanto paródias, desfazendo os limites e as fronteiras que separam o natural do artificial, o real do irreal, a verdade da mentira. Se pensarmos em termos de projetos estratégicos, podemos afirmar que este campo de estudo tenciona as bases estruturais da concepção hegemônica de humanidade.

A existência trans põe em destaque aqueles atos discursivos e corporais considerados socialmente importantes para dar vida aos corpos-sexuados, ao mesmo tempo em que os desloca. Se a experiência nega a origem biológica para a explicação dos comportamentos, contraditoriamente, é a pressuposição dessa origem natural que gerará as expectativas e as suposições sobre as condutas apropriadas para os gêneros. Suas histórias interrompem a linha de continuidade e de coerência que se supõe natural entre corpo,

sexualidade e gênero, ao mesmo tempo em que apontam os limites da eficácia das normas de gênero e abrem espaços para produção de fissuras que podem, potencialmente, transformar-se em contradiscursos e libertar o gênero do corpo-sexuado.

BIBLIOGRAFIA

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: feminism and the subversion of identity**. New York/London: Routledge, 1999.

_____. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.

BENTO, Berenice. Prefácio, in: PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e Desejo: Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids**. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. **O que é transexualidade**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2012 (2a. edição).

_____. **A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Natal:EdUFRN, 2.a edição (no prelo), 2014a.

BENTO, Berenice e FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir (orgs.) **Desfazendo gênero: subjetividade, cidadania e transfeminismo**. Natal: Editora da UFRN (no prelo), 2014b.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. nº26, 2006.

COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EdUFBA, 2011.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins fontes. 2007.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **O suicídio**. São Paulo, Martin Claret, 2008.

CHILAND, Colette. **Cambio de sexo**. Madrid: Biblioteca Nueva, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

HONEYCHURCH, Kenn Gardner. La investigación de subjetividades disidentes: retorciendo los fundamentos de la teoría y la práctica. In: **Debate Feminista**. México, a.8, v.16, octubre, 1997.

JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. (org.) **Sexualidades transgresoras: una antología de estudios queer**. Barcelona: Icaria, 2002.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

RAYMOND, Janice. **The transsexual empire**. Beacon Press, 1979.
Revista CULT, Dossiê Teoria Queer, 2014.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite et alli. (orgs.) **Falas de Gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.

KING, Dave. Confusiones de gênero: concepções psicológicas y psiquiátricas sobre el travestismo y la transexualidad. In: NIETO, José Antonio. (org.) **Transexualidad, transgenerismo y cultura: antropología, identidad y género**, Madrid: Talasa Ediciones, 1998.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Teoria queer e a reinvenção dos corpos. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 27, p. 469-477, 2006.

_____. **De corpos e travessias: uma antropologia de corpos e afetos**. São Paulo: Annablume, 2014.

MISKOLCI, Richard e SIMÕES, Júlio Assis. Dossiê Sexualidades Disparatadas. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 28, 2007.

PRECIADO, Beatriz. **Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual**. Madrid: Pensamiento Opera Prima, 2002.

_____. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa, 2008.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Breast Câncer: An adventure in applied deconstruction. In: JANET, Price and SHILDRICK, Margrit. (ed.) **Feminist theory and the body: a reader**. New York: Routledge, 1999.

_____. A (queer) y ahora. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. (org.) **Sexualidades transgresoras: una antología de estudios queer**. Barcelona: Icaria, 2002.

CORPO, ESTADO E MILITÂNCIA, OU SOBRE AQUILO QUE VOCÊ PRECISA SABER ANTES DE COMEÇAR A LER UMA PUTA TEORIA

Tiago Duque¹

Resumo: Este texto discute corpo, Estado e militância em uma perspectiva teórico-política queer. A partir dessa discussão, anuncio pontos de alerta para estudantes interessados em começar a ler e estudar esta perspectiva teórica. Os apresento aqui no sentido de desconstruir críticas que ouvi em diferentes contextos acadêmicos, militantes e/ou governamentais quando me identificavam como alguém que utilizava desse referencial teórico e político.

Palavras chaves: corpo; Estado; militância; Teoria Queer.

A sala estava cheia de técnicos, gestores, pesquisadores, estudantes e militantes ligados ao campo da saúde, especialmente à área de assistência e prevenção às DST/aids do Estado de São Paulo. Foi um evento organizado, há poucos anos, com verba pública, via o Sistema Único de Saúde (SUS). Na programação havia: palestras, mesas de debates, rodas de conversas, exposições de trabalhos científicos e apresentações culturais. Na sala de atividade que me refiro aqui, apesar de ser um tema caro às Ciências Sociais no Brasil,

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do SUL – Campus Pantanal (UFMS-CPAN). Militante do Identidade – grupo de luta pela diversidade sexual. Atuou no Programa Municipal de DST/aids de Campinas/SP. E-mail: tiago.duque@ufms.br

não havia ninguém convidado como expositor que não fosse do campo médico. O segundo a falar usava mais do que o dobro do tempo que era destinado a ele. Antes, outro profissional também tinha feito o mesmo. A mediadora da mesa era uma autoridade do Governo do Estado, que não parecia incomodada com o abuso do uso do tempo. Nesses eventos não é comum alguém em cargo de alto nível de gestão mediar falas em mesas, ainda mais em uma atividade que dividia o tempo com outras que aconteciam simultaneamente, por isso, sabidamente, o que se expunha era algo tido como importante e estratégico para os interesses do Estado, mesmo não se tratando diretamente do tema aids. No final da sua fala, depois de apresentar os processos cirúrgicos para a “criação” de vaginas e pênis em corpos de pessoas diagnosticadas como transexuais, o expositor concluiu os slides – que, até então, mostravam detalhadamente, para horroriza de parte da plateia, cortes, junções, desenhos feitos diretamente sobre a genitália, sangue, veias expostas, inchaços, etc. - com uma foto de casamento, uma mulher de branco e um homem de preto, abençoados por um padre, envoltos por convidados emocionados. O público, inclusive quem presidia a mesa, aplaudiu com sorrisos acolhedores a conclusão da apresentação científica. O último slide projetado na tela enchia a sala com a imagem da “paciente” com o homem amado, ele trazia o seguinte título em destaque: “ressocialização perfeita”.

Início este texto com esse breve relato ilustrativo dos temas que pretendo discutir nas próximas páginas: corpo, Estado e militância. Essa discussão é feita, principalmente, a partir do

referencial teórico/político queer e das minhas memórias como pesquisador, militante e também com experiências no campo governamental.

Muito já foi escrito sobre essa teoria nos últimos anos, tanto fora do Brasil como por pesquisadores brasileiros. Encaro-a como Larissa Pelúcio (2014), isto é, ela é também para mim uma teoria de combate,

um espaço de luta política, uma arena de embate de ideias que procura enfrentar a naturalização de uma série de opressões. Seja evidenciando o caráter compulsório da heterossexualidade; desconstruindo binarismos que enrijecem possibilidades de transformações; politizando o desejo; ou apontando para as crueldades dos discursos hegemônicos, muitas vezes revestidas de um cientificismo que quita a humanidade de determinados seres humanos, tratando-os como abjetos (PELÚCIO, 2014, p. 74).

Por isso, o objetivo central aqui é, a partir desses temas, apresentar pontos de alerta para quem está começando a ter contato com esse tipo de referencial, e que tem experiências, ou certo interesse, na arena do movimento social ou, até mesmo, no campo governamental. Ainda que seu foco seja outro, o estritamente teórico, penso que talvez esse texto possa interessar no sentido de pensar inegáveis implicações práticas da teoria que se estuda, independentemente da sua vontade em atuar nessas arenas, mesmo porque, afinal, nós nunca temos controle seguro sobre os fluxos das teorias que nos identificamos, isto é, que lemos ou produzimos.

Corpo: lócus de articulação de relações e legitimador de princípios sobre a sociedade

Pensar o corpo a partir do referencial queer exige ir além da compreensão de um sujeito totalmente autônomo e voluntarista no que se refere às suas experiências de gênero e sexualidade, tampouco tomá-lo a partir de uma ideia de determinismo cultural, pelo qual não se vê saída (ou se reconhecem muito poucas) diante das normas e convenções. Esta análise também se distancia de noções como a ontológica separação entre corpo e mente, pois assim estaria impossibilitada de questionar as relações entre ciência, corpo e sociedade. Concebo o corpo aqui como sujeito de dinâmicas sociais, como lócus de articulação de relações e legitimador de princípios sobre a sociedade (MONTEIRO, 2012). Portanto, parto da noção de corpo como sendo algo construído, mas não apenas disso, é preciso levar em consideração os processos de significação desta construção. Em outras palavras, reconhecer que estes processos de construção dos corpos são constitutivos deles mesmos. Isto é, sigo a reflexão de Judith Butler segundo a qual “os corpos só surgem, só permanecem, só sobrevivem dentro das limitações produtivas de certos esquemas reguladores com alto grau de generalização” (2008, p. 14).

Esses “esquemas reguladores com alto grau de generalização” envolvem, simultaneamente, diferentes contextos sociais (religiosos, científicos, políticos, artísticos, governamentais, não governamentais, midiáticos, públicos, privados e até mesmo dos movimentos sociais). Nesse sentido, para saber o que são os corpos, é preciso atentar para o mundo que eles indicam estar para além

deles mesmos. É imprescindível partir desse movimento que supera os seus próprios limites, um movimento fronteiro em si mesmo (BUTLER, 2008).

Os aplausos citados no relato do início deste texto indicam muito mais do que um alívio pelo término das imagens das genitálias sujas de sangue em construção, antes, uma identificação da plateia com a ideia de “ressocialização perfeita” da última imagem: enfim, depois da refeitura do corpo, o casamento! A heteronormatividade em seu ápice: juntos, abençoados, monogâmicos e felizes para sempre. Valor tão legitimado socialmente que perpassas experiências científicas, culturais, políticas e amorosas de diferentes pessoas, inclusive daquelas presentes no referido evento, com devido apoio estatal. Essa aceitabilidade de parte do discurso científico sobre, nesse caso, a transexualidade abençoada, heterossexual, monogâmica e para sempre, revela as expectativas daquele público sobre o que Butler (2003) identificou como matriz de inteligibilidade, isto é, “sexo” biológico masculino = gênero masculino = desejo pelo sexo oposto–feminino / “sexo” biológico feminino = gênero feminino = desejo pelo sexo oposto–masculino. Em outras palavras, a identificação com aquilo que está dado como norma, como legítimo, e, até por isso, que se tem como referencial para os processos que deslegitimam, não reconhecem, desqualificam e desumanizam tantos sujeitos, inclusive, transexuais (como os que não correspondem ao perfil dos que buscam ou tem acesso aos processos cirúrgicos de construção dos genitais, ao casamento e a monogâmia).

Estado: para além das opressões

Apesar de o relato acima dar a entender, a princípio, que a reflexão aqui seguirá criticando o poder opressor do Estado, não se trata disso. O Estado não pode ser visto ingenuamente como grande vilão simplesmente, como algo a ser somente criticado pelo o que busca controlar, impedir ou negar. O Estado aqui é entendido a partir das reflexões de Fátima Lima (2014), quando se propõe a trazer para o campo do debate as tensões constitutivas que se situa na relação Estado e política queer, isto é, as formas de reinventar novas possibilidades de existência, exatamente aquilo que o Estado não quer.

Baseada em Michel Foucault, Gilles Deleuze, Pierre Castres e outros autores, ela chama a atenção para essa possibilidade porque, aqui, de uma forma absolutamente simplificada do que a autora desenvolve em seu texto, podemos pontuar: 1) o estado precisa ser compreendido a partir do seu caráter múltiplo, isto é, de suas formas singulares no exercício do poder; 2-) que, apesar disso/e exatamente por isso, há rupturas e escapes que possibilitam novas formas de ser e estar no mundo.

É nesse sentido que essa perspectiva teórica altera o foco de uma exclusiva preocupação com a limitada noção de uma possível “opressão” e “libertação” dos sujeitos, seja pelo Estado ou por outra instituição moderna, para a análise das práticas institucionais, da produção dos conhecimentos sobre a sexualidade e do modo como eles organizam a vida social. Então, o foco teórico-metodológico não é mais para a noção de opressão das diferenças (numa interpretação

estrutural de poder), nem mesmo de somatória de opressões - como muitos setores de diferentes movimentos sociais anunciam, mas para como elas são geradas, reiteradas, disciplinadas, controladas, e também para como escapam e se apresentam de formas disparatadas nas distintas relações de desigualdade.

É nesse sentido que já não cabe mais a crítica contra um Estado opressor, pura e simplesmente. Deve-se o compreendê-lo como produtor também de subjetividades que fogem do seu próprio interesse. Por exemplo, no mesmo evento, em outros momentos, o que foi visibilizado (ainda que com menor tempo para a exposição e sem a presença de autoridade governamental) foram experiências que contrapunham a referida noção aplaudida de “ressocialização perfeita”.

Dentre várias delas, destaco a do Programa Municipal de DST/aids de Campinas (SP), que em dado momento criou, produziu e divulgou, via verbas públicas, materiais educativos em conjunto com diferentes movimentos sociais. Esses processos de trabalho em parceria não só não tomavam os desejos dissidentes (como o de homens que fazem sexo com outros homens, mas não são gays) como a grande ameaça ao enfretamento à epidemia de aids, como também não reificava identidades políticas enquanto fixas ou de forma essencialista (como a de gay e lésbica). Em outras palavras, a valorização da prática, da experiência, e não necessariamente o agenciamento via uma identidade, era a estratégia central da equipe para se utilizar dos desejos em detrimento a uma classificação identitária (DUQUE, 2012).

Militância: problematizando supostas identidades fixas

A problemática das identidades tidas como fixas como estratégia política de reivindicação de reconhecimento via as políticas públicas é um tema caro aos teóricos queers, afinal, “as categorias de identidade fixas são tanto a base da opressão como do poder político” (GAMSON, 2002, p. 143). Isso ficou evidente em, pelos menos, dois processos nos quais pude analisar com ajuda desse referencial teórico-político.

Primeiro, na experiência do deslocamento de estigmas entre as categorias “Gay” e “HSH” (Homens que fazem Sexo com Homens) a partir do discurso preventivo às DST/aids no Brasil quando da criação e implementação do “Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis”. A questão principal foi compreender o porquê de os gays organizados quererem se separar da categoria HSH, sendo que eles são homens que fazem sexo com homens. Via o referencial queer, foi percebido que, ao contrário do que se dizia, isto é, que a separação era para facilitar abordagens específicas de educação em saúde para os diferentes sujeitos sociais, a separação identitária tendeu a manter os HSH fora dos espaços de decisões e poder político, especialmente daqueles de interação dos militantes com os técnicos/gestores do SUS, uma vez que os HSH não teriam representantes nesses fóruns de discussão. Esse processo se deu via à avaliação generalizante de que “os HSH não querem aparecer”, ou, pior, “são culpados pela transmissão do vírus HIV por não assumirem sua identidade gay”.

Portanto, militantes e técnicos/gestores governamentais reproduziam discursos historicamente apontados como responsáveis pela condição de estigma, e, logo, de vulnerabilidade das experiências das homossexualidades masculinas (DUQUE e PELÚCIO, 2010).

Uma suposta falta de interesse ou ausência de “consciência política” em “se assumirem” fortalece as intersecções de dispositivos que aloca os HSH em uma categoria inferiorizada àqueles supostamente empenhados no enfrentamento da epidemia e na busca por direitos: “os gays assumidos, conscientes e responsáveis”. Mas, porque não tomar os “HSH” como possivelmente mais radicais politicamente do que os próprios militantes gays e travestis que têm ocupado espaços de poder e controle social junto à estrutura governamental do enfrentamento da epidemia da aids? Como, por exemplo, os anarco-punks que circulam pela cidade de Campinas e acessam pontualmente algumas atividades de prevenção às DST/aids desenvolvidas pelo Programa Municipal de DST/aids em parceria com movimentos sociais e, em determinados contextos, mantém relacionamento com pessoas do mesmo sexo? Ou ainda aqueles outros homens, não necessariamente gays, que têm acesso a informação, inclusive nas próprias salas de atendimento em unidades de saúdes voltadas a assistência e prevenção às DST/aids, e exercem o direito de não usarem preservativos com outros homens como postura política em relações sexuais consentidas? Porque não agenciá-los pelo desejo e não por uma suposta identidade gay?

A segunda experiência diz respeito à forma como o movimento social LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e

Transexuais) se organizou para participar da I Conferência Nacional LGBT do Brasil (05 a 08 de junho de 2008, Brasília-DF), cujo tema foi: “Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de LGBT”. O Texto-Base e o Regimento foram os principais documentos que foram analisados sob a ótica queer, e o resultado foi surpreendente.

O Texto Base, entre outras coisas, se refere ao direito das pessoas se apresentarem socialmente com o “seu sentimento de pertencimento a um determinado gênero, independentemente do seu sexo biológico” (BRASIL, 2008b, p. 4). No entanto, este direito é restringido pelo artigo 28 do regimento da própria Conferência Nacional, onde se lê que a delegação a ser eleita para participar da Conferência “deverá ser composta por, no mínimo, 50% de pessoas com identidade de gênero feminina (mulheres, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis) (BRASIL, 2008a, p. 65)”. Ora, o fato da única identificação possível, segundo o regimento, ser a da identidade feminina para as “mulheres, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis”, reforça o binarismo de gênero ainda com vestígios na diferença sexual, o que contribui para manter a rejeição social relativa às pessoas com experiências que não cabem nestas normas binárias (como homens gays que se declaram como do gênero feminino, ou mesmo como mulheres lésbicas que se veem como pertencentes ao gênero masculino). Isto tende a relegá-las à abjeção, ou seja, à esfera social do estigma, do “menos humano” (BUTLER, 2003).

Mas, o que há por de traz desse essencialismo? Ou, será mesmo que esse tipo de quantificação de delegados seria uma postura anti-identitária, feminista e queer como alguns intencionalmente cogitaram? E, em que esse caso nos ajuda a pensar as tentativas de fixar e essencializar as experiências de gênero dentro do próprio movimento LGBT? A divisão binária dos delegados favoreceu a maior participação na I Conferência Nacional LGBT daqueles pertencentes à categoria político-identitária gay, reivindicação presente no Movimento Social LGBT há tempos, pelo fato destes se anunciarem como sendo a maioria dos militantes no Brasil e, por isso, se verem como injustiçados quando a divisão das vagas era feita “igualmente” entre cinco grupos político-identitário, isto é, 20% para Gays, 20% para Lésbicas, 20% para Bissexuais, 20% Travestis e 20% para Transexuais. Ainda que o Regimento favorecesse a maior participação daqueles “autorizados como femininos” (50 % no mínimo de vagas), a disputa pelas vagas dos “autorizados masculinos” era significativamente menor. Afinal, juntas, as “mulheres, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis” (as autorizadas a se declararem como femininas) são em maior número e de organização mais sistematizadas do que homens bissexuais e homens transexuais, os que possivelmente disputaram as vagas com os gays. Logo, os gays foram em maior número para a conferência do que qualquer outra categoria identitária. Assim, o que nos parece é que esta iniciativa tende a legitimar os discursos de parte do Movimento Social LGBT não hegemônico, de que os gays dominam

a arena de disputas e decisões políticas no Brasil em relação a diversidade sexual (DUQUE, 2008).

É nesse sentido que essa militância precisa ser compreendida pelo viés queer, de que, como outras instâncias sociais, reproduzem valores hegemônicos que mantém, em diferentes situações, hierarquias e opressões – no sentido de não facilitar ou priorizar acessos a espaços de deliberação política a grupos tidos como “minoritários” ou ainda mais vulneráveis, como os “HSH” ou aqueles/as dissidentes de gênero para além das categorias fixadas “das autorizados” a se declararem como femininos.

Enfim, pontos de alertas:

Feito essa reflexão, apresento alguns pontos de alerta àqueles/as interessados/as em começar a ler Teoria Queer. Os apresento aqui no sentido de desconstruir críticas que ouvi em diferentes contextos acadêmicos, militantes e/ou governamentais quando me identificavam como alguém que utilizava desse referencial teórico. Essas críticas se visibilizavam de maneira muito interessante: em espaços tidos como sendo de movimento social eu era visto como tendo “ideias muito acadêmicas”, vistas como ameaçadoras às pauta política “dos LGBTs”; em alguns espaços de atividade acadêmica e em espaços de organizações governamentais fui visto como “muito militante” por partir de uma análise situada politicamente nas críticas às identidades.

Muitas coisas mudaram desde o primeiro momento em que tive acesso ao aporte teórico queer. Minhas aproximações ao queer

se deu no início de 2007, quando ingressei no curso de mestrado em Ciências Sociais na UFSCar, sob a orientação do professor Richard Miskolci. De lá para cá, muito se produziu no Brasil, e, sendo assim, quem inicia suas aproximações ao queer hoje já tem acesso a uma produção nacional que eu não tive em um primeiro momento. Essa produção ajuda a desconstruir as críticas que foram mais fortes lá atrás, mas que têm se reproduzido ainda nos dias atuais.

A primeira crítica, e uma das mais comuns, era a de que o queer é contra as identidades, logo, contra os movimentos sociais. O alerta aqui é no sentido de reafirmar o contrário, exatamente pelo fato de o queer poder ser uma nova ferramenta teórica aos movimentos sociais, porque a identidade precisa ser defendida, mas não no sentido da fixidez ou da estratégia via generalizações a-históricas e essencialistas, tampouco no sentido de legitimar expectativas conservadoras em termos de práticas afetivo-sexuais ou até mesmo de construção corporais que impliquem necessariamente na já criticada “ressocialização perfeita”. Como já foi demonstrado nestas páginas, a desconstrução das identidades pode alargar a categoria de humano, o que me parece essencial a qualquer movimento identitário, no sentido mais complexo do termo. Além disso, se tomarmos as discussões apresentadas em relação a forma de composição dos delegados da referida Conferência, verificamos que esse aporte teórico pode, inclusive, servir criticamente para tornar as bases de organização do movimento social, neste acaso, LGBT, ainda mais potente nas transformações que se propõe a colocar em curso, afinal, dentro do próprio movimento poderíamos entender a

necessidade da equidade da participação de expressões identitárias menos visíveis (leia-se neste caso, menos reconhecida socialmente), como a de bissexuais.

Não se trata, portanto, de abandonar as identidades, mas de reivindicá-las em outros termos. Por exemplo, Joshua Gamson, refletindo sobre o queer e o Movimento identitário gay americano afirma que o queer não visa apenas rebelar-se contra a condição marginal, mas desfrutá-la. Em outras palavras, o queer “adota a etiqueta da perversidade e faz uso dela para estacar a ‘norma’ daquilo que é ‘normal’, seja heterossexual ou homossexual” (2002, p. 151). Nesse sentido, em contexto brasileiro, vale a reflexão de Fernando Seffner quando se referiu à importância de uma postura queer, não por luxo, capricho, modismo ou para simplesmente filiar-se a uma nova Teoria do conhecimento:

Faço isso para evitar os para evitar os fascismos da identidade, os fortes mecanismos da exclusão que sempre, e historicamente, acompanharam as lutas identitárias, implicando em discriminação praticada por quem até ontem era discriminado, implicando binarismos e eleição de modos mais ou menos adequados de se viver que atiraram para a margem as experimentações (2011 p.73-74).

O autor assim se posicionou quando em defesa das novas experimentações que podem estar sendo impedidas de acontecer por determinados tipos de reivindicação de direitos, que fazem com que muitos militantes LGBT (ou LGBT não militantes) queiram se sair

“bem na foto”, isto é, parecer “arrumadinho” para ser merecedor de direitos:

Conquistar direitos pode ser, em parte, ajustar-se à sociedade. Servir ao exército implica reconhecer que achamos legítima a necessidade de exércitos e implicitamente de guerras; casar pode estar levando a reificar esta forma de relação, no sentido de mostrar que é a única ou a melhor possível para se viver afetos e sexo; adotar filhos e constituir família pode levar a pensar que esses agrupamentos são de maior qualidade do que viver o sexo de modo livre (Idem, p. 60).

Assim, a Teoria Queer busca apontar e compreender os sujeitos em conflito com a ordem vigente, especialmente a que envolvem as expectativas de gênero e sexualidade. O seu compromisso político é o de evidenciar a produção de diferentes identidades não categorizáveis e a necessidade de mudar o repertório existente para que os indivíduos qualificados como menos-humanos, perseguidos, até mesmo assassinados, possam encontrar um mundo habitável e mais acolhedor (MISKOLCI e PELÚCIO, 2006).

Outro alerta é para estranhar os/as defensores/as de que, por ser algo vindo de fora, isto é, dos EUA, a perspectiva queer não serviria para as nossas análises mais locais. Há uma diversificada produção acadêmica que comprova o quanto isso não é verdade, mas o que mais me parece favorecer a crítica a esse posicionamento simplista, ingênuo e equivocado é que, a própria Ciência produzida no Brasil, e em diversos outros países, estará em risco de não ser legítima, afinal, sempre (por questões da própria história das

Ciências – não poderia ser diferente) recorremos a autores que não são locais e que vieram antes de nós. O ponto chave é a forma como fazemos isso, e em que as nossas escolhas teóricas implicam, sejam elas queer ou não. Um ótimo exemplo de o quanto há uma produção queer no Brasil bastante crítica a uma simples assimilação e reprodução de autores mais consolidados no campo queer internacional é o texto de Pedro Paulo Gomes Pereira (2012) intitulado “Queer nos trópicos”. O autor aponta que só entramos num círculo que induz à eterna repetição (periférica) de teorias (centrais) se as tomamos de maneira dissociada das realidades locais. Ele faz um exercício complexo, mas de maneira bastante didática, exemplificando a crítica acima a partir da reflexão sobre agência e corpos queers levando em consideração os casos de travestis adeptas das religiões afro-brasileiras de Santa Maria (RS).

Um terceiro alerta seria sobre o fato de muitos acreditarem que o desejo não pode ser agenciador de processos de educação em saúde ou da própria mobilização política. Primeiramente, para desconstruir essa crítica, é preciso compreender o desejo como nunca separável de “agenciamentos complexos que passam necessariamente por níveis moleculares, microformações, que moldam de antemão as posturas, as atitudes, as percepções, as antecipações, as semióticas, etc.” (DELEUZE e GUATARRI, 1996, p. 93). Em outras palavras, “O desejo é o sistema dos signos a-significantes com os quais se produz fluxos de inconscientes em um campo social.” (DELEUZE e PARNET, 1998, p. 94-95).

Parte das críticas que esta proposta – de olharmos mais para os “fluxos desejantes” e menos para as identidades – têm sofrido vem da concepção de que identidades são mais inteligíveis do que desejos, ou que se agrega e se torna compreensível mais pela identidade do que via o desejo, ou ainda, que não é possível construir políticas públicas sem identidades fixas e generalizadas, que estas seriam estrategicamente necessárias porque os desejos são mais fluidos e instáveis do que o que temos tomado como identidades. Mas, esse lugar supostamente seguro, essa fixidez estratégica, a dimensão agregadora de identificação das identidades inteligíveis não é fruto dos mesmos processos culturais normativos que nos faz conceituar o desejo com características inversas a estas? De uma forma ou de outra, corriqueiramente o que se chama, por exemplo, de identidade “gay”, “lésbica” e “bissexual” não é reiterado sempre fixando e identificando os desejos por este, aquele ou ambos os sexos? Então a proposta é fixar os desejos? Torná-los tão supostamente compreensíveis e aglutinadores como temos tentado fazer com as identidades? Seria uma pura substituição de termos? Evidentemente, o que proponho não é fixar o desejo, transformá-lo em identidade ou concebê-lo de forma estrategicamente generalizante. Tampouco é tomá-lo como mais revolucionário ou menos engendrado de normas e convenções conservadoras do que a própria identidade, basta ver o casal aplaudido no final da apresentação sobre as transformações corporais de parte das pessoas transexuais que citei no início deste texto. O desafio é não encapsular novas experiências do desejo através de nomeações (via a fórmula

das políticas da identidade) para pensarmos a mobilização política e a luta por reconhecimento, e as próprias discussões sobre prevenção às DST/aids discutidas aqui a partir do processos dos gay terem deixado de ser, em termos identitários, HSH. É necessário valorizar os “fluxos desejantes”, sem necessariamente abandonar a questão da identidade, mas buscando problematizá-la via esta noção de desejo.

Ouvi também que os pesquisadores interessados em produzir análises teóricas ou de estudos de casos, ou mesmo de resultado de pesquisas envolvendo trabalho de campo e políticas públicas, não deveriam utilizar-se dessa teoria, por ela não ser a mais adequada para o diálogo com os setores governamentais; por não ter o devido reconhecimento desses setores por ser crítica às ações do Estado. Comprovadamente, até pelo Estado ser múltiplo, e constituído por diferentes brechas, como discutido anteriormente, isso é uma inverdade. O texto citado nesse artigo contendo as análises do Texto Base e do Regimento da I Conferência Nacional LGBT foi premiado com Menção Honrosa no 4º Concurso Construindo a Igualdade de Gênero, que foi instituído em 2005 pela Secretaria de Política das Mulheres (SPM-PR), no âmbito do Programa Mulher e Ciência, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI); a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI/MEC); a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e a ONU Mulheres. Também com análise fundamentada na Teoria Queer, a minha dissertação de mestrado, que discute a experiências de travestis adolescentes, foi possível ser publicada em formato de livro via a seleção e premiação

no Concurso de apoio a projetos de promoção das manifestações culturais com temática LGBT no Estado de São Paulo, Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Estado da Cultura (DUQUE, 2011). Assim, cito esses prêmios no sentido de alertar e contrapor a ideia de que não haveria “entrada” ou diálogo possível das reflexões queer junto ao Estado. Tomo-os aqui como um pequeno sinal de que muito ainda se pode conquistar e alcançar, o que não podemos é de antemão não tentar.

Há ainda aqueles/as que apontam para uma suposta reprodução desnecessária por parte dos autores queers de uma crítica que já se faz presente em outros teóricos das Ciências Sociais. Dito de outro modo, como se o que o queer propõe não fosse nada inovador, afinal, via outros autores se chegaria às mesmas análises. Se isso pudesse ser tomado como verdade, isto é, que, baseados em não queers, se chegaria à mesma crítica social, há de se questionar o motivo pelo qual então isso não foi feito antes. Não estou afirmando, evidentemente, de que a única crítica possível é a de viés queer. Mas, o que não podemos desconsiderar é que as reflexões queers trouxeram novas análises e de diferentes efeitos ao campo da teoria social, aqui, e fora do Brasil. Assim, não se trata de reproduzir a ideia de que se tem pesquisadores identitários de um lado e anti-identitários/queers de outro, respectivamente, “amigos” e “inimigos” do movimento LGBT, mas de pensar o porque da resistências e do não reconhecimento da Teoria Queer como, entre outras, tendo uma importante contribuição para a área das ciências humanas e, claro, também para pensar militância e Estado.

A polêmica posta nos termos da suposta divisão entre “identitários” e “queers” parece ser apenas um sintoma da resistência do Movimento LGBT e de certos pesquisadores militantes à criação de um diálogo mais crítico com o Estado, ao estabelecimento de uma crítica também às pressões conformistas com o mercado e certa desconfiança com a universidade por ela ser hoje uma “competidora” pela representação política ou de demanda em uma agenda pública, o que historicamente já foi diferente (MISKOLCI, 2011).

Por tudo o que foi apontado e refletido aqui, identifico a Teoria Queer como uma puta teoria. O adjetivo “puta” aqui é pensando a partir dos seus usos múltiplos, isto é, tanto como uma teoria importante e considerável, como também imoral e disparatada para aqueles/as que se identificam com a ideia de “ressocialização perfeita” da imagem que citei no início deste texto, ou com uma ideia nada ingênua de que identidade fixa e estável ainda faz todo o sentido para pensar militância e políticas públicas, ou, ainda, que, do ponto de vista acadêmico-científico, ela não traz grandes novidades. Os/as autores citados/as aqui já mostram, assim como os/as novos/as leitores/as e estudantes dessa perspectiva teórica seguirão mostrando, o quanto ela faz todo o sentido para pensarmos temas importantes, como corpo, Estado e militância; ainda mais em tempos de conservadorismos exacerbados e interesses opressivos por manutenção de poderes sustentados por normas e convenções que precisam, com urgência, serem criticadas, desconstruídas e transformadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Regimento da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travesti e, Transexuais. In: BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília, 2008a. pp. 59-68.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília, 2008b.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos Del “sexo”*. 2º Ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.

Problemas de gênero: feminismo e subversão da realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Ed. Escuta, 1998.

_____ e GUATARRI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. v. 3, p. 83-115.

DUQUE, Tiago. *Sexualidade, gênero e abjeção: uma reflexão sobre direitos humanos e LGBTs no Brasil contemporâneo. 4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*, Brasília, 2008.

_____. *Montagens e Desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes*. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. *Transmissão, fluxos e desejos: pensando sexualidades juvenis, mídia e aids*. In: *Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia / Larissa Pelúcio ... [et al.] (organizadores)*. - Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, pp. 132-150. Disponível em:

<<http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ebook-olhares-plurais.pdf>> Acessado em 24 de jun. 2014.

_____ e PELÚCIO, Larissa. Homossexualidades, estigmas e o discurso preventivo às DST/aids no Brasil ou como os gays deixaram de ser homens que fazem sexo com homens. In: Grupo de Trabalho: homossexualidades no Brasil contemporâneo: práticas, saberes e experiências. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 9*, 2010, Florianópolis. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278094259_ARQUIVO_ST47-Duque_Pelucio-Gays.HSH.pdf> Acessado em 29 de jul. de 2014.

GAMSON, Joshua. Deben autodestruirse los movimientos identitarios? Un extraño dilema. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgresoras*. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icària editorial, 2002, pp. 141-172.

LIMA, Fátima. É possível um ESTADO* que abarque a multidão queer? Breves considerações sobre a política sexual na biopolítica contemporânea In: *Revista Periódicus* v.1, n.1, mai-out 2014, pp. 191-205. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10155/7259>> Acessado em 3 de Ago. 2014.

MISKOLCI, Richard. “Não somos, queremos – reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea” In: COLLING, Leandro (org). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: UFBA, 2011. pp 37-56. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040_cult9_RI.pdf> Acessado em 21 de jul. 2014.

_____ e PELÚCIO, Larissa. “Fora do Sujeito e Fora do Lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis”. In: *Gênero*. Niterói: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero-UFF, 2006. pp. 255-267. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/155/98>> Acessado em 1 de jul. 2014.

MONTEIRO, Marko Synésio Alves Monteiro. *Os dilemas do humano: reinventando o corpo em uma era (bio)tecnológica*. São Paulo: Annablume, 2012.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? In: *Revista Periódicus*, v.1, n.1, mai-out 2014, pp. 68-91. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10150/7254>> Acessado em 20 de jul. 2014.

PEREIRA, Pedro Paulo. Queer nos trópicos. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez 2012, pp. 371-394. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/88>> Acessado em 11 de jul. 2014.

SEFFNER, Fernando. “Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT”. In: COLLING, Leandro (org). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: UFBA, 2011. pp 57-79. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040_cult9_RI.pdf> Acessado em 21 de jul. 2014.

**SERIA CARMEN MIRANDA UMA *DRAG QUEEN*?
 UMA ANÁLISE *QUEER* DA TRAJETÓRIA E
 RECEPÇÃO DA CANTORA E *ENTERTAINER*
 BRASILEIRA**

Fernando de Figueiredo Balieiro*

A Carmen tem que deixar de ser uma exclusividade do mundo gay e também passar a pertencer ao mundo hetero. E [é o que] eu [estou] fazendo, estou tentando fazer [a minha parte]... (Ruy Castro, 2006)¹.

A figura de Carmen Miranda recorrentemente aparece em programas televisivos como a cantora de rádio mais famosa da década de 1930 no Brasil, a atriz hollywoodiana de notório sucesso e a artista com dom e talento na área da moda que criava as indumentárias exuberantes e chamativas de suas famosas baianas que fizeram sucesso pelo mundo todo. Não menos importante, é descrita

* Doutor em Sociologia pela UFSCar e pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisa Corpo, Identidades e Subjetivações na mesma universidade, desenvolveu doutorado sanduíche em Film & Digital Media na University of California, Santa Cruz e tem se dedicado a pesquisas sobre cultura, sexualidade e gênero. Durante o doutorado, sob orientação do Prof. Dr. Richard Miskolci, obteve financiamento do CNPq e CAPES (PDSE), no. 8112/12-6. E-mail: fernandofbalieiro@gmail.com.

¹ Entrevista do biógrafo e escritor Ruy Castro concedida ao programa Roda-viva da Emissora TV Cultura, disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/200/entrevistados/ruy_castro_2006.htm.

como a artista brasileira que exportou o samba mundo afora, mas que foi renegada por seu próprio público em sua carreira internacional, vítima da lógica comercial dos estúdios hollywoodianos que a fez uma latino-americana caricata que só poderia repetir fantasias excêntricas e personagens estereotipadas, levando-a supostamente ao fim de uma carreira de sucesso e à morte precoce pelo uso constante de estimulantes, calmantes e bebida alcoólica, não resistindo a um ataque cardíaco.

Divididas entre a originalidade artística e a fabricação da indústria cinematográfica, as frequentes narrativas midiáticas que se debruçam sobre a vida de Carmen Miranda não apenas não dão conta da complexidade deste ícone cultural que marcou a cultura de massas do século XX, como se esquivam da abordagem de um aspecto interessante de sua trajetória, seu apelo ao público homossexual masculino. Neste artigo, busco analisar a faceta de Carmen Miranda que "não ousa dizer seu nome", aquela que está sempre presente, mas que aparece nas bordas do conhecimento que se faz sobre a trajetória da artista. Esse adendo supostamente insignificante ou esse "incômodo pouco explicável" da recepção homossexual de um ícone nacional, como tentarei abordar, permite adentrar em reflexões epistemológicas sobre as escolhas políticas dos caminhos no desenvolvimento de uma pesquisa e suas consequências para a geração do conhecimento.

Voltando à frase inicial deste artigo, de autoria do principal biógrafo brasileiro de Carmen Miranda, Ruy Castro revela uma intenção ao escrever sobre a vida da estrela nacional, Carmen

Miranda, a de retirar uma atestada exclusividade de sua imagem associada ao "mundo gay". O vínculo supostamente não faria jus à importância da artista que mereceria ser reconhecida, antes, como uma brasileira de raro talento e sucesso, e, neste sentido, o que uma "subcultura marginal" da sociedade poderia representar diante de sua grandeza? Como desfazer o processo no qual um ícone nacional de maior importância, já muitas vezes renegado, poderia ser "reduzido" a um "ícone gay"?

Inquirido sobre o tema curioso e que insiste em rondar as histórias sobre Carmen, Ruy Castro mostra não desconhecer tal história peculiar: "essa afinidade do mundo gay para com ela já existia desde... imagino que meados dos anos 1940. Eu não creio que isso a incomodava muito. Embora... se ela achasse que a apreciação dela fosse restrita a isso, talvez ela não gostasse" (CASTRO, 2006). O escritor, como afirmou na entrevista, "fez sua parte" na biografia de sucesso que escreveu não dando atenção ao tema, na qual há apenas um parágrafo a respeito, narrando a ocasião em que Carmen teria ido ver, em um bar de San Francisco, na Califórnia, uma personificação de sua figura no palco. Sobre a fortuna crítica brasileira da artista, pouco ou nada relativo ao tema é abordado.

Ofuscada e persistente se mantém a relação entre Carmen e o público homossexual masculino desde o auge de carreira de Carmen Miranda. Em *Banana Is My Business* (1995), filme de Helena Solberg centrado na história de vida da artista brasileira, não sem razões é Erick Barreto que a interpreta em passagens ficcionais sobre sua vida, intercaladas com imagens da própria Carmen em sua vida

profissional e pessoal e depoimentos de pessoas próximas à artista. Com o nome artístico de Diana Finsk, o artista se apresentou em diversos programas televisivos na década de 1990, em performances *drag* dentre as quais se destacava sua interpretação de Carmen Miranda. A interpretação da estrela por um homem não foi um caso isolado. Como afirma o próprio Ruy Castro, a revista *Variety* em 1951 destacou que Carmen Miranda era a artista mais personificada dos Estados Unidos (CASTRO, 2005, p. 488), não foram poucos os atores masculinos que interpretavam o papel da estrela latino-americana no cinema.

Carmen Miranda teve sua carreira vinculada aos palcos, onde desempenhava suas performances com seu visual exuberante da baiana e/ou latino-americana, reinventado em cada ocasião, reforçando maneirismos com suas mãos e expressões faciais peculiares, usando indumentárias chamativas que se repetiam (paradoxalmente) de forma criativa, salientando assim o caráter imitativo de sua *persona*. Caberia a pergunta: seria Carmen Miranda, ela mesma, uma *drag queen*? Tal pergunta poderia resultar em uma negação mau humorada e peremptória ou em uma risada "provocativa", dependendo dos ouvidos de quem fosse questionado. Como tentarei mostrar, Carmen Miranda é de tal ou qual maneira dependendo dos olhos de quem a vê. Não se trata de desvincular a artista do contexto e da ordem simbólica da qual pertencia, mas de ressaltar a forma complexa e não unívoca da produção de significados na cultura de massas, bem como as relações entre cultura e experiência social.

A proposta deste artigo é discutir quais olhos interessam ou não na leitura das performances de Carmen Miranda, dando atenção aos olhares que estão ausentes de sua fortuna crítica nacional. A literatura acadêmica brasileira que se debruça sobre a trajetória de Carmen deixa passar uma história curiosa que aconteceu durante sua carreira internacional que ocorria em concomitância com a Segunda Guerra Mundial. Carmen Miranda era personificada por diversos soldados em bases militares em shows que se faziam para o divertimento e integração das tropas, muitas vezes apresentados para um público mais abrangente. Em meio a uma instituição que impunha rígidos valores de uma masculinidade viril e heterossexual como norma, tais shows eram uma forma na qual a homossexualidade poderia ser expressa, ainda que a partir de uma linguagem codificada entre pares e de forma não explícita. A incorporação de Carmen Miranda era recorrente, segundo um antigo soldado revelou em entrevista, transformando-a desde então em uma forma de transgressão de gênero:

A experiência civil de Fleisher como um costureiro em Manhattan caiu como uma luva no campo Hulen. “Não havia uma mulher no show”, ele explicou. Nós fizemos todas nossas roupas e cenários”. Alguns companheiros decidiram fazer a parte de imitação do sexo feminino, e Fleisher se tornou uma estrela. “Eu nunca me montei como drag na minha vida até então, mas lá eu fui a encarnação de Carmen Miranda! Eles me chamavam de "Carmelita Ack-Ack", porque a artilharia soava como ack-ack. Nós arrebatávamos! O lugar desmornava. Eu sambava em uma fantasia

bizarra de miçangas vermelhas, amarelas e verdes e algum tecido e com frutas colocadas em cima de minha cabeça. Isso deve ter acontecido em todos os campos dos Estados Unidos. (BÉRUBÉ, 1990, p. 67, *tradução minha*)².

Um dos soldados do período, e que descobri fotos em décadas posteriores na qual se revelava como *drag queen*, Sasha Brastoff ficou reconhecido por sua imitação da artista brasileira a ponto de aparecer em muitos veículos da imprensa escrita norte-americana e ser contratado para reproduzir sua interpretação em um filme, *Winged Victory* (1944). Conforme pretendo abordar, estes exemplos da relação especial que se estabeleceu entre Carmen Miranda e o público homossexual masculino nos revelam uma faceta fundamental para se compreender aspectos cruciais do agenciamento

² Allan Bérubé (1990) demonstra em seu livro *Coming out under fire* como nas bases e campos masculinos, com a falta de mulheres, homens faziam não apenas serviços tidos como femininos, como as interpretavam nos palcos. *Blueprint Specials* era uma revista publicada e distribuída pelo exército, na qual se incluíam homens vestidos de mulheres, sendo muitos inspirados nos modelos de Carmen Miranda. A recepção predominante na mídia e nas forças armadas, dentro uma ótica *mainstream*, interpretava tais espetáculos como humorísticos, compondo a estratégia de promover entretenimento, elevar a moral e a integração necessária aos soldados (BÉRUBÉ, 1990). Nesta visão tradicional, os descompassos na performance da feminilidade por homens, os contrastes entre corpos masculinizados do exército exercendo funções e vestindo roupas femininas tinham efeito cômico e acabavam por reforçar a norma heterossexual e masculina. Acidentalmente, acabou-se por produzir um “refúgio temporário onde soldados gays poderiam soltar seus cabelos para entreter seus companheiros” (BÉRUBÉ, 1990, p. 67-68, *tradução minha*). As relações entre atores e espectadores produziram leituras de tais interpretações como performances *drag*, além de sugerir sentidos homossexuais às narrativas desempenhadas.

de Carmen Miranda e da dinâmica múltipla e conflitiva dos produtos culturais massivos³.

Embora tenha começado o artigo com uma citação de Ruy Castro, minha crítica não se dirige ao talentoso biógrafo. Tal compreensão aparece compartilhada pela fortuna crítica brasileira como um todo. Carmen Miranda é abordada por muitos estudos como um objeto privilegiado no que diz respeito à identidade nacional em seus vínculos com a cultura de massas, articulada com sua trajetória próxima à cultura popular que se desenvolvia na então capital nacional e aos meios de comunicação de massa, além de sua consolidação como *entertainer* e atriz nos Estados Unidos. Citam-se os trabalhos de relevo de Simone Pereira de Sá (1997), Ana Rita Mendonça (1999), Tania Garcia Costa (2004), Bianca Freire-Medeiros (2005) e Mônica Schpun (2008). Como mostrarei, os aspectos que busco salientar aqui neste artigo estão imbricadamente relacionados a estas questões e vinculadas a aspectos políticos mais amplos no que se refere às representações. Para tanto, é necessário contextualizar sua importância simbólica dentre os anos 1930 e 1940, no auge de sua carreira.

³ Um artigo de Shari Roberts (1993) foi pioneiro ao salientar de forma preliminar o aspecto criativo das performances e da *persona* de Carmen Miranda e seu apelo às mulheres e homossexuais. Neste artigo, eu intento ir além dessas constatações, analisando como se dá especificamente a recepção e performance *drag* da figura de Carmen Miranda por homens homossexuais de seu tempo no contexto norte-americano.

Carmen Miranda entre os desejos de duas nações

A conhecida “Pequena Notável” notabilizou-se no período de consolidação do rádio, tornando-se a cantora de samba mais famosa e que mais vendeu discos no Brasil da década de 30. Trata-se de um momento no qual o samba, antes vinculado a expressões culturais populares e associado em especial a afro-brasileiros, se constituía enquanto música nacional, acompanhando mudanças sociais e políticas importantes. Em síntese, o contexto social se definia pelo desenvolvimento de um mercado de cultura de massas na capital federal, o Rio de Janeiro, que valorizava a cultura popular urbana e, o político, pelo governo de Getúlio Vargas que buscava consolidar a integração nacional diante de um quadro de diversificação social e divergências políticas acentuadas.

É no final de 1938, no auge de sua carreira, que Carmen Miranda passa a interpretar sua personagem da baiana, no momento de incorporação do popular ao nacional e da representação da nação brasileira enquanto mestiça. A Bahia evocava a origem da nação, o “descobrimento”, sua primeira capital, ao mesmo tempo em que tinha um significado especial para o samba, já que as comunidades provindas de lá abrigavam os espaços de sociabilidade do samba carioca, tendo como líderes religiosas as baianas que também vendiam seus quitutes nas ruas cariocas. A baiana também recuperava a mulata sensual de narrativas nacionais, presente em *O Cortiço* de Álvares de Azevedo, na figura de Rita Baiana, e no teatro de revista. No filme *Banana da Terra*, Carmen Miranda incorpora tal

personagem a seu modo, cantando a música de Dorival Caymmi “O que é que a baiana tem?”.

A personagem incorporada ao simbólico nacional evoca a negritude e, associada a ela, a sensualidade, mas ao mesmo tempo, ela é interpretada por uma cantora branca e de olhos claros, o que garantiu sua ampla aceitação. Como afirma Tania Garcia (2004, p. 111) a baiana estilizada de Carmen “não tinha nenhum vínculo mais forte com a tradição baiana, além da proximidade com o samba. Seus laços identitários eram com a cidade espetáculo, com o mundo do entretenimento”. Para além do aspecto cromático, Carmen Miranda se vinculava à "branquitude" dos cartazes do rádio, espaço simbólico representativo da modernidade, pertencendo com destaque a uma espécie de *star system* à brasileira, com notória presença na publicidade, revistas ilustradas e no emergente cinema nacional.

A cantora teve uma importância fundamental na difusão de uma ideia de brasilidade, via rádio, o moderno meio de comunicação de massas do período, e o mercado de cultura de massas da capital federal, ancorada na representação da mestiçagem na figura feminina e sensual, em sua versão branca e moderna. Carmen Miranda tornou-se uma estrela reverenciada por plateias de elite em apresentações em cassinos de diversas cidades, em especial no Cassino da Urca carioca, atualizando representações coloniais que sensualizavam e racializavam a mulher negra, mas branqueando-a e, assim, tornando-a símbolo nacional.

Em 1939, depois de descoberta por seu futuro empresário Lee Shubert, um dos maiores empresários da Broadway que a

conheceu em uma de suas apresentações no Cassino da Urca, Carmen iniciou sua carreira nos Estados Unidos e, em pouco tempo, após uma passagem meteórica pelo teatro nova-iorquino, transformou-se em uma das maiores estrelas do cinema de seu tempo. Nos Estados Unidos, Carmen fez de suas vestimentas da baiana estilizada uma marca registrada que adquiriu outros contornos próprios ao contexto.

A então *entertainer* brasileira se depara com um público ávido por vê-la performar a alteridade racial. Em outros termos, enquanto a “colonialidade”⁴ interna brasileira delimitou as possibilidades de Carmen Miranda no contexto nacional, no que se refere aos sentidos contidos em suas atuações, a vinculando ao mundo branco e burguês, sua versão norte-americana a posicionou no espaço oposto, a da alteridade. Naquele contexto, ela era marcada não pela atenuação da diferença racial, visível em sua baiana estilizada e branqueada, mas por sua hipersexualização racializada.

Sua carreira coincidiu com um momento de aproximação política entre Estados Unidos e os demais países da América Latina que concretizou uma aproximação diplomática entre os Estados Unidos e seus vizinhos latino-americanos, conhecida como a

⁴ Utilizo o conceito de "colonialidade", inspirado em Grosfoguel (2012), autor que trabalha a ideia de que os pressupostos eurocêtricos epistemológicos e culturais do colonialismo se atualizam em países pós-coloniais em seus projetos políticos após sua Independência, tal como ocorreu no Brasil com o ideário de branqueamento dominante no período em questão. A "colonialidade" também pode ser utilizada para pensar a atualização da hegemonia dos países centrais nas dinâmicas políticas internacionais, tal como nas relações entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, desde fins do século XIX.

“Política da Boa Vizinhança”. Favorecida pela intensificação das relações entre Estados Unidos e América Latina e por um mercado de entretenimento que apostava na música e performances latino-americanos, Carmen Miranda desenvolveu sua trajetória artística a partir de um estereótipo já consolidado no cinema norte-americano da mulher latino-americana, mas vindo do Brasil com fama, dinheiro e experiência de palco, pôde desenvolver uma história singular naquele país. Talento no palco, habilidade de cantar rapidamente e sensualidade em sua dança estavam entre as características em que ela era descrita. Em outras palavras, era classificada de forma paradoxal pela imprensa local como “bárbara e brilhante”. Por um lado, seus movimentos com as mãos e com as cinturas eram descritos como acentuadamente sensuais por muitos jornalistas homens. De outro lado, suas roupas eram acompanhadas com atenção pela mídia e influenciava o público feminino com seus turbantes inovadores, sapatos de plataforma e joias que eram incorporadas por várias marcas da moda.

No auge de seus filmes, Carmen Miranda surgia dos palcos em números musicais com a temática latino-americana, esbanjando sambas ou rumbas e, mais recorrentemente, misturas de ritmos e expressões em português, espanhol e inglês. O espectador, antes mesmo de saber o nome de suas personagens fílmicas nas narrativas, via nos palcos das telas as performances da já reconhecida "Brazilian Bombshell", assim alcunhada quando se revelou estrela do *show business* de Nova Iorque. A *20th Century Fox* investia nos filmes *Technicolor* de alto custo para dar destaque a sua estrela vestida de

baiana exuberante nos números musicais, aos olhares dos brasileiros, e à "autêntica" sul-americana na ótica dos norte-americanos que se acostumavam com seus turbantes multicoloridos e *avant-garde*, um diferente a cada aparição.

Nas narrativas fílmicas, Carmen Miranda era a latino-americana temperamental que, condizente com a representação estereotípica do cinema hollywoodiano, não controlava suas paixões, expressando uma sexualidade irrefreável e ciúme violento. Tais representações contrastavam com a expectativa do público brasileiro que cobrava da artista uma missão quase diplomática, desde que embarcou para os Estados Unidos com a alcunha de "Embaixatriz do Samba". Carmen deveria representar e difundir a música e a mulher brasileira no exterior, e com fidedignidade, segundo a crítica que se expressava na imprensa escrita do período. Nas narrativas fílmicas, o amor entre personagens que envolviam o contato ou a passagem por cenários latino-americanos pareciam selar a união pan-americana tematizada nos números musicais, nos quais a América Latina era personificada no corpo sensual de Carmen que se encontrava com homens norte-americanos trajados de forma solene.

A carreira de Carmen Miranda se fazia simultaneamente em dois enquadramentos simbólicos, entre os desejos de duas nações. De um lado, entre os desejos próprios da construção de uma "comunidade imaginada" brasileira, quando se firmava a ideia de uma nação brasileira assentada na cultura popular e na ideia de um povo mestiço, representado na figura da baiana - resalte-se, branqueada - a exportar a cultura nacional ao cinema norte-

americano. De outro lado, os desejos de união pan-americana sob o protagonismo dos Estados Unidos, com a representação exotizada, feminina e sensual da América Latina, em um período no qual a expressão de uma unidade continental fazia-se necessária diante da influência política e econômica crescente dos países do Eixo na Segunda Grande Guerra.

A partir desta contextualização, não é difícil ver a carreira de Carmen entre as representações que se misturam de América Latina e de brasilidade, gerando expectativas distintas entre os públicos de ambos os países. No entanto, tais visões - embora não sejam falsas - deixam escapar outros sentidos das performances, interpretações e recepções de Carmen que são acessíveis por meio de seus vínculos contemporâneos com o público homossexual masculino. Por meio do recurso à estilização, à ironia e à paródia, abordarei como os significados adquirem sentidos imprevisíveis e contraditórios nas performances de Carmen Miranda. É a partir deste olhar que é possível conceber Carmen Miranda entre desejos outros e divergentes de duas nações, dos quais salientarei um em especial.

Outros desejos em cena: quando os significados hegemônicos são ironicamente ressignificados

Carmen teria dito a seu personificador, Sascha Brastoff, quando o encontrou pessoalmente em 1945, que ele se parecia mais com Carmen Miranda do que ela mesma. Ao fazer isso, Carmen não apenas atestava o talento do artista, mas fazia uso de um elemento característico de sua carreira: o humor irônico. Como em outros

momentos, passava a mensagem que Carmen Miranda era apenas um papel a ser interpretado. Em *nightclubs*, cantava a música *I make my money with bananas*, na qual parodiava a si mesma de forma caricatural, acentuando sua redução a um estereótipo da mulher latino-americana sensual que jamais abandonara seus turbantes de frutas.

Trata-se de um período no qual Carmen diminuiu sua presença no cinema norte-americano, após o fim da Segunda Grande Guerra, e então passou cada vez mais a deslocar com os próprios sentidos os quais sua carreira estava circunscrita. Ao invés de reiterar o papel da suposta "autêntica" sul-americana, ela demonstrava, artisticamente, sua construção arbitrária. Ao fazer assim, salientava a própria dinâmica da cultura de massas norte-americana em seus vínculos com representações colonialistas delimitadoras de um Outro (materializado na América Latina) reduzido ao papel de feminino, exótico e sensual, em oposição ao "Nós" hegemônico, caracterizado em sua oposição, na figura de uma masculinidade racional.

Com estas performances, Carmen Miranda não apenas reiterava uma ordem simbólica hegemônica, calcada na superioridade ontológica do Ocidente, encarnado na imagem do país norte-americano e na inferioridade de seus vizinhos continentais. De forma sofisticada, a partir do uso do humor, do exagero e da ironia, Carmen Miranda incorporava e ressignificava os possíveis sentidos "colonialistas" contidos nas representações de sua *persona* e personagens fílmicas. Dos palcos às entrevistas, passando pelos filmes em que atuou, dava novos contornos a elementos simbólicos

consolidados no Brasil e nos Estados Unidos, redefinindo-os continuamente em suas atuações. O conceito de performatividade, de Judith Butler (2003), nos ajuda a compreender a produção de sentidos concomitantemente reiterativos e divergentes durante a trajetória artística de Carmen Miranda.

A performatividade compreende não uma estrutura ou um sistema cultural que se impõe de forma definitiva aos sujeitos, mas a dinâmica de como os significados se constroem por meio da estilização repetida em ato e, desta forma, estão abertos à ressignificação. O sujeito-em-processo nessa visão se constitui dentro das normas sociais e a partir do sistema cultural dominante, ou seja, ele não preexiste à significação. No entanto, os discursos, ou sistemas de significação, não são fechados: eles são sujeitos à apropriação. Neste sentido, os sujeitos se constituem pelo discurso, mas podem deslocá-lo. Assim, busco me esquivar de interpretações correntes calcadas na ideia de fabricação, ou seja, de leituras nas quais a carreira de Carmen Miranda é entendida como reflexo direto, sem mediações, dos contextos sociopolíticos e, de outro lado da perspectiva que a vê como sujeito soberano, analisando seu agenciamento e suas criações, sem relacioná-las aos enquadramentos simbólicos da época e dos países pelos quais passou.

Da baiana no Brasil à latino-americana desempenhada nos Estados Unidos, Carmen Miranda sabia com talento incorporar elementos simbólicos representativos, deslocá-los a seu favor e dar-lhes novos sentidos. Por meio de suas negociações com a imprensa e aparições públicas, com suas estilizações, exageros na produção de

vestimentas e expressões faciais e mesmo diante de sua habilidade dialógica, seja em apresentações ou em sua vida particular, acabou por sedimentar outros significados à iconografia brasileira e latino-americana, com a figura da baiana exportada.

Descontextualizando a baiana – que não fazia mais sentido no país anglo-saxão – e participando de um universo simbólico facilmente compreendido como arbitrário, posto que igualava elementos culturais de países distintos em uma só representação, Carmen Miranda pôde cada vez mais inventar uma *persona* com certa distância irônica dela. Neste sentido, Carmen desenvolveu uma consciência da paródia que representava e criou situações cômicas em cima de sua *persona*. Trata-se de um aspecto que a artista levava de sua trajetória brasileira, próxima à cultura popular carnalizadora, no sentido bakhtiniano, que usava o humor como forma de destronamento e questionamentos dos valores vigentes. A produção fílmica de suas personagens hollywoodianas soube lidar com este elemento, investindo em seu talento no uso do humor como parte constituinte de suas personagens.

Antes mesmo do cinema, o humor fez parte de sua trajetória desde o primeiro momento em que chegou ao novo país, nas entrevistas e nos palcos. Ela assumia o estereótipo próprio da latino-americana, “brincando” com sua inabilidade de falar na língua inglesa, seu interesse declarado em homens norte-americanos e insaciável fome. Carmen se aproveitava de seus erros de inglês para efeitos cômicos. Mesmo quando ela já dominava o inglês, ela reforçava o sotaque e os erros de pronúncia. Originária de outro

contexto nacional, ela pôde tomar distância irônica do estereótipo e compreender que estava desempenhando um papel.

Ao enfatizar a construção arbitrária de sua *persona*, ela acabava por deslocar a suposta autenticidade da latino-americana nas representações do cinema, bem como evidenciar as hierarquias presentes nestas representações. Isso permitiu a identificação de certos públicos com Carmen Miranda, dos quais eu destaco o público homossexual contemporâneo a ela, que via em sua performance uma paródia deslocadora das identidades sociais. Um olhar atento a esta recepção específica pode nos oferecer uma nova compreensão de como a repetição de determinados sentidos, na forma como efetuada por Carmen, poderia tomar outras interpretações e significados divergentes aos valores culturais dominantes.

De forma distinta de outras interpretações de Carmen Miranda por atores masculinos no cinema, Sasha Brastoff não a fez ressaltando elementos de conteúdo típicos à imagem latino-americana imortalizada por Carmen Miranda com seus chapéus de frutas tropicais. Ao contrário, explorou um dos seus elementos artísticos característicos: a estilização. Brastoff mantém a forma da indumentária, mas sua fantasia substitui as frutas por talheres e um uniforme do exército norte-americano, ressaltando ainda a plataforma exagerada –acentuada pelo ator – típica da *entertainer*. Argutamente, Carmen Miranda fazia então parte do exército norte-americano em uma interpretação *drag*.

A repetição de Carmen Miranda e a interpretação de Sasha Brastoff nos leva a pensar sobre sua importância na subcultura gay e

no mundo *drag*. Há algo nesta relação, já amplamente estudada por alguns pesquisadores (DYER, 2004; HALPERIN, 2012) ao intentar compreender o porquê muitos homens que se identificam como homossexuais experienciam a cultura a partir de uma leitura peculiar. Trata-se do que já foi conceituado como uma sensibilidade, um gosto, um gênero de linguagem ou mesmo um discurso (CLETO, 1999, p. 03) nomeado de *camp*, originalmente um termo em inglês próprio a uma subcultura homossexual que por sua vez designava um meio de comunicação restrito a iniciados.

O *camp* se caracteriza com o oposto da valorização do conteúdo, constitui-se em uma “visão do mundo em termos de estilo”, “o amor ao exagerado”, o mundo como um fenômeno estético, avaliado “em termos de grau de artifício, de estilização” (SONTAG, 1999), algo que faz de estrelas de cinema de feminilidade acentuada e exacerbada os maiores exemplos de ícones gays e característica presente na interpretação de *drag queens*. Enquanto Sontag (1999) interpreta o *camp* como de natureza essencialmente apolítica, a bibliografia recente o explora como este pode se constituir como uma forma de subversão por meio da ênfase no artifício que expõe a arbitrariedade daquilo que é naturalizado por meio da cultura: em especial, das normas de gênero (CLETO, 1999).

Para além de uma interpretação essencialista que vê nesta forma peculiar de leitura de produtos culturais algo que reflete diretamente a orientação sexual, o que se propõe é uma interpretação que dê conta de suas explicações sociais. Sendo assim, em primeiro lugar considera-se que tais sujeitos que compartilham o *camp*

habitam em sociedades heteronormativas que se caracterizam por uma esfera pública violentamente heterossexual, nas quais “passar-se por hetero” é uma importante estratégia de sobrevivência para homens não heterossexuais. Sendo assim, estes tendem a se tornar mais conscientes, mesmo que não de forma crítica ou reflexiva, das identidades de gênero como construção social e adquirem uma sensibilidade especial para o disfarce e a personificação (DYER, 2004; HALPERIN, 2012). Por causa disso, a atenção às superfícies e ao estilo são centrais em um olhar *camp*. Nesse sentido, possibilita-se a criação de uma forma compartilhada de ver e experienciar o mundo através da metáfora da vida como teatro e o mundo como um palco.

A identificação com Carmen Miranda não ocorreu sem razões. Seu exagero, estilização e autoparódia produziram um distanciamento do estereótipo das mulheres latino-americanas e, em um sentido maior, desestabilizou ideias essencialistas de identidades, na visão deste público. Suas personagens estilizadas – que mantém a forma original da baiana com caracterizações distintas – ressaltavam a estilização como traço presente na construção de identidades e então sugerem a percepção intuitiva da construção cultural e arbitrária das identidades. Se Carmen Miranda poderia interpretar um papel e parodiar-se, por que homens não poderiam? Carmen Miranda não foi apenas objeto de apropriação por homens que a interpretavam, ela participou deste processo, ajudando Mickey Rooney em *Babes on Broadway* a personificá-la e compareceu a uma das apresentações de Sascha Brastoff em um teatro, chegando a dizer

que ele interpretava Carmen Miranda melhor do que ela. Assim sendo, ela mostrou a determinadas audiências que não apenas uma mulher latino-americana poderia ser Carmen Miranda, mas que Carmen Miranda era, na verdade, um papel.

A análise de Carmen Miranda em uma perspectiva *queer* desloca o foco de suas interpretações convencionais não apenas para fornecer elementos adicionais à sua figura. Tal empreendimento nos possibilita situar de forma mais complexa a carreira de Carmen Miranda que adentra em representações nacionais e internacionais, mobilizada por objetivos políticos diversos, mas que não se resume à reprodução destes. Com o foco em sua agência, negociações e recepções percebemos como só de maneira redutora podemos interpretar sua carreira e personagens fílmicas como produto direto da visão nacionalista do governo Vargas ou da Política da Boa Vizinhaça. Ironicamente, vemos a partir de sua recepção homossexual que a mesma personagem que servia para representar a união política pan-americana então, entre um grupo social específico, era representativa da transgressão sexual.

Longe de pressupor uma visão essencialista e biográfica que trabalha a trajetória da cantora a partir de seus talentos e não considera sua inserção contextual em sistemas discursivos distintos, o que busquei foi contextualizá-la nestes sistemas e explorar de que modo estes se abrem à repetição que pode adquirir sentidos dissidentes, perceptíveis especialmente ao abordar recepções subalternas. Carmen Miranda atuou em um determinado contexto histórico e por conta dele eternizou certas representações

iconográficas, seja do Brasil ou da América Latina, mas o fez de forma criativa, lidando com os recursos que lhe couberam e difundindo representações em uma dinâmica imprevisível da cultura de massas que ultrapassou os significados originalmente concebidos a ela.

Considerações político-epistemológicas

Termino minhas breves considerações em relação à trajetória da artista brasileira refletindo sobre o silêncio em relação a esta recepção significativa das performances de Carmen Miranda. A questão que trago parte do pressuposto de que o quê e como pesquisar determinado objeto parte de escolhas e valores. Embora seja inegável a relação entre Carmen Miranda e o público gay, é facilmente constatável que a bibliografia nacional escolheu não pesquisá-la. Em minha escrita, atento a suas recepções contemporâneas, busquei enfatizar como os vínculos de Carmen Miranda com o público homossexual masculino não se resumem a uma relação anedótica em sua carreira, mas são aspecto peculiar que nos ajuda a compreender melhor suas próprias performances e os sentidos deslocadores presentes nelas.

A produção fílmica de seu tempo era marcada por um regime de visibilidade (SEDGWICK, 2007) no qual as relações entre pessoas do mesmo sexo não faziam parte das narrativas fílmicas. A interpretação de Sasha Brastoff de Carmen Miranda em *Winged Victory* demonstra que, a despeito disto, outras experiências não normativas fizeram-se presentes de forma conotativa no cinema

(DOTY, 1993), criando possibilidades de subjetivação em desacordo com as normas sociais. Mais do que isso, atestam que a produção cultural *mainstream* também produz, mesmo que não intencionalmente, significados dissidentes. Significados estes que, como vimos, estavam presentes - com ressonância nos dias de hoje - em outros espaços sociais e simbólicos para além do cinema.

Brastoff parodiava Carmen incorporando alguns aspectos próprios de suas performances, de sua estilização e autoria nos sentidos em suas atuações fílmicas, mesmo que produzidas dentro do setor corporativo do cinema hollywoodiano, de sua capacidade de lidar com representações politicamente poderosas e, com o uso do humor, da paródia e da ironia, subverter ou colocar em questão seus significados, tal como ela fez com a suposta mulher latino-americana autêntica. Brastoff levou a sério o humor de Carmen e ao enfatizar o arbitrário cultural dos significados, colocou em questão a um só tempo os valores heteronormativos do cinema e das forças armadas, mesmo financiado por ambos. A figura do soldado transforma-se, para o riso daqueles que podiam decifrar seus códigos, em uma versão *drag* de Carmen Miranda.

Abordar tais questões exige um olhar de estranhamento em relação aos saberes canônicos que, como vimos, invisibilizam tais expressões, não apenas os considerando aspectos menores, mas corroborando com a impressão de que a norma social e sexual se reproduz quase sem dissidências. Em uma perspectiva *queer* a heteronormatividade é questionada não apenas ao demonstrar a existência do plural nas formas de expressão do gênero e sexualidade

na sociedade. Mas por compreender como os próprios discursos e representações hegemônicos não podem se reproduzir a não ser invisibilizando aqueles que subalterniza. Dar atenção às divergências e ressaltar as falhas nos empreendimentos normalizadores exige a busca de fontes diversas das convencionais e, mais do que isso, estar atento ao que é socialmente reproduzido como invisível.

Carmen Miranda pode ser vista como uma *drag queen*, não em um sentido literal, mas no sentido deslocador que a performance *drag* traz em si. Inspirado em Judith Butler (2002; 2003), que salienta justamente o aspecto imitativo do gênero (e da identidade de forma geral) em tais performances, ressaltando o seu caráter socialmente produzido, me dediquei a responder tal questão neste artigo. As afinidades eletivas que explicam a apropriação de Carmen Miranda como ícone cultural do público homossexual masculino nos abrem para refletir sobre a maior complexidade dos sentidos que as performances da artista brasileira acionavam, ao mesmo tempo em que revelam a maior diversidade na recepção dos códigos culturais, vistos por muitos como uníssonos. Salientar tais aspectos é uma escolha valorativa e política que, inspirada e amparada nos estudos *queer*, não corrobora com a ordem social e cultural que aloca a homossexualidade à subalternidade e invisibilidade.

BIBLIOGRAFIA

BÉRUBÉ, Allan. *Coming out under fire*. The History of gay men and women in World War II. The University of Carolina Press, Chapel Hill, 1990.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2002.

_____. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Ruy. *Carmen: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. Entrevista. Programa *Roda-viva*, TV Cultura, 2006. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/200/entrevistados/ruy_castro_2006.htm

CLETO, Fabio. Introduction: Queering the Camp. In: CLETO, Fabio (org.). *Camp: Queer Aesthetics and the Performing Subject: A Reader*. Edinburgh University Press, p. 1-48, 1999.

DOTY, Alexander. *Making things perfectly queer: interpreting mass culture*. University of Minnesota Press. Minneapolis, London, 1993.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *O Rio de Janeiro que Hollywood inventou*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GARCIA, Tânia da Costa. *O "it verde e amarelo" de Carmen Miranda (1930-1946)*. 1. ed. São Paulo - SP: Annablume/FAPESP, 2004.

GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 2, n. 2, jul./dez., p. 337-362, 2012.

HALPERIN, David. M. *How to be gay*. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press, 2012.

PEREIRA DE SÁ, Simone. *Baiana Internacional: O Brasil de Carmen Miranda e as lentes de Hollywood*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

ROBERTS, Shari, “The Lady in the Tutti-Frutti Hat”: Carmen Miranda, a Spectacle of Ethnicity, *Cinema Journal*, 32:3, Spring, 1993.

SCHPUN, Mônica Raisa. Carmen Miranda, uma *star* migrante. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 51, n. 2, p. 451, 471, 2008.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. In: *Cadernos Pagu*, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, v. 28, p. 19-54, 2007.

SONTAG, Susan. Notes on “Camp”. In: *Camp: Queer Aesthetics and the Performing Subject: A Reader*. Edinburgh University Press, p. 53-65, 1999.

ARTIGOS

A DESCOBERTA CIENTÍFICA POSTA A NU: A HIERARQUIA DOS SABERES

Danilo Mendes Piaia¹

Resumo: Analisando escritos de Foucault, o artigo visa esclarecer sua crítica ao regime de produção da verdade na sociedade contemporânea, mais especificamente à verdade científica. Para construí-la o autor define a ciência como um tipo de saber, situando os saberes no campo discursivo. Os saberes, inclusive os que ostentam o *status* de científicos, são indissociáveis de relações de poder travadas não apenas entre si, no interior do campo dos discursos, como também no domínio não-discursivo. Em nossa sociedade, é o caráter científico de determinados saberes – ou seja, a posição dominante que ocupam na hierarquia dos saberes – que lhes permite produzir verdade. A verdade científica é então desconstruída por Foucault, que a revela como uma construção histórico-social, fruto de conflitos e relações de dominação.

Palavras-chave: Foucault; ciência; verdade; saber; discurso.

Eu nunca escrevi nada além de ficções, e tenho perfeita consciência disso. Apesar de tudo, eu não gostaria de dizer que estas ficções estão fora da verdade. Acredito que seja possível fazer funcionar a ficção no interior da verdade, introduzir efeitos de verdade num discurso de ficção e, assim, chegar a fazer produzir no discurso, a fazê-lo “fabricar”, alguma coisa que ainda não existe, alguma coisa que se “ficcionalize”. “Ficcionaliza-se” a história a partir de uma realidade política

¹Graduando em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. E-mail: danilopiaia@gmail.com.

que a torna verdadeira, e “ficcionaliza-se” uma política que ainda não existe a partir de uma verdade histórica.²

A ciência em larga medida se distingue das demais formas de conhecimento do mundo, entre outras características, por sua “busca” pela verdade, executada de maneira regrada e lógica. Entretanto, a origem da cientificidade, entendida como a qualidade de científico, pode ser estudada partir de diferentes pontos de vista – contudo, o ponto de vista epistemológico não é exatamente o que aqui nos interessará.

Ainda que o tema não seja central na obra de Michel Foucault, sem dúvidas o *status* do científico, a hierarquização das formas de conhecimento do mundo por ele presumida, e as relações de poder que aí estão imbricadas foram questões atingidas por suas análises. Desde sua chamada fase *arqueológica*, que abarca suas primeiras publicações, a cientificidade é algo que pode vir a se produzir no campo discursivo. É de sua definição que partiremos para então estabelecermos suas relações com o campo não-discursivo, explorado na fase seguinte do autor, dita *genealógica*.

Situando o saber científico: o campo discursivo

Foucault descarta a existência de uma interligação entre os discursos dos homens através, por exemplo, de uma “consciência coletiva”, e decide partir então “por questão de cuidado com o

²FOUCAULT, Entrevista a Lucette Finas, s. d., apud DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 223.

método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos” (FOUCAULT, 1995a, p. 24,). Os discursos são conjuntos finitos, ainda que inumeráveis, de enunciados efetivos – noção que será esclarecida em seguida. Entretanto, o discurso como alvo da análise arqueológica não pode ter sua unidade estabelecida com base em seu *objeto*, nem com base em seus *tipos enunciativos*, seu *sistema conceitual* ou seu *tema*. Não possuindo um princípio de unidade por se tratar de uma *dispersão*, só poderá ser individualizado – isto é, distinguido dos demais discursos como um conjunto– através da análise da “dispersão dos pontos de escolha” (*Ibidem*, p. 42). Estas regras de dispersão serão observadas e constatadas nos mesmos quatro níveis supracitados que são incapazes, por si, de servirem como critério para a delimitação de uma formação discursiva.

Há que se destacar, neste ponto, que a delimitação da formação discursiva não significa apartá-la do não-discursivo (o político, o econômico, etc.). A arqueologia não dispensa, ainda que não seja seu foco, a articulação destas dimensões – que terá maior ênfase na fase genealógica de Foucault. Ao mesmo tempo devemos ter claro que uma formação discursiva definitivamente não é o mesmo que uma ciência, uma disciplina, uma futura-ciência e nem mesmo seu inverso, aquilo que nunca virá a ser científico. A formação discursiva pode ser entendida como um campo anterior (não no sentido cronológico), onde pode ou não vir a se desenvolver, conforme as condições históricas e políticas, um saber considerado científico.

Como tomamos então o discurso como um conjunto de enunciados, faz-se necessária a definição destes. O autor toma a língua como um conjunto finito de regras que possibilitam infinitas expressões, construções de enunciados. Mas o enunciado, elemento irreduzível do discurso, não é o mesmo que frase, proposição ou *speech act*. “Pode-se dizer que havendo frase há enunciado. Entretanto, existem enunciados que não correspondem a frase alguma.” (MACHADO, 1988, p. 167), são então funções de existência – o enunciado se define por ser uma *relação*.

Essa função de existência se dá em quatro relações que o definem: a relação do enunciado com seu “referencial” (aquilo que se enuncia), isto é, a relação de determinadas unidades de signos com o campo de objetos que possibilita sua menção e sentido; a relação do enunciado com aquele que venha a ocupar a posição de seu sujeito, espaço vazio a ser preenchido por diferentes indivíduos; a relação com o domínio de outros enunciados a ele associado, pois não há enunciado independente, todos estão inseridos/associados a um jogo enunciativo; a materialidade do enunciado, ou seja, sua localização e relação de dependência com um determinado campo e contexto institucional.

Há, então, para o autor, correspondência entre enunciado e formação discursiva e entre as quatro funções de existência do enunciado e os quatro tipos de regras de definição (funcionamento da dispersão) da formação discursiva. Nas palavras de Roberto Machado:

um discurso é um conjunto de enunciados que têm seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva. (...) O que interessa à arqueologia não são os discursos possíveis, discursos para os quais se estabelecem princípios de verdade ou de validade a serem realizados; ela estuda os discursos reais, que foram efetivamente pronunciados e que se apresentam como uma materialidade. (*Ibidem*, p. 170).

As positivities de uma prática discursiva, que são “regras [segundo as quais] uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, conjuntos de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas” (FOUCAULT, 1995a, p. 205), não constituem ainda uma ciência, mas a base sobre a qual ela poderá ou não se erigir – falamos aqui então de um *saber*. Para Foucault, um saber pode ser definido como

o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico (...), o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (...) é também o campo de coordenação e subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (...) finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso. Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma. (*Ibidem*, p. 206-7).

A arqueologia, descrevendo e definindo uma formação

discursiva como uma prática está analisando um saber, que não é o mesmo que uma soma de conhecimentos ou um “embrião” de ciência, e nem o mesmo que um “saber científico” – que não passa de um tipo específico de saber. O saber é o campo onde pode se desenrolar a história efetiva das ciências, “o espaço em que elas podem se alojar” (FOUCAULT, 2006a, p. 113). O “grau de cientificidade” de um saber, entendido como a obediência de suas proposições a certas leis de construção (FOUCAULT, 1995a, p. 207) não é um julgamento que cabe à arqueologia, mas à epistemologia. O foco da arqueologia de Foucault (MACHADO, 1988, p. 172-3) não está no “limiar de cientificidade”, mas no “limiar de positividade” que caracteriza a existência de um discurso (FOUCAULT, 1995a, p. 211). A análise arqueológica é então anterior ao momento de “cientifização” – aquisição da condição e normatividade científicas – que alguns saberes chegam a atingir, outros almejam, e outros sequer se importam em atingir. A ciência interessa à arqueologia enquanto um saber, não enquanto uma estrutura específica.

As condições políticas e sua relação com o saber: a construção da verdade

Após seus primeiros livros – os estudos de caso e da análise arqueológica propriamente dita –, Foucault muda o direcionamento de suas pesquisas nos anos 70, da arqueologia do saber para sua *genealogia*, entendida como “uma análise histórica das condições políticas das possibilidades dos discursos” (MACHADO, 1988, p. 188). Trata-se de “sua passagem (...) para um campo analítico mais

abrangente que inclui, mais uma vez, os problemas não-discursivos: a passagem para as práticas culturais e a questão do poder” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p.202), sem, entretanto, descartar o que havia estabelecido até então no campo da formação discursiva. O que o interessará nesta fase de sua criação, como veremos, é a importância do *poder* para a constituição do saber.

Foucault como genealogista não busca, na origem das coisas, sua essência, sua pureza – ele sabe que não há o momento metafísico, precioso do surgimento, e tampouco a perfeição que dele se faz ideia. Ele sabe que a origem das coisas é confluência de fatores, estranhos entre si e estranhos em relação à atualidade do objeto. Ele não busca uma história como encadeamento de acontecimentos num sentido evolutivo, que rumo a um destino – a história, para o autor, ainda que coerente é desprovida de sentido.

O genealogista olha para a dispersão, os erros, os desvios, a falta de sentido, e sua atividade “é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – *não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente*” (FOUCAULT, 1995b, p. 21, *itálico meu*). O que aparenta unidade, homogeneidade, ou trazer em si uma essência pura é então fragmentado, revelado como resultado de erros, errâncias e fatores mil. O saber é então encarado pelo autor através desta perspectiva genealógica: não como uma progressiva construção de conhecimentos, de somatória de verdades arduamente desvendadas pelo homem, mas como resultante de uma guerra contínua.

“A genealogia restabelece [reconstrói para nosso

entendimento] os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações” (*Ibidem*, p. 23). É deste jogo que acontece a emergência: o momento, o “não-lugar” em que as forças passam dos bastidores para a cena *sem pé de igualdade* – de onde emergirá a relação de dominação, o exercício do poder. Esta relação desigual se “ritualiza” e se fixa através de regras. As regras não são o civismo vencendo ou impedindo a guerra, uma conversão moral, mas o tornar fixo a reativação e revitalização constante da dominação e da violência: “A regra é o prazer calculado da obstinação, é o sangue prometido” (*Ibidem*, p. 25). É sob este prisma que também entenderemos as regras e normas do fazer científico.

Foucault não analisa, e isto desde sua fase arqueológica, o saber pela perspectiva de seu “progresso” – a não ser que purifiquemos o termo de toda carga moral da qual geralmente se vê investido e o entendamos como uma referência tão somente ao acontecimento, ao desenrolar da luta (que não cessa) da qual emerge o saber: a substituição, o deslocamento, a conquista; e não mais o entendamos como uma referência à caminhada com destino à verdade que estaria contida na pura essência das coisas. Para o autor, “as forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica mas ao acaso da luta” (*Ibidem*, p. 28).

Com a noção de saber Foucault não estabelece fronteiras entre ideologia e ciência. A ciência não é mais a “neutra descoberta” feita pelo indivíduo livre de ideologias, comumente entendidas como

“inverdades” e “descaminhos” a ele impostos por suas condições de existência. Ambos os conhecimentos, o saber científico e a ideologia, estão aqui situados no mesmo nível: para o autor a ideologia não exclui o caráter científico e nem mesmo é contrária a ele. Não se trata então de algo que, infelizmente, pode vir a desvirtuar o fazer científico e torná-lo tendencioso, desviando-o de sua busca da verdade e da essência das coisas. A ideologia do discurso científico deve ser analisada no momento em que a ciência deixa de se identificar com o saber “comum” e se faz destacar – ainda se localizando neste campo. A ideologia está no nível “de sua existência como prática discursiva e de seu funcionamento entre outras práticas” (FOUCAULT, 1995a, p. 210), e é por isso anterior à caracterização científica do saber – donde concluímos então que não teria sentido querer purificá-lo das forças ideológicas.

Estes domínios do saber, assim como o próprio indivíduo, são frutos das condições políticas. “Não há saber neutro. Todo saber é político. (...) por que todo saber tem sua gênese em relações de poder” (MACHADO, 1988, p. 199). Contudo não há uma relação de causalidade entre o poder e o saber – há, na realidade, uma implicação mútua, um se encontra constantemente relacionado ao outro.

O projeto genealógico pode ser sintetizado então na busca de se livrar do sujeito e compreender sua constituição em meio à trama histórica. Não se trata de buscar, no discurso, o que há de “verdadeiro” e o que há de “ideológico” separando o joio do trigo, mas buscar “historicamente como se produzem efeitos de verdade no

interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos” (FOUCAULT, 1995b, p. 07), como estes efeitos de verdade estão associados às relações de poder.

Poder e Saber

Foucault entende o poder de maneira totalmente distinta de como normalmente é entendido na tradição da ciência política e na definição jurídica. O poder não é palpável, não está “encarnado” numa instituição – como o Estado – nem pode ser detido por um sujeito específico – como uma classe, por exemplo. O poder é uma *relação* assimétrica, onde há geralmente uma tendência no modo como ela se desenrolará. Contudo, não se trata de uma relação de dominação absoluta: a possibilidade de reversão da relação ou de resistência a ela, por menor que seja, sempre continua existindo. Estas relações de poder atravessam todo o corpo social, estão presentes nos mais ínfimos detalhes e espaços, formam uma rede que não é determinada nem emana de uma instituição ou sujeito, não possui um centro difusor. Foucault, entretanto, não desconsidera as relações que cruzam o aparelho Estatal ou as relações de poder entre classes sociais, mas não as enxerga como determinantes das relações que costuram a sociedade – entende, sim, que estas relações específicas se sustentam e se erigem sobre esta rede de relações, se aproveitando de determinados tipos de relações de poder enquanto outras escapam de seu domínio.

O poder também não é pura e simplesmente violência, repressão, anulação – ele não é, em suma, apenas negativo, mas

também positivo. Esta “positividade” do poder, longe de quaisquer juízos de valor, se refere a seu caráter criativo, produtivo. As relações puramente repressivas não seriam o bastante, segundo o autor, para garantir a reprodução da obediência.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, *forma saber, produz discurso*. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (*Ibidem*, p. 08, itálico meu).

Esse caráter produtivo do poder é responsável, na sociedade moderna, pelo adestramento político e econômico do homem. Isto é, pela *produção*³ de individualidades – como demonstra o autor em seus estudos sobre a sociedade disciplinar – “dóceis politicamente” e que possuam “utilidade econômica máxima” (MACHADO, 1988, p. 193).

Contudo, como já comentado, o poder não produz apenas sujeitos mas também domínios de saber. Sob o poder disciplinar da modernidade que individualiza, isto é, produz o homem sintetizado acima é que este se torna objeto da ciência – surgem então as “ciências humanas”. Foucault aqui já não busca mais o *como* que os saberes sobre o homem atingiram a cientificidade, mas o *porquê*

³ É importante destacar que a tomada do ser humano como objeto e efeito de delimitações científicas já estava presente na obra de Foucault desde sua fase arqueológica, em *As Palavras e as Coisas*.

disso, as condições de possibilidade históricas para que isso ocorresse. E o faz ultrapassando o entendimento destas ciências como mera decorrência do que se passa no plano econômico, não as entende então como “efeitos superestruturais”, pois

o que faz a genealogia é considerar o saber (...) como peça de um dispositivo político que, enquanto dispositivo, se articula com a estrutura econômica. Ou, mais especificamente, a questão da genealogia tem sido a de como se formaram domínios de saber a partir de práticas políticas disciplinares (*Ibidem*, p. 198).

Como Foucault não se propõe a construir uma teoria universal, é importante salientar que poder e saber “têm uma relação não causal que deve ser determinada em sua especificidade histórica” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 222), não representam uma identidade e nem sempre significam ou participam de uma estratégia coerente. O poder, através do saber – ou mesmo *como* saber, dada a indissociabilidade de ambos –, produz a individualidade, que não é anterior ao poder nem alvo de sua anulação, mas *feito* do poder – no caso da sociedade moderna, do poder de caráter disciplinar. Ao mesmo tempo, assim como o domínio do saber, também “a verdade não é externa ao poder (...) [portanto] a tarefa a ser realizada não é a de libertar a verdade do poder” (*Ibidem*, p. 223).

A verdade não é a essência que espera para ser descoberta pelos “espíritos livres”, mas uma produção histórico-social.

Produz-se verdade. Essas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis,

induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam (FOUCAULT, 2006b, p. 229).

Para o autor inexistente a essência natural das coisas: os objetos, saberes e sujeitos não existem “por si próprios” – são, na realidade, “forjados historicamente por práticas datadas que os objetivam, como um trabalho jamais completado” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2001, p. 246). A ideia de prática, cara ao genealogista, contraria a noção de uma evolução ou sentido: todo saber é político e cria ou assegura relações de poder; toda relação de poder constitui um campo de saber.

Sendo histórico-social a produção da verdade, cada sociedade tem seu próprio *regime de verdade*: os mecanismos por meio dos quais um discurso obtém o status de verdadeiro, isto é, que regulam a possibilidade de se enunciar verdades. Nas palavras do autor, na sociedade moderna as características deste regime são:

a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (...); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (...); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (FOUCAULT, 1995b, p. 13).

Este regime de verdade, como é um domínio investido de

poder, mantém outros saberes na condição de dominados. No caso de nossa sociedade é o saber científico que, detendo o status de principal produtor de verdade mantém como *saberes dominados* dois tipos: fragmentos ou “blocos de saber histórico” mascarados em meio a sistematizações e coerências funcionais; e o “saber das pessoas”, que não se trata do senso comum, mas de saberes locais, particulares, que aparecem desqualificados como incompetentes ou insuficientemente elaborados ante o rigor científico (*Ibidem*, p. 170). Percebe-se, então, que o saber científico não produz relações de poder apenas no domínio não-discursivo, mas também as produz com relação aos outros saberes – o poder também se exerce no próprio campo discursivo.

Disso decorre que quando um discurso se diz científico a questão que aqui nos interessa não está em seus procedimentos de verificação e funcionamento, como interessaria à epistemologia, mas a *ambição de poder* que esta intenção de se colocar como uma ciência traz consigo (*Ibidem*, p.172). De quê busca se destacar? Que hierarquias quer estabelecer? É a partir desta hierarquização que, no interior das “instituições de sequestro” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2001, p. 247) da sociedade disciplinar (escolas, quartéis, hospitais, fábricas, etc.) é efetuada a extração dos saberes-experiência das pessoas e, em contrapartida, a inscrição de outros saberes, baseados no esquema científico.

A resistência à verdade científica

É a esta hierarquização de saberes, à produção dominante de

verdades totalizantes e a-históricas efetuada pela ciência que se opõe o projeto genealógico, reativando aquilo que foi hierarquizado abaixo da ciência: os saberes locais, populares, e os saberes contidos nas camadas de lutas e acontecimentos históricos. O que acima explicitamos como os dois tipos de saberes dominados de que fala o autor, situando-os no interior da mesma categoria, se assemelham como “realidade do saber histórico da luta” (FOUCAULT, 1995b, p. 171), luta entendida aqui como resistência no interior das relações de poder. Este acoplamento, operado nas múltiplas pesquisas genealógicas das décadas de 60 e 70, só foi possível pelo desarmamento das teorias englobantes/totalizantes e as hierarquizações por elas produzidas. A genealogia não visa combater apenas conteúdos ou métodos, mas principalmente os efeitos de poder centralizadores do discurso científico.

A questão política da luta, da resistência, não está na crítica dos conteúdos ideológicos envolvidos com a ciência, nem mesmo na aquisição de uma ideologia justa para a prática científica. No centro dessa questão está a própria verdade e seu regime de produção, o desafio é “desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento” (*Ibidem*, p. 14).

Em Foucault a ciência perde a aura da qual normalmente é investida. A razão, a dedicação à verdade e rigor científicos, a liberdade de consciência como o elo à verdade? Para o filósofo, na raiz disso tudo está o acontecimento, o acidente, a inversão de forças em meio à luta. “O que se encontra no começo histórico das coisas

não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate” (*Ibidem*, p. 18). A análise genealógica da figura do cientista, aquele que “em sua atenção aparentemente desinteressada, em sua ‘pura’ ligação à objetividade” coleciona e registra fatos, que argumenta para demonstrar ou refutar – a análise desta personagem nos revelará que na raiz de seu ofício estão “a papelada do escrivão ou as defesas do advogado” (*Ibidem*, p. 21). A imagem do paladino da razão, descobridor da verdade mais pura possível – personagem que emerge e adquire vulto junto com a modernidade – é o que Foucault recusa definitivamente ao revelar a configuração do jogo de poder e dominação que cruza o saber que em nossa sociedade ostenta o *status* de científico.

BIBLIOGRAFIA

COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO, Maria Livia. *O Efeito Foucault: Desnaturalizando Verdades, Superando Dicotomias*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília: Universidade de Brasília, v. 17 n. 3, 2001.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michael Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *As Palavras e as Coisas*. Lisboa: Edições 70, 2005.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.

_____. *Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia*. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). *Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *Poder e Saber*. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). *Ditos e Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

QUE FANON É ESSE NA TEORIA CULTURAL CONTEMPORÂNEA?

Erik W B Borda¹

Resumo: Neste trabalho nos propomos a lançar questionamentos sobre as apropriações contemporâneas de Fanon por parte de dois movimentos intelectuais que versaram sobre os impactos do colonialismo no Mundo, os estudos pós-coloniais e a perspectiva decolonial. Identificou-se que há uma aparente predileção teórica de diferentes obras de Fanon por parte das duas perspectivas, *Os Condenados da Terra* pelos decoloniais e *Pele Negra, Máscaras Brancas pelos pós-coloniais*, assim como também as leituras da obra do martiniquenho se orientam por essas predileções. Por fim, propõe-se uma leitura alternativa de Fanon, com base em um texto de Stuart Hall sobre o autor, que não seja “cindida” e tampouco “marxista” ou “colonizada” pelo pós-estruturalismo de matriz francesa, em voga na academia. Sugerimos, pois, uma leitura diferente dos dois movimentos intelectuais e da própria obra de Fanon.

Palavras Chave: Frantz Fanon; Teoria Cultural; Pós-Colonial; Decolonial.

Introdução

O colonialismo não foi apenas um mero evento, coincidentemente encontrado nessa configuração histórica que

¹ Erik Borda é graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Tem experiência na área de Sociologia, atuando nas áreas de Estudos Culturais, Estudos Pós-coloniais e Sociologia das Relações Raciais. Atualmente pesquisa a obra de Stuart Hall e seus impactos nos estudos de raça e etnia no Brasil.

chamamos de Modernidade. Não é um acidente histórico, o qual devemos esquecer e pensar apenas como uma “fase” no permanente percurso de aprimoramento do Humano. Tampouco se trata de algo superado, uma vez autonomizadas as administrações políticas nacionais... afinal, a matriz de poder à que lhe corresponde – que Aníbal Quijano chamou de *Colonialidade do Poder* – segue bem viva, e deixando muito mais do que “*veias abertas*”. O processo de negação radical da alteridade, uso ostensivo da violência e hierarquização dos povos a partir da idéia de *Raça* está tão presente agora quanto antes, lançando-nos questões decisivas às quais não encontraremos respostas satisfatórias no interior dos paradigmas gerados por essa mesma matriz de poder que nos propomos a criticar. É chegado o momento de nos atentarmos às *mentes abertas da América Latina*, em direção a “*alternativas às alternativas*”! Elas estão aí, sempre estiveram, nós é que nos mantivemos surdos imaginando que essas alternativas não passavam de fósseis de um passado mítico pré-colonial, não mais existente. Contudo, se há algo que bem nos ensina Gabriel García Márquez é que na América Latina se fundem diferentes temporalidades², e já não é mais

² Segundo Aníbal Quijano, as relações entre história e tempo são muito diferentes na América Latina em relação à Europa. Dessa forma, haveria mais um motivo de incompatibilidade das teorias europeias e norteamericanas em relação à América Latina, onde há uma simultaneidade, e não uma seqüência. Aqui o passado penetra no presente de uma forma muito específica; a questão é, como apreender isso em uma obra? “*No es, pues, de ningún modo un accidente que no fuera un sociólogo, sino un novelista como Gabriel García Márquez el que, por fortuna o por conciencia, encontrara el camino de esta revelación, por la cual, en verdad, se hizo merecedor del Premio Nobel. Porque ¿de qué modo sino*

possível ignorá-las! A luta de descolonização que está em jogo no momento atual é menos a “*substituição de uma ‘espécie’ de homens por outra ‘espécie’ de homens*” (FANON, 2006. p. 51) que nos fala Fanon em *Os condenados da Terra* do que as pretensões do mesmo autor em *Pele negra, máscaras brancas*, isto é, *liberar o colonizado³ de si próprio*.

Liberar o colonizado de si próprio significa, antes de tudo, uma verdadeira revolução epistemológica, uma mudança na forma como produzimos conhecimento e experimentamos o mundo.⁴ A luta contra colonialidade do poder não pode ser desligada da luta contra colonialidade do ser e do saber. Tal revolução epistemológica implica necessariamente em levar a sério toda a ampla gama de experiências historicamente desperdiçada, implica em alargar nossa ontologia para abarcar o que foi apagado pela Modernidade. Existem povos no mundo que desde o início desse processo não estavam de acordo com a imposição do saber europeu – inicialmente teológico e

*estético-mítico, se puede dar cuenta de esta **simultaneidad de todos los tempos históricos en un mismo tiempo** (grifo meu)? ¿De qué otro modo que convirtiendo todos los tempos en un tiempo? [...] Eso es, a mi juicio, lo que básicamente hizo o logró García Marquez en «Cien años de soledad». Eso, sin duda, vale un Premio Nobel.” (QUIJANO, 1988. pp. 61 – 62.)*

³ Fanon utiliza, na verdade, a expressão “homem de cor” ao invés colonizado, contudo, para fins de análise o resultado é o mesmo. “*O problema é muito importante. Pretendemos, nada mais nada menos, liberar o homem de cor de si próprio.*” (FANON, op. cit. p. 26)

⁴ Para uma melhor apreensão da temática acerca de novas epistemologias, ver os ensaios compilados por Boaventura de Souza Santos (2010) em *Epistemologias do Sul* e o livro *Renovar a teoria crítica, reinventar a emancipação social*, do mesmo autor.

posteriormente técnico-científico –, e apresentaram alternativas críticas, versões contra-hegemônicas à narrativa moderna.

Demorou muito tempo para nos darmos conta de que não era essa a Modernidade que queríamos. O sangue derramado desde o século XV como consequência do expansionismo europeu ganhou visibilidade quando violências similares começaram a ocorrer no seio dos centros imperiais, contra sua própria população. Foi aí que se notou o lado escuro da Modernidade, sua cara metade que a possibilitou, mas que ainda não a haviam nomeado. Os autores do grupo Modernidade/Colonialidade, como sugere o próprio nome do movimento, sustentam que a Modernidade emerge no momento do contato entre Europeus e os povos nativos americanos em 1492. Nesse sentido, a Colonialidade é o outro lado da moeda da Modernidade, uma vez que é apenas com a ideia de um continente novo – a América – que se tornou possível conceber o “olhar para o futuro” tão caro a nossa era. Nesse momento específico se assiste a uma total reconfiguração da imagem do Universo em ambos os mundos, e o início de epistemícidios e dominações sem precedentes na história humana. O processo colonial que aí se inicia – depois difundido ao resto do mundo – engendra um padrão global de poder que persiste após fim das estruturas políticas que o sustentavam, não obstante, no período atual tal matriz de poder é desestabilizada. Todas as vozes silenciadas pelo colonialismo começam a se fazer mais presentes, os subalternos finalmente podem falar e aos poucos serem ouvidos. A geopolítica do conhecimento – que objetiva basicamente o primeiro mundo como um local de produção de

conhecimentos e o terceiro mundo como produtor de culturas a serem conhecidas –, nos termos de Mignolo, passa a ser abalada. Entre as inúmeras maneiras de se captar a voz daqueles que foram deixados de lado na marcha do sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno duas se fazem mais significativas; os Estudos pós-coloniais e, a mais recente, perspectiva decolonial. Como devemos pensar o colonialismo e quais foram de fato seus impactos? Essas duas perspectivas visam a responder a essa pergunta.

1. Estudos pós-coloniais e o local da Cultura.

O pós-colonialismo – pensado enquanto um acervo de perspectivas teóricas – surge no momento em que intelectuais dos antigos territórios coloniais, em geral de domínio britânico ou francês, ingressam em Universidades estrangeiras no período do pós-guerra. Nesses grandes centros, espectros teóricos críticos vagavam já fazia algum tempo. Entre eles poderíamos encontrar os Estudos Culturais, por exemplo, que através de um diálogo ambivalente com o marxismo buscavam novas formas de pensar a dimensão da cultura e sua centralidade para as lutas políticas contemporâneas. Nos anos que se sucederam à criação do primeiro centro de Estudos Culturais (CCCS) no departamento de inglês da Universidade de Birmingham, na Inglaterra, assistiu-se na Europa uma verdadeira explosão de pensamentos críticos que afetaram todas as áreas de conhecimento, da Filosofia à Antropologia, da Linguística à Sociologia. São desse período as críticas de Foucault ao sujeito, demonstrando a existência

deste apenas a partir das práticas discursivas e determinadas relações de poder, e mesmo Lévi-Strauss ainda tem a oportunidade de levar ao limite seu estruturalismo, dessa forma jogando outra “pá de terra” sobre o Humano, cuja morte já havia sido preconizada por Nietzsche. É nesse momento que observamos reinterpretações e renovações do marxismo, como as oferecidas por Althusser, e da Psicanálise, pelos trabalhos de Lacan. A teoria cultural vive sua era dourada! Não é de se surpreender, portanto, que os intelectuais do Terceiro Mundo que chegaram em tal momento se nutriram de maneira intensa das novas vertentes críticas do pensamento Europeu. A teoria pós-colonial surge, assim, estreitamente ligada às elaborações teóricas do pós-estruturalismo e dos Estudos Culturais, sendo construída nas principais universidades metropolitanas a partir das contribuições desses pensadores homens, brancos e europeus.

Ressaltar o lugar social dos sujeitos que produziram essas novas formações de pensamento não é algo irrelevante, na verdade, é justamente o contrário. A perspectiva decolonial, à qual retornaremos mais adiante, leva ao extremo a proposta foucaultiana de que os saberes emergem em contextos sócio-históricos específicos, e nesse sentido, as teorias pretensamente universais europeias não passariam, por sua vez, de teorias extremamente provincianas. O trabalho intelectual para os autores do grupo decolonial está profundamente enraizado nas relações sociais e de poder, algo que chamarei aqui de uma “ontologia hiper-sóciohistoricizada”. No entanto, não havia apenas autores europeus sendo articulados por esses intelectuais pós-coloniais na construção

de suas críticas. Alguns autores do sul foram utilizados, e outros inclusive resgatados devido a seu potencial de crítica epistemológica às formas eurocêntricas de conhecimento: Frantz Fanon foi um deles. A leitura de Frantz Fanon, um psiquiatra negro martiniquenho, marca um giro importante na teoria social contemporânea cujos impactos ainda não puderam ser suficientemente mensurados⁵. O autor introduz em seu livro *Pele negra, máscaras brancas* uma dimensão que não havia ainda sido investigada com profundidade quando se falava na “questão colonial”, isto é, o abalo subjetivo gerado por essas estruturas de dominação. Pensadores pós-coloniais como Homi Bhabha, Gayatri Spivak, Avtar Brah, Stuart Hall, Edward Said e etc. trabalharam com – e sobre – os escritos de Fanon, em especial o livro mencionado, como porta de entrada para discussões inéditas acerca do papel da Cultura no processo colonial, assim como as relações deste com a construção das Ciências Sociais e Humanidades – produzidas nas Universidades europeizadas – não necessariamente europeias, mas as que partilham de seu modelo colonial de produção de saberes. Desse modo, os Estudos pós-coloniais marcaram uma ruptura importante no interior do pensamento europeu, na medida em que utilizaram as teorias pós-modernas e pós-estruturalistas para explicitar justamente as próprias lacunas e insuficiências desses paradigmas. A cultura ganhou uma

⁵ Segundo Stuart Hall (2009), é importante quando estudamos qualquer trabalho intelectual nos atentarmos menos às continuidades do que às rupturas. As leituras da obra de Fanon, sua “*after-life*”, devem ser vistas, pois, em termos das rupturas que ela estabeleceu no interior da Teoria cultural contemporânea. Como as apropriações ainda são muito recentes, torna-se relativamente difícil mapear satisfatoriamente seus impactos.

centralidade ainda mais intensa em relação a sua posição nos Estudos Culturais, que em alguma medida precederam e possibilitaram os Estudos pós-coloniais ao situar raça e etnia como traços importantes na análise de formações sociais. Inaugurou-se, dessa forma, pela primeira vez um pensamento crítico antieurocêntrico desapegado a essencialismos de qualquer espécie, e que podia finalmente nos lançar em direção a um “novo humanismo”...Será mesmo?

2. A perspectiva decolonial e a ideia de América Latina.

De maneira geral, pode-se dizer que a perspectiva decolonial surge como uma reação à teoria pós-colonial a partir da radicalização de suas propostas. (BALLESTRIN, 2013) Para entender tal movimento é necessário, antes de tudo colocar, em relevo duas considerações. A primeira diz respeito à composição dos autores do grupo. A segunda, por sua vez, corresponde ao fato do surgimento do grupo ser relativamente recente, pouco mais de dez anos. Os autores que compõe o grupo Modernidade/Colonialidade são latino-americanos. Em um primeiro momento tal afirmação pode parecer trivial, mas se for levado em conta à origem dos autores principais que marcaram os Estudos pós-coloniais, em sua maioria sul-asiática, africana ou do Oriente Médio, rapidamente nos é possível captar as implicações advindas dessa consideração. Os latino-americanos que tiveram contato com as novidades teóricas do pós-colonialismo se queixavam – dentre os muitos problemas identificados – da centralidade concedida ao colonialismo anglo-francês nessas vertentes, e dessa forma do total desconhecimento de outras formas

coloniais (pré)existentes que em alguma medida ensaiaram a dominação imperial na África e na Ásia entre os séculos XVIII e XX. Como dissemos na introdução, para os latino-americanos do grupo decolonial a Modernidade começa com a invenção do continente americano (inicialmente índias ocidentais) ao final do século XV, e o processo colonial que aí se inaugura funda uma forma totalmente nova da dominação e o surgimento do sistema-mundo colonial global. Para autores como Mignolo (2007), a própria possibilidade do que Edward Said chamou de *Orientalismo* já estava gestada no processo de conquista da América, uma vez que é nela que há o surgimento do Ocidentalismo, seu precursor lógico e epistemológico. Quando se leva isso em consideração, não se torna mais possível limitar a reflexão sobre o período pós-colonial apenas às ex-colônias não-ibéricas. A empreitada de levar adiante a reflexão sobre essa parte significativa do sistema-mundo ficou, pois, relegada aos autores latino-americanos.

Quadro 1. Perfil dos membros do Grupo Colonialidade/Modernidade.

Integrante	Área	Nacionalidade	Universidade onde leciona
Aníbal Quijano	Sociologia	Peruana	Universidad Nacional de San Marcos, Peru
Enrique Dussel	Filosofia	Argentina	Universidad Nacional Autónoma de

			México
Walter Mignolo	Semiótica	Argentina	Duke University, EUA
Immanuel Wallerstein	Sociologia	Estadonidense	Yale University, EUA
Santiago Castro-Gómez	Filosofia	Colombiana	Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia
Nelson Maldonado-Torres	Filosofia	Porto-riquenha	University of California, Berkeley, EUA
Ramón Grosfóguel	Sociologia	Porto-riquenha	University of California, Berkeley, EUA
Edgardo Lander	Sociologia	Venezuelana	Universidad Central de Venezuela
Arthuro Escobar	Antropologia	Colombiana	University of North Carolina, EUA
Fernando Coronil	Antropologia	Venezuelana	University of New York, EUA
Catherine Walsh	Linguística	Estadounidense	Universidad Andina Simón Bolívar, Equador
Boaventura Santos	Direito	Portuguesa	Universidade de Coimbra, Portugal
Zulma Palermo	Semiótica	Argentina	Universidad Nacional de Salta, Argentina

Fonte: BALLESTRIN, 2013. p. 98

A segunda consideração toma como base os pouco mais de dez anos do surgimento do grupo, o que por sua vez garante, pelo menos até o momento presente, uma relativa identidade no que concerne ao compartilhamento de “*noções, raciocínios e conceitos [...] (dessa forma) contribuindo para a renovação analítica e utópica das ciências sociais latino-americanas do século XXI.*” (BALLESTRIN, op. cit. p. 99) A crítica e teoria pós-colonial originada nos principais centros produtores de teoria seria, pois, com relação à perspectiva decolonial bem menos homogênea, o que torna um pouco mais complexo o mapeamento de seu surgimento e noções partilhadas. Algo, porém, deve ser retido. Afirmamos a centralidade que Fanon possuía para os autores pós-coloniais, mas devemos dizer que também os decoloniais se debruçaram sobre sua obra e têm produzido textos igualmente originais, como lidar com isso? Como foi possível a leitura básica de um mesmo autor suscitar interpretações e reflexões teóricas diversas? Há alguma diferença na apropriação de Fanon feita por essas duas vertentes? Estariam elas lendo o mesmo Fanon?

3. As duas máscaras de um mesmo Fanon

Stuart Hall, em um artigo intitulado *The after-life of Frantz Fanon* (1996), longe de querer capturar o “verdadeiro” Fanon, lança-se sobre as apropriações atuais da obra do autor. Embora não tenha sido possível no texto discutir o grupo Modernidade/Colonialidade – que se consolida após a escrita do artigo –, suas discussões sobre “que Fanon é esse na teoria cultural?” nos podem ser muito úteis

para pensar as diferenças de perspectiva entre os dois movimentos intelectuais apresentados nas seções anteriores. O que importa aqui é a vida após a morte de Fanon, nos termos de Derrida, o “efeito espectral”. De fato, o psiquiatra martiniquenho é ainda visto de maneira muito diversa pelas Ciências Humanas contemporâneas. Hall aponta tal fato com base em Henry Louis Gates;

Henry Louis Gates, que é basicamente simpático a grande parte da empreitada pós-colonial e pós-estruturalista, alegra-se, no entanto, ao expor quão variadas, e mesmo internamente contraditórias, são as “leituras” recentes de Fanon enquanto um teórico global. (HALL, 1996. p. 15)⁶

Em grande parte, isso se deve à crença em uma suposta ruptura entre os escritos de Fanon em *Pele negra, máscaras brancas*⁷ e sua obra final, *Os condenados da Terra*⁸. Stuart Hall considera tal proposição “dúbia”, e durante o artigo voltará sua atenção a essa questão e à forma como devemos reler a multivocalidade de *Pele Negra, máscaras brancas*. (idem, p. 16)

O que está proposto aí nos parece, antes de tudo, uma alternativa teórica a essas diferentes apropriações de Fanon. Para os fins deste trabalho, operaremos a partir do pressuposto de que há um privilégio, por parte da perspectiva pós-colonial, da leitura de PNMB, enquanto a perspectiva decolonial por sua vez dedicaria mais atenção a obra CT. O empreendimento de Hall ao evocar os laços de

⁶ Tradução livre.

⁷ A partir de agora PNMB.

⁸ A partir de agora CT.

continuidade entre essas duas obras reformularia totalmente nossa apreensão disso que talvez seja um pseudoproblema teórico. De que maneira Hall sustenta essa continuidade? E qual precisamente é a implicação de afirmar tal continuidade quando pensamos as diferenças entre decolonialismo e pós-colonialismo?

3.1. Os três diálogos inconclusos de Fanon.

Para Stuart Hall, é impossível ler PNMB sem levar em conta que a obra é também produto de três diálogos inconclusos e inter-relacionados, aos quais Fanon sempre retorna ao longo de sua vida e trabalho. O primeiro é com a psiquiatria francesa, o segundo, com a obra de Sartre e o terceiro com o movimento da Negritude. Esses temas estariam presentes em Fanon do começo ao fim de sua produção intelectual. Seu debate com a psiquiatria francesa é exemplificado no artigo de Hall por meio de seu desacordo com Lacan. Ambos os autores, segundo Hall, optam por utilizar a concepção hegeliana de totalidade, mas para Fanon o bloqueio que destotaliza o “reconhecimento” do Eu pelo Outro na troca do olhar racializado emerge da estrutura especular historicamente específica do racismo, e não de um mecanismo geral de autoidentificação (Id. *ibid.* p. 26). Isso nos atenta ao quão racialmente neutro é o discurso de Lacan, e ao mesmo tempo o quão racializada é sua epistemologia. As conseqüências políticas advindas de tal fato não devem ser desprezadas, na medida que para Bhabha, por exemplo, – aceitando a política de subversão que subjaz à ambivalência – há a conseqüência, a partir da perspectiva teórica de Lacan, de que a ambivalência faz

parte do “script” do colonialismo. Por outro lado, para Fanon, há a questão de justamente acabar com essa ambivalência pois é ela que o está matando! Nesse sentido, para Stuart Hall fica a pergunta: como articular a visão de ambivalência de Lacan com a proposta fanoniana de fixidez?

O debate com a obra de Sartre seria, na verdade, o debate de Fanon com Hegel através de Sartre, em especial com a dialética do Senhor e do Escravo apresentada no livro *A Fenomenologia do Espírito*⁹. Para Hegel, o homem apenas é humano na medida em que tenta impor sua existência a outro homem com o fim de ser reconhecido por ele. Há aqui a obrigatoriedade da reciprocidade absoluta “*Eles se reconhecem ao reconhecerem mutuamente um ao outro*” (HEGEL apud HALL. 1996. p. 28) Caso haja resistência, surge aí o desejo por reconhecimento que leva o escravo à luta selvagem. Não obstante, Hall aponta que “*para Fanon, o negro escravo nunca lutou até a morte com o senhor, ou arriscou sua vida. Foi-lhe dada a liberdade, o que na realidade nada mais é do que a liberdade de ‘assumir a atitude do senhor’, de comer à sua mesa. ‘vamos ser bonzinhos com os pretos’*” (HALL, op cit. p. 29) Mais uma vez aqui, a relação colonial desvirtua a possibilidade de dialética, ou nos termos de Fanon “*...qualquer ontologia torna-se irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada.*” (FANON,

⁹ Diz respeito especialmente ao papel concedido à dialética senhor/escravo também pelo fato de Hegel dar centralidade à luta-de-vida-e-morte, que é a fase final da luta do escravo por reconhecimento. Para Fanon é a desigualdade inerente ao sistema colonial que abre as portas à necessidade de luta até a morte do escravo – tema que a que voltará a sua obra mais tarde.

op. cit. p. 103) Todas essas convoluções sartro-hegelianas importam? Alguns afirmam que Fanon poderia ter “seu filme queimado” ao vincular seus escritos a qualquer sinal de diálogo com o pensamento europeu. Hall aponta o essencialismo prejudicial que subjaz a essa assertiva, uma vez que demonstra o total desconhecimento dos impactos de Fanon na cultura francesa. A carreira de Fanon é incompreensível quando são negligenciadas as complexidades das relações que o colonialismo francês constituía aos intelectuais antilhanos. E “last but not least”, é apenas à luz da “luta até morte” que é possível se compreender o trabalho tardio de Fanon. “*É o senhor absoluto de Hegel, a morte, que abre as portas para a atividade auto-construtora do homem negro, um ‘em-si-para-si’*” (id. ibid. p. 31).

Por fim, o terceiro e último debate, com a Negritude – ou nos termos de Hall, “*a idéias da cultura negra como um ponto positivo de identificação*” (idem). Não reterei aqui muita atenção a esse terceiro diálogo, uma vez que Hall tampouco dedica grande atenção a ele. Basta-nos reter que a discussão de Fanon com Negritude pode ser resumida com o seguinte problema: quais são os riscos de me manter preso à construção que o Outro fez de mim? Apegar-se apaixonadamente aos “pontos positivos” de ser negro não seria para Fanon uma boa estratégia, uma vez que assim estaríamos mudando apenas o conteúdo do debate, mas não os seus termos. É preciso antes de tudo liberar o homem negro de si mesmo, ou seja, justamente dessa prisão subjetiva gerada pela categoria negro – categoria essa inventada para inferiorizá-lo. De acordo com Hall,

Fanon é mais levado à questão da “opressão política em um contexto colonial enquanto violação da ‘essência humana’ do que sugere Homi Bhabha”. (id. ibid. p. 35) A insistência de Fanon em explorar os desejos do homem negro à suas profundezas é tão carregada quanto a empreitada de Freud ao refletir acerca dos desejos das mulheres. Tal insistência nos leva necessariamente “além do limite onde alienação cultural solapa a ambivalência da identificação psíquica.” (idem) Esse estudo da opressão política em um contexto colonial está presente tanto nos Estudo pós-coloniais quanto Decoloniais. Em alguma medida, no entanto, tenta-se demonstrar a ruptura entre o Fanon de PNMB e CT. Ballestrin, por exemplo, no artigo já mencionado neste trabalho, em uma nota de rodapé nos diz com base em Maldonado-Torres que: “A *Colonialidade do Poder e do Saber* ganhou várias elaborações do grupo (Modernidade/Colonialidade), enquanto que a *Colonialidade do Ser* (grifo meu), primeiramente pensada por Mignolo e posteriormente desenvolvida por Maldonado-Torres, não foi recebida com entusiasmo.” (BALLESTRIN, op. cit. p. 100) A questão do ser tende em geral a se fazer mais presente na obra PNMB do que CT, que tende a preocupar-se mais com a questão do poder político e econômico no contexto de uma África sob regime colonial. As implicações de partir do pressuposto da ruptura entre o “primeiro Fanon” de PNMB e o “segundo Fanon” de CT leva justamente à aflição de Ballestrin e Maldonado-Torres, pois tal pressuposto não dá conta de capturar o acervo comum de preocupações e diálogos inconclusos que perpassam a obra do autor, levando as apropriações

a se polarizarem em torno da leitura desses “dois Fanons”. Se é verdade que há pouca ênfase no grupo Modernidade/Colonialidade sobre a questão do ser (Idem), e por sua vez na Teoria pós-colonial uma autonomização da Cultura e desconsideração da dimensão econômica (LARSEN, 1994; EAGLETON, 2005), isso teria muito possivelmente como um motivo tal leitura cindida da obra de Fanon. Perde-se de vista que ele próprio em PNMB já dizia que:

A análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo:
 — inicialmente econômico;
 — em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização
 dessa inferioridade. (FANON, 2008, p. 28)

De certa forma tal passagem já seria por si só suficiente para sinalizar a continuidade entre as duas obras. Somando-se a ela a intensa análise que fez Stuart Hall da obra de Fanon, podemos afirmar com garantia a continuidade. Resta agora operacionalizar isso na construção de um corpo teórico que articule as diferentes apropriações de Fanon enquanto um único autor.

3.2 Um Fanon e muitas leituras – conclusão

Acredito que no texto tenha ficado clara a proposta de Outra leitura de Fanon, que não seja nem “marxista” nem “colonizada” pelo pós-estruturalismo de matriz francesa em voga na academia.

Hall parece demonstrar no primeiro diálogo a necessidade de se escapar, por exemplo, da leitura de Fanon via Lacan e reconhecer diretamente no próprio autor os problemas que estão colocados¹⁰, embora com o devido cuidado de que “não há um Fanon verdadeiro”. A releitura a que incessantemente retorna Hall ao longo de seu artigo nos força a perceber que PNMB está intimamente relacionado a CT enquanto projeto político-intelectual de longo prazo, e dessa forma a retenção analítica – ou opção política – à apenas uma das obras ou uma de suas leituras acaba por ser improdutiva do ponto de vista da produção de conhecimento, uma vez que se perde de vista a inexistência de uma “vida” de Fanon, esta só garantida devida a sua “vida após a morte”, ou seja, suas diversas interpretações. No que diz respeito às diferenças de apropriação por parte das perspectivas decoloniais e pós-coloniais, o impacto se mostra arrasador. Se a idéia de Hall é que nos esforcemos em “trabalhar com Fanon”, pouco interessam eventuais rupturas em sua obra, interessando mais as redes de continuidade, que nos levam também a ver com outros olhos o “trabalhar com” a teoria decolonial e a pós-colonial. Devemos da mesma forma verificar nelas mais as continuidades do que as rupturas. A descolonização da mente como precedente à descolonização do Mundo se torna mais efetiva a partir do momento em que esforços teóricos diversos são articulados em conjunto na direção de uma matriz epistemológica crítica, do contrário, o que manifestamos na introdução deste trabalho como

¹⁰ Como o já mencionado vínculo entre estruturas-político-econômicas racistas e o psiquismo.

sendo o grande potencial e a grande tarefa de descolonização no século XXI acaba por se tornar mais um diálogo vertical, mero reprodutor do Sistema-mundo colonial.

BIBLIOGRAFIA

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília: maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FANON, F. *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

_____. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

HALL, S. *The after-life of Frantz Fanon: Why Fanon? Why now? Why Black skin, white masks?* In: *The fact of blackness: Frantz Fanon and visual representation*. Seattle: Bay Press, 1996.

_____. *Estudos Culturais: Dois Paradigmas*. In: SOVIK, L. (Org.) *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. pp. 123 - 150.

LARSEN, N. La teoría crítica brasileña y la cuestión de los "Cultural Studies". In: *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, Año 20, No. 40 (1994), pp. 155-164.

QUIJANO, A. *Modernidad, identidad y utopía en América Latina*. Lima: Ediciones Sociedad y Política, 1988.

_____. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. In: *Journal of worldsystems research*, VI, 2, summer/fall 2000, 342-386

MIGNOLO, W. *Historias locales, diseños globales*. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

_____. *La idea de América Latina*. Barcelona: Gedisa editorial, 2007.

SANTOS, B de Sousa. *Renovar a teoria critica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, B de Sousa et MENESES, M P. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

WALLERSTEIN, I. Ler Fanon no século XXI. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 82, Setembro 2008: 3-12.

A AÇÃO POLÍTICA EM PAULO FREIRE: UMA INTRODUÇÃO SOBRE O PROCESSO DE LIBERTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS OPRIMIDOS

Gabriel Pompeo Pistelli Ferreira¹

Resumo: Este artigo visa dissertar sobre o pensamento de Paulo Freire em uma área pouco estudada do autor: seu pensamento político. Ligado às correntes marxistas, Freire não se limita a estas e chega a formular um pensamento que supera qualquer mecanicismo ou voluntarismo, focando-se na política enquanto práxis de transformação social. Entendendo o homem como um ser de esperança, cuja prática social visa a realização de sua vocação *ser mais*, existente diante dos problemas e obstáculos à sua humanização, a política serve para concretizar esses anseios. Contudo, isso não se dá de forma livre na realidade: esta libertação está condicionada, na realidade capitalista, pela condição de opressão; por isso, a concretização do ser mais somente será alcançada com a libertação dos oprimidos, que, humanizando-se, humanizam também os opressores. Tal libertação, porém, além de possuir seu aspecto eminentemente político, não se faz possível sem a educação, à qual é a principal encarregada da reprodução das práticas culturais das sociedades. Freire, portanto, vê a imperatividade de uma pedagogia do oprimido, que auxilie na organização do povo e em sua conscientização em torno da necessidade de sua libertação. Traremos nesse artigo, então, uma introdução e classificação de seu pensamento sobre essa questão, sob a perspectiva política.

Palavras-chave: Política; Paulo Freire; libertação; organização; opressão.

¹ Estudante de ciências sociais da Universidade Federal do Paraná. E-mail: gabriel.pistelli.ferreira @gmail.com.

Educação e política: a necessidade de outra educação para a construção de outra hegemonia.

Todo ato educativo, segundo Paulo Freire, é um ato político. Isso se dá porque educar é um processo dinâmico no qual se expressa uma visão sobre o mundo, isto é, por meio dessa ação faz-se homens e mulheres usarem a palavra para entender o que os rodeia. Toda educação, então, por mais que se tente imbuir a tal ato um aspecto neutro, interfere na realidade, transforma-a; se isso transforma a realidade, e também as próprias relações entre sujeitos e suas condições de vida, não pode deixar de ser um ato político. Este processo pode ser democrático (como propunha o educador) ou, então, imposto (como é o caso da educação bancária). Por isso, Freire propõe uma educação que, ao invés de inculcar uma noção de mundo, parte diretamente da realidade dos sujeitos para buscar a sua libertação; esta educação, por isso, é chamada de “problematizadora”, porque propõe não somente uma visão crítica sobre a realidade, mas principalmente uma práxis que vá em direção ao ser mais, com a resolução dos problemas e conceitos sociais alienantes² (FREIRE, 1972).

² Nesse sentido, torna-se interessante assinalar que o conceito de alienação, para Freire, embora se espelhe em Marx, não se limita ao que este falou: as suas bases não se dão numa crítica da divisão e reificação do trabalho – embora desta não prescindia –, mas, sim, na crítica ao fatalismo e à inércia perante as oportunidades de mobilização e avanços históricos. Este conceito encontra-se mais próximo ao de Sarte (mais especificamente deste em sua obra “Crítica da razão dialética”, na qual a superação da alienação seria a compreensão efetiva do real e poder intervir seguramente neste) e Fanon (destacamos a noção de Fanon sobre a dessubjetivação do negro e sua

Desta forma, a crítica de Paulo Freire à educação bancária, segundo a qual uns sabem mais que outros, e, portanto, devem prescrever a estes as verdades, dá-se por, justamente, esta negar uma perspectiva interventiva sobre a realidade, através de discursos “palavrosos” afastados da realidade concreta, e por fundamentar o progresso e o avanço social não na ação consciente e na função utópica, mas no conformismo e imobilismo, propositadamente calando a democracia e a ação das grandes massas, num ato paternalista³. Assim, a educação bancária interessa aos opressores, uma vez que mantém sua “generosidade” e sua dominação sobre os oprimidos. Ou seja, esta educação não consegue ser neutra, como nenhuma outra, uma vez que serve a determinados interesses de uma classe (FREIRE, 1972).

Nem mesmo a técnica possui um simples aspecto “neutro”: é o que Freire alerta em sua obra “Extensão ou comunicação?” (1978), escrita durante seu exílio no Chile, alertando ao perigo da extensão rural aos assentamentos chilenos promover a chamada “invasão

negação, a qual, suspeitamos, forma a base para o pensamento da psique do oprimido formulada por Freire). Veja-se FREIRE, 1992, p. 173-174.

³ “Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos, vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação [bancária]. A sua irrefreada ânsia. Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é ‘encher’ os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram em cuja visão ganhariam significação. A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante”. FREIRE, 1972, p. 79.

cultural”, à qual tenta dissipar as “debilidades da cultura” mecanisticamente e por meio de uma doação dos “verdadeiros conhecedores”. Por isso, Freire deixa bastante claro:

Estamos convencidos de que, qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial urbano, deve ter, pelas razões até agora analisadas, um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão (FREIRE, 1978: 45).

Isso se dá com a superação da visão focalista e contemplativa do mundo, possível somente com uma educação libertadora. O ato educativo pode servir à libertação, enquanto ação que se percebe influente no mundo. Freire propõe, portanto, a educação que representaria, de fato, a libertação: a educação problematizadora. Essa concepção somente pode possuir sentido se se dispor a pensar a educação como um processo constante (o educando e o educador nunca deixam de aprender, porque o aprendizado vem da experiência, da práxis – ação e reflexão sobre o mundo, que permite o homem se compreender como sujeito e se comprometer com um projeto), coletivo (focado no diálogo, e não em comunicados; isto está sintetizado na famosa frase: “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”) e humanizador (isto é, que se interessa na busca pelo “ser mais” do qual Freire fala, na transformação do mundo e prática libertadora, visando lutar contra a alienação e exploração dos oprimidos) (FREIRE, 1972).

Por isso, a reestruturação da educação significa a construção de uma nova práxis social, a qual, se analisarmos mais a fundo a obra de Freire, se dará por uma democratização do sistema político (aqui, fica explícita sua crítica ao paternalismo e ao populismo), da economia (isto se encontra explícito através da sua defesa da liberdade dos oprimidos – afinal, qual liberdade terá o trabalhador submetido às forças do mercado e afastado da intervenção sobre a produção?) e pela formação de um novo homem (Freire chega a lembrar que a revolução será também ética, pois é somente com a escolha dos homens em lutar por uma nova prática social é que esta se torna possível (FREIRE, 2000) – esta noção encontra-se em Fanon e Guevara, também, que vêm na revolução não somente a transformação da produção ou da cultura, mas da própria consciência do ser social). Em todas essas etapas a educação possui papel fundamental para formular a nova realidade, uma vez que ela é fundamental para reproduzir o processo social, os conhecimentos adquiridos até o presente e moldar a subjetividade humana.

Assim sendo, em Freire, o ato de educar nunca se distingue do ato político, por mais técnica que seja a discussão. A revolução torna-se um ato de educação, no qual não somente as massas aprendem com a liderança revolucionária, mas principalmente estas aprendem sobre o povo, considerando-o em sua amplitude e com ele se comprometendo a superar as situações-limite. Dito isto, vejamos, agora, como se dá o processo de conscientização nas obras de Freire.

A política e o sujeito oprimido: o processo de construção da consciência crítica.

Ao iniciar a discussão de sua primeira obra eminentemente política, escrita logo após o golpe militar, Freire apresenta conceitos fundamentais para se pensar a política brasileira, discutindo desde a questão do paternalismo até a inexperiência democrática do Brasil de sua época e o levante das massas em épocas pré-golpe de 64 (FREIRE, 1967). Nesse bojo, o autor discute, especialmente, a transição dos níveis de consciência, colocados por ele como: intransitivo, transitivo ingênuo e transitivo crítico. A transição destas consciências decorreriam de condições sociais específicas que levassem à problematização não somente da realidade nacional, mas também do próprio ser político brasileiro, isto é, de seu povo. Ou seja, para Freire, a questão da transição de uma sociedade “fechada” para outra “aberta” seria resultado tanto das condições objetivas quanto subjetivas da sociedade em questão, uma vez que a experiência democrática não é algo que possa simplesmente ser ensinada: esta tem que ser vivenciada pelo povo através de debates críticos e participação nas decisões da realidade nacional.

A rachadura latino-americana, que se voltou à possibilidade de desenvolvimento de uma sociedade aberta, foi a industrialização e urbanização do Brasil, fruto das políticas desenvolvimentistas de substituição de importações⁴; isto levou, pois bem, a uma superação

⁴ Aqui fica clara a ligação de Freire, na época, com os pensamentos desenvolvimentistas, uma vez que fornece a estes importante mérito (PAZELLO, 2013; WEFFORT, 1967). A transformação do pensamento de

da consciência inicial, intransitiva (na qual o sujeito simplesmente não se reconhece como agente social e suas preocupações se dão somente com as formas vegetativas de vida, sem consciência histórica), para o segundo nível, a consciência intransitivo-ingênua, na qual o povo inicia sua empreitada em direção à discussão e participação política, afirmando seu “compromisso com a existência”, mas de forma superficial e preponderantemente emocional. Agora, a transição para a consciência crítica, na visão freireana, se daria somente pela educação (esta interpretada de forma ampla, levando em conta as experiências de vida e a troca de saberes entre os indivíduos), marcada no respeito à cultura e sabedoria populares, mas comprometida com o desenvolvimento de uma consciência crítica (isto é, empiricamente comprovada, lógica e comprometida, afastando-se da consciência mágica e/ou fatalista [FREIRE, 1967]).

Caso contrário, sem esse trabalho educativo, Freire adverte aos problemas da massificação, a qual possui um sério aspecto místico, no qual prepondera a irracionalidade, torna-se o diálogo inexistente e faz temer a liberdade. Nesse plano, não se dialoga com o povo: dá-lhe comunicados, prescrições, os quais não são capazes de efetivar a transição da consciência ingênua para a crítica, fazendo, ao contrário, um rebaixamento da consciência. Essa condição se dá, especialmente, quando os poderosos se veem ameaçados pela organização dos oprimidos e iniciam uma luta pelo silêncio destes;

Freire sobre esta questão será desenvolvida progressivamente neste trabalho.

mas, uma vez não conseguindo este plenamente, diante dos avanços gerais da sociedade, encontram como alternativa a massificação, na qual o povo é pseudoprotagonista na política, sempre sujeitando-se à vontade de outros como se fosse a sua (não é um fatalismo, mas, sim, uma consciência transitiva, na qual todo o seu ser encontra-se limitado por elementos irracionais e personalistas [1967 e 1981]).

Nesse caminho, o pensamento político de Freire deve ser pensado sob esses moldes: como uma disputa pela hegemonia da sociedade, igual ao proposto por Gramsci, na qual a educação se insere de forma específica dentre outros elementos e fundamental para o desenvolvimento dessa dinâmica política⁵. Porém, essa disputa de consciências não ficará clara em sua primeira obra: reconhecida pelo próprio Freire⁶, sua obra inicial fora deveras

⁵ Como nota de rodapé torna-se importantíssimo ressaltar que Freire, em sua discussão política, segue o caminho de Gramsci, em reconhecer o Estado de forma ampla, incluindo, aí, a sociedade civil, representada em seus aparelhos privados de hegemonia. Por isso, a luta política, para o pedagogo, jamais se esgota na disputa pelo poder do Estado, mas, sim, na formulação de um novo consenso social que leve a uma sociedade regulada, conforme propunha Gramsci. Isto, por outro lado, na realidade latino-americana, jamais se daria (ainda mais pelo contexto vivenciado por Freire, durante a ditadura militar) na discussão dentro do Estado, mas, sim, com as massas, aliando-se a elas para efetivar uma nova hegemonia; por isso, sua tática também não seria contraditória com o proposto por Gramsci, sobre a diferença entre sociedades ocidentais e orientais, sendo coerente a afirmação da necessidade do testemunho e comunhão popular como forma de garantir a segurança da revolução (mas isto é algo a ser discutido na próxima seção). Veja-se: GRAMSCI, 1999 e 1989.

⁶ Veja-se suas declarações contidas em TORRES, 1987: “Nos meus primeiros trabalhos, não fiz quase nenhuma referência ao caráter político da educação. Mais ainda, também não fiz referência ao problema das classes sociais nem à luta destas. Por quê? Creio que a explicação está em que não fui capaz de esclarecer o processo de conscientização como o fiz com a

ingênua, faltando ainda pontos importantes em sua teoria, como a noção da luta de classes e da função eminentemente política da educação (embora isso já possa ser entendido pelas entrelinhas dessa primeira obra, Freire não assinala esta questão). Assim, será somente em “Pedagogia do Oprimido”, gestada no seio da luta de classes latino-americana, diante da experiência chilena, marcada pelo governo democrata cristão de Eduardo Frei (do qual Freire fora assessor de reforma agrária) e socialista de Salvador Allende, que teremos sua obra política desenvolvida adequadamente⁷.

prática, produzindo-se, assim, um distanciamento entre a busca da teorização e a prática que eu fiz (...) Não tendo esclarecido a questão das classes sociais, a dimensão política da educação, o pano de fundo ideológico que condiciona os próprios métodos de ação educativa, abri caminho para ser ‘cooptado’, embora esta não fosse a minha prática” (p. 40-41).

⁷ “Visitei o Chile duas vezes durante o governo da Unidade Popular e costumava dizer, na Europa e nos E.U.A., que quem quisesse ter uma ideia concreta da luta de classes, expressando-se das mais diferentes formas, teria de visitar o Chile. Sobretudo quem quisesse ver, quase pegar, as táticas com que as classes dominantes lutavam, a riqueza de sua imaginação para tornar a luta mais eficaz no sentido de resolver a contradição entre poder e governo (...) Teria sido, na verdade, impossível viver um processo politicamente tão rico, tão problematizador, ter sido tocado tão profundamente pelo clima de aceleradas mudanças, ter participado de discussões animadas e vivas em ‘círculos de cultura’ em que os educadores não raro tiveram que quase implorar aos camponeses que parassem, pois que já se achavam extenuados, sem que isto tudo viesse depois a explicitar-se nessa ou naquela posição teórica defendida no livro [Pedagogia do Oprimido] que, na época, ainda não era sequer projeto” (p. 51-55, 1992). Outra fonte importante para isso confirmar será TORRES, 1996, que afirma: “Após o *golpe de estado* brasileiro de 1964, Freire deixou o país para viver e trabalhar no Chile no ICIRA, um órgão do governo Democrático Cristão responsável pela extensão educacional no interior do programa de reforma agrária. Freire teve a oportunidade de experimentar sua metodologia num novo ambiente intelectual, político, ideológico e social, trabalhando com os setores mais progressistas do Jovem Partido

Aqui, conceitos fundamentais surgirão, mas o principal será a sua divisão entre opressores e oprimidos: entre dominantes e dominados, colocados de forma clara, disputando a hegemonia da sociedade, e não somente a consciência dos indivíduos. Se antes Freire distinguia radicais de sectários (1967), nesta obra mantém a distinção, mas amplia o leque para inserir, ali, a noção de classe, da necessidade de superação de um sistema dominado pelos opressores para se fazer uma sociedade livre desta divisão. E tal potencialidade é encontrada, em Freire, nos oprimidos: somente estes podem gestar a libertação (não somente sua, mas também dos opressores, que, oprimindo, desumanizam-se também). Mas tal libertação não é somente uma ação planejada pelos oprimidos, sua organização: é, também, sua conscientização sobre o mundo e retirada do opressor hospedado dentro de si, ao qual leva ao fatalismo e masoquismo dos oprimidos. Em Freire, então, consciência e ação são sinônimos: se alguém possui “consciência”, mas não age, na verdade não realmente se conscientizou da necessidade da libertação (1972).

Todo o pensamento freireano, então, reprime a famosa distância entre palavra e ação, sendo isto um elemento de consciência burguesa, a qual se aproveita desta contradição para

Democrata Cristão alguns deles foram posteriormente incorporados a novos partidos dentro da coalisão da Unidade Popular e em contato com o pensamento marxista, altamente estimulante, e com fortes organizações da classe trabalhadora (...) O pensamento de Freire pode agora ser claramente percebido como uma expressão da pedagogia socialista e sua análise tem sido, através do tempo, trabalhada dentro da moldura históricomaterialista, redefinindo seus velhos temas existencialistas fenomenológicos sem, no entanto, adotar uma posição ortodoxa” (TORRES, 1996, p. 123-124)

maquiar sua exploração e privilégios. De um lado, pelos opressores, essa noção se dá no paternalismo, na defesa de seu direito de ter privilégios porque, com eles, “ajuda” aos oprimidos; pelos oprimidos, ao contrário, sua contradição discursiva dá-se no fatalismo e na aderência ao opressor, nos quais, ambos, retiram de si mesmos o seu compromisso com a ordem opressora e a naturalizam de formas diferentes (o primeiro como destino divino, mágico, no qual cada um tem seu destino selado logo ao vir para o mundo, e o outro como se a opressão fosse necessária e natural aos homens, cabendo aos mais fortes dominarem os mais fracos [1972]).

A disputa principal para Freire, então, na sociedade, torna-se a luta pela consciência e libertação dos oprimidos: uma luta eminentemente política. O resgate da vocação de ser mais, da superação do imobilismo e da consciência ingênua somente é possível com a ação política, numa disputa das relações de poder da sociedade. É a partir dessa constatação que o pedagogo brasileiro esboça seus princípios políticos. O principal deles é o diálogo, o qual se faz com quem verdadeiramente ama o mundo – logo, não com os opressores, necrófilos, que somente amam a si mesmos – e não aceita o sectarismo de querer impôr às massas a sua libertação. Aqui, então, nega-se o vanguardismo e, também, o fisiologismo, a concentração apenas naquilo que Gramsci chamou de “pequena política”⁸, uma vez que o interesse real da política, para nosso autor,

⁸ “Gran política (alta política)-pequeña política (política del día por día, política parlamentaria, de corredor, de intriga). La gran política comprende las cuestiones vinculadas on la fundación de nuevos Estados, con la lucha para la destrucción, la defensa, la conservación de determinadas estructuras

é o avanço concreto na vida dos oprimidos, algo que é possível plenamente somente com uma reformulação do modo de produção e gestão da sociedade, visando a ampliação da democracia.

Por isso, negar o diálogo como princípio seria um ato de negação da superação da opressão: sem diálogo, coisifica-se o homem, colocando-o como objeto a ser dominado pelas elites. O diálogo compromete-se com a vocação de *ser mais*, com a humanização do sujeito e sua liberdade, o que implica em, necessariamente, respeitar a todos e não coisificar os homens, negando-se a eles sua vocação primeira. A ação política em Freire, pois, jamais se faz *para* os oprimidos, mas, sim, *com* eles. Eles são sujeitos da história e seres capazes de se libertarem; negá-los essa capacidade é impedir a verdadeira libertação e reproduzir a opressão (1972).

É neste caminho que surge a necessidade da educação problematizadora: a ação política, enquanto ação pedagógica, também deve se comprometer com essa humanização de seu sujeito, e isto não é possível sem uma reformulação pedagógica que supere o formalismo, o verbalismo e a neutralidade. É nesse momento que surge, de fato, a pedagogia do oprimido, *com* este, a ser realizada em comunidades e movimentos, tendo em vista a sua mobilização. Essa pedagogia se compromete, entretanto, não somente a respeitar a subjetividade e protagonismo popular, mas, também, se encontra

orgánicas económico-sociales. La pequeña política las cuestiones parciales y cotidianas que se plantean en el interior de una estructura ya establecida por las luchas de preeminencia entre las diversas facciones de una misma clase política” (GRAMSCI, 1999, p. 20)

disposta efetivar as mudanças da realidade (por isso, não é neutra), por meio da conscientização; ela se compromete, portanto, em palavras freireanas, a tentar realizar o *inédito viável*, o nunca visto, mas possível, uma transformação política almejada pelas classes populares acompanhadas (1972).

Esse comprometimento, entretanto, não surge senão como resultado da compreensão de situações-limite que impõem ao homem uma nova práxis, à qual lhe dê possibilidades efetivas de superar os limites políticos em busca da concretização de sua vocação de *ser mais*. O homem se faz, para Freire, no confronto com seus problemas e dilemas da existência; nessa concepção, então, a política é somente uma faceta desse desafio ao qual o sujeito se joga para fazer sua existência em conjunto com os Outros. A ação política, então, somente faz sentido enquanto uma ação coletiva, enquanto uma ação social que una o sujeito e sua coletividade. Sob essa perspectiva, a famosa frase: “*ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho; os homens se libertam em comunhão*” torna-se síntese para a compreensão da ação política freireana. A educação e a política somente podem ser concebidas sob uma perspectiva coletiva: *com e para* o Outro. Assim, não há educação sem união e organização; vejamos agora o pensamento de Freire sobre a organização política do povo.

Ação cultural e política: a teoria da ação dialógica e da organização em Paulo Freire.

O nome que Freire pretende dar à sua atividade enquanto militante comprometido com as causas populares é denominada “ação cultural” (1981 e 1972); embora seu nome, inicialmente, não traga qualquer noção política, na verdade todo este pensamento está fortemente imbuído de princípios e conceitos políticos elaborados pelo próprio Paulo Freire. Primeiro, por trazer a divisão entre oprimidos e opressores, um primeiro ato que reconhece a politicidade de toda e qualquer ação cultural; e, segundo, por trazer, nessa ação cultural, a missão histórica de promover a superação das situações-limite dos povos subalternos. Sua ação cultural, então, possui, como em sua pedagogia, em seu cerne a valorização do saber popular e da ação dialógica, evitando a massificação ideológica e a manipulação das massas populares.

A necessidade da ação cultural surge diante da compreensão de que a superestrutura (isto é, a cultura) não se modifica automaticamente diante da mudança da infraestrutura: estas duas se dão em uma relação dialética de condicionamentos entre si. Por isso, a luta de classes, em Freire, não deve jamais deixar de lado seu aspecto cultural, uma vez que este serve tanto para educar as massas e formular o homem novo, como também para ser elemento de resistência à cultura e exploração dominante, uma vez que a cultura também joga papel fundamental na economia⁹ (veja-se 1978 e 1981).

⁹ As principais bases de Freire, sob nossa perspectiva, para desenvolver esse pensamento são Ernesto Guevara, que discute a questão da relação do

Sem isso, a revolução não somente impede seus avanços reais, como também não se sustenta: todo movimento revolucionário encontra-se incumbido de realizar, em sua realidade nacional, uma revolução cultural que reafirme ao povo o seu protagonismo em sua própria história e seu compromisso de superação das relações de exploração, acelerando o processo de transição da consciência intransitiva para a transitiva crítica (1981).

Esta transformação, por isso mesmo, tem de vir como expressão da comunhão com as massas populares: não deve vir como condescendência e aceitação de todas as práticas e noções populares (oras, o autor já nos alerta sobre os opressores introjetados na consciência dos oprimidos), mas, muito menos, como portador da verdade absoluta que deve ditar as práticas do povo. Este precisa forjar sua prática, mas uma prática libertadora, que dizime o opressor dentro de si (1972). Mas tal ação histórica não vem dos céus ou de vontades aleatórias dos oprimidos: ela vem, sim, do surgimento da *organização* destes, empunhada pela liderança revolucionária. Freire bem diz:

O povo, (...) enquanto esmagado e oprimido, introjetando o opressor não pode, sozinho, constituir a teoria de sua ação

homem comum com a revolução socialista, como esse lida diante das mudanças culturais existentes no país socialista, e Amílcar Cabral, liderança revolucionária de Guiné-Bissau, que encontrava na cultura a principal base da resistência ao colonialismo e via nela função essencial para manutenção e desenvolvimento do movimento revolucionário, que não somente preservava a cultura tradicional africana e os valores do movimento, como também era essencial para fazer superar as “debilidades da cultura”, isto é, as práticas mágicas, fatalistas e preconceituosas do povo. Veja-se FREIRE, 1978, e CABRAL, 1979.

libertadora. Somente no encontro dele com a liderança revolucionária, na comunhão de ambos, na práxis de ambos, é que essa teoria se faz e re-faz (1972: 252).

A noção de nosso autor sobre a relação entre vanguarda e massas assinala, então, um aspecto essencial: enquanto reconhece a existência de uma vanguarda revolucionária, nega qualquer forma de vanguardismo, de pensar e falar à frente das massas como se esta devesse ser simplesmente inculcada pelo intelectual conhecedor da realidade. Na perspectiva de Freire, sendo todos intelectuais, todos têm condição de contribuir para o pensamento e desenvolvimento da luta socialista; a vanguarda surge como expressão do todo, que constrói seu pensamento e prática junto aos oprimidos, e não como um punhado de intelectuais que conhecem a realidade e trazem ao povo sua “consciência” (1972 e 1992). Por isso, a organização surge como uma comunhão entre os intelectuais pequeno-burgueses que fizeram sua opção de classe e o povo.

Embora massa e dirigentes se distingam, estes devem representar os anseios dela, enquanto ela deve superar a sua imobilidade e assumir cada vez mais a sua ação e destino político. Para isso fazer, então, os dois grupos precisam selar compromissos que se distinguem: o povo sela o compromisso de se entregar à luta, de expelir o opressor dentro de si e participar ativamente da política, enquanto a vanguarda compromete-se com aquilo que Amílcar Cabral chamou de suicídio de classe, isto é, com a sua identificação com as massas populares e superação de seus vícios e ideologias

burguesas. Sem isto, Freire alerta sobre a probabilidade de massificação e burocratização dos governos revolucionários (1978).

Com tal comunhão, os movimentos revolucionários (e aqui este deve ser entendido de diversas formas, desde movimentos sociais empenhados na transformação da sociedade até partidos políticos) tornam-se mais do que meras organizações de transformação da produção ou distribuição da sociedade: são, como já propunha Cabral, fatores de cultura, que reconstróem as práticas cotidianas e forjam o homem novo. Por isso, uma interpretação errônea da política em Freire seria entender a ação política como fruto da ação cultural: na verdade, o que se diz é que a ação cultural revolucionária já é, em si, uma ação política, enquanto toda ação política é necessariamente um fator de cultura, ainda mais se se compromete a fazer a superação de um bloco histórico a outro.

Tal organização, enquanto fator de cultura, para Freire, deveria necessariamente seguir uma base de ação que se caracteriza especialmente pelo seu teor revolucionário: a ação dialógica. Nesta, ao invés de comunicados, há diálogo; no lugar da hierarquia rígida, a democracia mais ampla; em frente à divisão excludente, a união na diversidade, etc. Por isso mesmo, sua ação política, aqui, torna-se uma ação radical, no sentido freireano da palavra: compromete-se com a mudança do mundo, mas também com a preservação da humanidade dos esfarrapados e daqueles que ao seu lado lutam (mesmo que de diferentes formas); jamais se aceita, em sua obra, uma ação que retire o direito das massas e sua possibilidade de

satisfazer sua vocação de *ser mais*, reconhecida na organização dos oprimidos em busca da superação de suas situações-limite.

Esta noção se conflita com a ação (antidialógica) dos opressores, que dominam e “organizam” através da conquista (feita, muitas vezes, por armas e sempre contra a vontade dos oprimidos), da manipulação (isto é, na distorção dos fatos e enganação do povo), da divisão entre os oprimidos (separados, eles, além de mais fracos, tendem a disputar para receber atos paternalistas das elites dirigentes, reconstruindo, dia-a-dia, o opressor dentro de si) e da invasão cultural (imposição da visão de mundo dos opressores, através da imbecilização dos oprimidos). Ao contrário, a ação cultural se caracteriza pela co-laboração (o encontro de sujeitos para a sua pronúncia e intervenção no mundo, de acordo com suas ideias em comum), união (unidade para conter a dominação e expandir as potencialidades de avanço coletivo da sociedade), organização (união da ação e colaboração entre as massas para transformar a realidade) e, por fim, pela síntese cultural (formação de uma teoria e cultura que representa a visão tanto do oprimido quanto da liderança revolucionária, sendo símbolo de sua comunhão [1972]).

Por isso, o pensamento político de Paulo Freire se caracteriza pela dialogicidade e respeito às massas populares, algo expressado, de forma bastante sintetizada, nas revoluções cubanas e chinesas, assim como na maioria das revoluções africanas. Freire torna-se um pensador da transformação social do terceiro mundo. Sua base cristã também dá ênfase essencial ao seu pensamento, ligando-se às práticas e noções da teologia da libertação latino-americana, a qual

propõe uma ação política eminentemente ética e contrária à dominação e exploração do povo. Este pensamento político discorrido neste trabalho será, portanto, constituinte de uma nova perspectiva política que supera a ligação às tradições comunistas ortodoxas e constitui uma nova práxis socialista, seguida por diversos grupos revolucionários, em especial latino-americanos, como diversos movimentos sociais (dentre eles, o MST, por exemplo¹⁰) e alguns partidos populares.

Sua práxis política se representa, portanto, próxima muito mais das ações populares revolucionárias, isto é, daquelas que não somente se comprometiam com o desenvolvimento da classe trabalhadora, mas também de um projeto de nação contrário ao imperialismo (esta noção, percebe-se, está presente desde o começo nas obras de Freire, e mantém-se mesmo no final de suas obras),

¹⁰ Veja-se, sobre isso, por exemplo, uma obra organizada pelos integrantes do MST: “Paulo Freire, um educador do povo”; além de diversas outras referências de educadores do movimento ao educador, como se pode ver em CALDART, 2003: “A força do MST não está nos seus discursos, mas sim nas ações e na postura dos Sem Terra que as realizam. São as práticas e a conduta do coletivo que educam as pessoas que fazem parte do Movimento ou com ele convivem. É por isto que no MST temos como referência de educadores pessoas como Paulo Freire e Che Guevara. Eles não foram educadores apenas pelo que disseram ou escreveram; mas pelo testemunho de coerência entre o que pensaram, disseram e efetivamente fizeram e foram, como pessoas e como militantes das causas do povo. Ser educador é, pois, um modo de ser. Um jeito de estar com o povo que seja mensagem viva dos valores, das convicções, dos sentimentos, da consciência que nos move e que dizemos defender em nossa organização. É ter um compromisso integral, o que não é fácil. Somente um coletivo pode nos ajudar no processo de crítica e autocrítica, nas chamadas e nos afetos que nos mostram quando estamos vacilando, e ao mesmo tempo nos acolhem para retomar o caminho” (p. 8).

num programa nacional, democrático e popular (PAZELLO, 2013). Além disso, outro aspecto fundamental é sua noção de trabalho de base, na qual Freire nunca afirma com estas palavras, mas deixa bastante clara a necessidade da convivência e comunhão com o povo para pensar a superação da opressão capitalista, precisando superar o vanguardismo verboso, ou, ainda, qualquer populismo revolucionário, que se exime de um programa efetivo de nação para adorar um povo abstrato e inexistente. Quem se compromete com o povo, então, não somente se dispõe a disputar espaços políticos, mas, principalmente, convive com sua gente e se transforma cotidianamente em busca da realização de seu projeto. É com isso, na busca pela concretização da utopia, que se faz a política de Freire, “na fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar” (1972: 253).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CABRAL, Amilcar. *Unity and struggle: speeches and writings*. New York: Monthly Review, 1979.

CALDART, Roseli. Movimento sem terra: lições de pedagogia. *Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, pp. 50-59, Jan/Jun 2003.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

_____. *Cartas à Guiné-Bissau*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

_____. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

_____. *Extensão ou comunicação?*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia da indignação*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1972.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. *Cuadernos de la cárcel*. Tomo 5. México, D.F.: Ediciones Era, 1999.

PAZELLO, Ricardo Prestes. A questão nacional em Paulo Freire. *Rev. Ed. Popular*, Uberlândia, v. 12, n. 2, p. 10-19, jul./dez. 2013.

TORRES, Carlos Alberto. A voz do biógrafo latinoamericano: uma biografia intelectual. Em: GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Editora Cortez, 1996, p. 117-143.

TORRES, Rosa Maria. *Educação popular: um encontro com Paulo Freire*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

WEFFORT, Francisco C. Educação e política: reflexões sobre uma pedagogia da Liberdade. Em: FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1967, p. 1-26.

ESTUDANDO JOGOS DIGITAIS: NOVAS PERSPECTIVAS

Arthur Yoshihiro Yamada Junqueira Garcia¹

Resumo: Da *ludological turn* nasce o Game Studies, como um novo campo acadêmico interdisciplinar com o objetivo de realizar pesquisas científicas acerca do jogo, do jogador e do contexto de ambos, principalmente, mas não exclusivamente, na dimensão digital. Este artigo se propõe a fazer uma breve retomada dos principais autores da temática dos jogos que foram importantes para o surgimento dessa nova área, através de uma breve exposição da história da convergência de estudos literários e da ludologia. Tentarei expor como o encontro dessas duas correntes teóricas observa o video game como um sistema complexo que passa a ser passivo de estudos interdisciplinares.

Palavras-chave: Game Studies; Ludologia; Jogos digitais; Video games

Introdução

James Newman (2004, pp.1-7) levanta a questão: por que os acadêmicos ignoraram os jogos de computador? Muitos dos estudos existentes emanaram dos laboratórios de pesquisas em psicologia, concernidos sobre os possíveis efeitos dos jogos sobre os jogadores

¹ Graduando em Ciências Sociais pela UFSCar e pesquisador das temáticas relacionadas a jogo digitais. arthuryoshihiro@gmail.com

juvenis, e tiveram seu auge da metade até o final da década de 80. Existe, portanto, um vácuo notável no campo acadêmico, particularmente (e curiosamente) dos estudos de mídia e de cultura até o final do século XX.

Newman se concentra em dois principais motivos para tal negligência, que são dois equívocos frequentemente cometidos. Um desses equívocos é que os videogames foram e são considerados “apenas brinquedos”, principalmente durante sua popularização e, assim, não passa de diversão infantil. Isso ocorreu devido ao seu estilo representacional e/ou natureza aparentemente infantil, como o uso de criaturas antropomórficas próximas dos desenhos animados e cores primárias como em *Sonic The Hedgehog* ou *Super Mario Bros*. De fato o público alvo na geração de 70 e 80 foi infanto-juvenil, mas essa desqualificação se alastra até aos estudos mais recentes. As pesquisas dos jogos eletrônicos baseadas nessa superfície representacional revela que o que foi superficial são as investigações sobre os jogos digitais, deixando de lado o que realmente interessa: os jogadores, a experiência, suas preferências e suas motivações para jogar.

O outro motivo é que jogos digitais foram e ainda são considerados *low art*, triviais, carregando consigo nenhum valor, força ou credibilidade perto das artes tradicionais. É uma difamação comum, na qual os jogos digitais são tomados como “mero entretenimento” e, por conseguinte, não são uma forma de arte, logo, não são dignos de pesquisa. E mesmo quando foram pesquisados, “a cultura jovem e seus estilos associados e suas formas comunicativas

foram frequentemente apresentadas como potencialmente perigosas, com estudos tipicamente focados no desvio e na resistência” (NEWMAN 2004, p.6. Tradução livre²), renegando o estudo dos jogadores e suas percepções sobre o jogo como uma subcultura.

A partir dos anos 2000 temos uma mudança no paradigma nos estudos sobre videogames. Começamos a pensar em um novo campo de estudos acadêmicos que passa a ser formalizado a partir no começo do século XXI, que pretende estudar jogos digitais, os jogadores e o ato de jogar, chamado de Game Studies. Com a popularização imensa dos jogos digitais no mundo e no Brasil, e a sua proporcional negligência no mundo acadêmico, principalmente na sociologia, espero que esse artigo seja uma porta de entrada para interessados nos estudos dos jogos digitais, mesmo que de maneira breve.

Primeiros estudos

O historiador holandês Johan Huizinga não foi o primeiro a tomar o jogo como objeto de estudo, mas sua análise em *Homo Ludens* (1980³) foi inovadora por não ser meramente descritiva. O

² “[...] youth culture and its associated genres and communicative forms have frequently been presented as potentially dangerous, with studies typically focusing on deviance and resistance.”(NEWMAN, 2004)

³ A obra *Homo Ludens* de Johan Huizinga foi traduzida para diversas línguas com subtítulos diferentes, gerando alguns problemas de tradução. Neste artigo estou trabalhando com a versão inglesa de 1980, publicada primeiramente em 1949, que é uma síntese de uma tradução para o alemão

autor esclarece no prefácio de seu livro que seu objeto de interesse é o jogo, porém não apenas como uma manifestação cultural (ou **na** cultura) das sociedades humanas, mas uma característica essencial, com um papel central na criação **da** cultura, para “[...] verificar quanto a própria cultura carrega o caráter de jogo.” (Huizinga, J. 1980. Prefácio. Tradução livre⁴)

Huizinga (1980) parte de um pressuposto conhecido de que os homens são seres racionais, e os animais, irracionais. A cultura pela suposição do autor pressupõe a existência do homem, e os animais, antes mesmo dos homens existirem, jogam e brincam apesar de não apresentarem cultura. O jogo, logo, precede a cultura, aos homens, e, portanto, à própria racionalidade; e é uma atividade que compartilhamos com os animais. Concomitantemente os animais jogam sem que isso atenda às necessidades biológicas: brincam e jogam não para se alimentar, dormir ou reproduzir, mas, talvez, por diversão.

O jogo, desse modo, demonstra uma condição supralógica do ser humano, pois precede a racionalidade, e suprabiológica dos animais, pois não realizam necessidades biológicas, tornando-se assim algo não apenas passível, mas digno de ser estudado por si mesmo, não apenas como um produto, mas uma questão central das culturas humanas.

de 1944 e uma tradução para o inglês feita pelo próprio Huizinga um pouco antes de sua morte, de acordo com as notas do tradutor.

⁴ “[...] to ascertain how far culture itself bears the character of play.”

Há muito que ser aproveitado em *Homo Ludens*, como os questionamentos à natureza humana, o caráter lúdico da nossa cultura – como nas leis, na guerra, na poesia etc. – e o conceito de ‘círculo mágico’: o espaço fora da vida cotidiana que funciona com suas próprias leis, onde ocorrem os jogos, muito similar ao espaço de ritual da antropologia.

Para compreender o desenvolvimento do estudo dos jogos, todavia, ater-me-ei ao conceito de ‘jogo’ para Huizinga:

[...] o jogo é uma atividade ou ofício voluntário, exercida dentro de certos limites fixos de tempo e lugar, de acordo com regras aceitas de maneira livre, porém absolutamente obrigatórias, com um fim em si mesmo e acompanhado de um sentimento de tensão, alegria e a consciência de que é “diferente” da “vida cotidiana”. (HUIZINGA. 1980. p.28. Tradução livre⁵)

O sociólogo francês Roger Caillois foi fortemente influenciado pelas obras de Huizinga, tornando-se um de seus maiores críticos. Questionou o conceito ‘jogo’ huizinguiano por ser amplo demais e em *Man, Play and Games* (apud FRASCA. 1999,

⁵ “[...]play is a voluntary activity or occupation executed within certain fixed limits of time and place, according to rules freely accepted but absolutely binding, having its aim in itself and accompanied by a feeling of tension, joy and the consciousness that it is ‘different’ from “ordinary life”.

2003a; DOVEY et KENNEDY. 2006) o categorizou em diferentes formas:

Agon: descritos como jogos competitivos, que requerem habilidade e treinamento. [...] **Alea:** jogos de azar ou sorte (jogos de aposta como roleta ou loterias.) [...] **Mimicry:** jogos que chamamos de ‘faz de conta’, para simular ou participar de um papel. [...] **Ilinx** (vertigem): jogos que induzem tontura ou desorientação, como girar uma criança, ou um adulto que se submete a desorientação (parques de diversão estão nessa categoria, assim como uso de drogas recreacionais, embriaguez, etc.). (DOVEY et KENNEDY. 2006. p.24. Tradução livre e grifo.)⁶

Esses, no entanto, são tipos ideais. Por exemplo, uma partida de futebol é predominantemente ‘Agon’, mas quando um jogador simula uma falta, há elementos de ‘Mimicry’. A grande maioria dos jogos de cartas, tanto de baralhos convencionais, como de Trading Card Games (Magic The Gathering, Yu-Gi-Oh TCG, etc) dependem muito da sorte (Alea) para obter boas cartas, ao mesmo tempo em que a experiência do jogador é vital.

⁶ “Agon – described as competitive play, which requires skill and training. [...] Alea –games of chance or fortune (e.g. gambling games such as roulette or lotteries. [...] Mimicry –games in which we are called upon to ‘pretend’, to simulate or to play a role.[...] Ilinx (vertigo) –games that are an inducement to dizziness and disorder, such as a child spinning or an adult submitting to disorder (fairground rides might fall into this category, as might recreational drug use, drunkenness, etc.)”

A outra e mais importante categorização de Caillois foi o jogo em dois tipos distintos:

Ludus: jogos baseados em regras. O xadrez é quase sempre citado como exemplo mais claro. Normalmente aplicado a jogos em que há uma conclusão clara com perda ou ganho, ou jogos de soma zero. **Paidia:** jogos de final aberto, jogos espontâneos e improvisados, comumente pensados como jogos “verdadeiramente criativos” – ativos, tumultuosos, exuberantes. (DOVEY et KENNEDY. 2006. p.25. Tradução livre e grifo.)⁷

Paidia(do grego *paidi*, que significa criança) se refere, de acordo com Frasca, à “forma de jogar presente em crianças mais novas (blocos de construção, jogos de faz-de-conta) enquanto *Ludus*(do latim, significa esporte) representa os jogos com regras sociais (xadrez, futebol, poker).” (2003a, s/p. Tradução livre⁸). O autor também sugere que a principal diferença entre os dois tipos de jogo é que *Ludus* incorporam regras que definem um vencedor e um perdedor, enquanto *Paidia* não.

⁷ “Ludus –rule-based games. Chess is often cited as the clearest example. Often applied to games which have a clear win or lose conclusion, or zero sum games. Paidia –open-ended play, spontaneous improvised play, often thought of as ‘true creative’ play –active, tumultuous, exuberant.”

⁸ “[...] the form of play present in early children (construction kits, games of make-believe, kinetic play) while ludus represents games with social rules (chess, soccer, poker).”

A virada ludológica

Utilizando-se do conceito de *Ludus* de Caillois, Frasca vai cunhar o termo ludologia⁹, definindo-a como uma “ainda não existente ‘disciplina que estuda as atividades dos jogos e do jogar’” (1999, s/p), com um objetivo de unificar os trabalhos que estudam jogos em diferentes disciplinas. A razão para a criação de tal disciplina seria uma necessidade. Uma necessidade de quebrar o paradigma da predominância da narratologia, o estudo da narração e das estruturas narrativas e a maneira que elas constituem nossa maneira de compreender o mundo, sobre as pesquisas de jogos digitais. Obras como “Hamlet no Holodeck: o futuro da narrativa no ciberespaço” (MURRAY, J. 2003) exemplificam como os pesquisadores da teoria literária viam o surgimento de microcomputadores na década de 90: como *plataformas* de novas maneiras de se contar histórias.

Frasca argumenta que a perspectiva narratológica nos estudos dos jogos é válida, pois jogos podem conter elementos narrativos (personagens, ações em cadeia, finais etc), portanto são novas maneiras de se contar histórias, uma nova mídia que guarda inúmeras possibilidades para novas maneiras de se narrar. A narratologia contribuiria, portanto, para a porção representativa dos jogos digitais.

⁹ A ludologia, no entanto, uma ciência estuda os jogos, sobretudo os de tabuleiro, já existia. Mas com o surgimento de pesquisas sobre jogos digitais, a retomada do termo por Frasca foi bem recebida e se tornou canônica.

Essa perspectiva, entretanto, não é o suficiente, uma vez que videogames devem também ser analisados *como Ludus*, uma atividade organizada com um sistema de regras que define um jogador vencedor ou perdedor. A análise das regras do jogo não substitui, mas complementa a perspectiva narratológica. Frasca aponta Espen Aarseth como um dos autores da teoria literária virtual que percebeu a importância de se analisar jogos digitais e cybertextos¹⁰. Aarseth explica que a diferença dos cybertextos e dos jogos digitais para as demais mídias analisadas pela narratologia, principalmente os livros, é o seu caráter ergódico:

A obra de arte ergódica é aquela que inclui suas regras para seu uso no sentido material, uma obra que tem certos requerimentos embutidos em si que automaticamente distingue entre usuários bem e mal sucedidos. (AARSETH, 1997, p.197. Tradução livre¹¹)

Percebe-se que é uma definição muito parecida com o *Ludus* de Caillois, visto que ambas definem sistemas com regras que determinam perdedores e vencedores em seu uso, que precisam mais do que um esforço trivial (a simples leitura, por exemplo) para se realizar, há uma necessidade de trabalho a ser aplicado. A interatividade nos videogames, portanto, não é uma opção, mas uma

¹⁰ Um texto cibernético (cybernetic text), dinâmico, que se altera com a utilização do leitor/jogador.

¹¹ “The ergodic work of art is one that in a material sense includes the rules for its own use, a work that has certain requirements built in that automatically distinguishes between successful and unsuccessful users.”

obrigatoriedade. O jogar se torna performativo, a partir do momento de que o jogo só se realiza com a presença e ação do jogador. A aparição da ludologia é chamada hoje canonicamente de “virada ludológica” (ludological turn) dos estudos sobre os jogos.

O ludological turn, desse modo, é uma disputa de campo pela reivindicação do video game como objeto de estudo das duas correntes teóricas, uma pela perspectiva das regras e a outra pela narrativa. No fim, contudo, elas passaram a se complementar para a formação do Game Studies.

Game Studies

Da ludological turn nasce o Game Studies, como um novo campo acadêmico interdisciplinar com o objetivo de realizar pesquisas científicas acerca do jogo, do jogador e do contexto de ambos, principalmente, mas não exclusivamente, na dimensão digital (MÄYRÄ, Frans. 2008. p. 11). Além da ludological turn, o crescimento do Game Studies se deve à intensa e exponencial popularização dos jogos digitais, tornando-se um importante fenômeno cultural e algo comum no cotidiano de milhões de pessoas.

O relatório final do “Mapeamento da Indústria Brasileira e Global de Jogos Digitais” de Fevereiro de 2014 do GEDIGames (Grupo de Estudos e Desenvolvimento da Indústria de Games) pelo Núcleo de Política e Gestão Tecnológica da Universidade de São Paulo é capaz de nos mostrar a magnitude da indústria de entretenimento que se tornou o video game:

Segundo a PricewaterhouseCoopers, o mercado mundial de jogos digitais movimentou US\$57 bilhões em 2010, enquanto o de cinema, US\$ 31.8 bilhões. Em 2011 o setor movimentou US\$74 bilhões, e as previsões indicam que deverá ultrapassar US\$82 bilhões em 2015. Em 2013, apenas o lançamento do jogo Grand Theft Auto V, que teve o custo de US\$ 225 milhões, faturou US\$800 milhões em 24 horas, um recorde na história de produtos de entretenimento. O jogo Angry Birds já foi instalado em 500 milhões de celulares. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. 2014. p. 6)

Apesar da participação relativamente pequena do Brasil no mercado de games, o mesmo relatório indica que de acordo com a “Pesquisa Game Pop Ibope [de 2012], aponta que dos 80 milhões de internautas no país, 61 milhões jogam algum tipo de jogo.” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. 2014. p.11)

Outro ponto importante são as condições materiais necessárias para se estudar os videogames:

Quando os video games se tornaram populares, eles ainda eram um punhado muito irrealista de pixels coloridos em uma tela, com beeps gerados por computador para os efeitos sonoros, uma interatividade relativamente simples, e uma narrativa esparsa ou não existente. Consequentemente, os primeiros estudos sobre videogames discutiam o mundo fora dos jogos, que usualmente significava discutir questões psicológicas e sociológicas resultantes da interação com os videogames.

(GARRELTS, N. C. 2003, p.3. Tradução livre¹²).

A pesquisa dos jogos digitais como sistemas complexos - de representação, narrativa, interface, regras, simulação etc - só pode ocorrer, portanto, após o desenvolvimento dos sistemas tecnológicos condizentes, principalmente o de circuitos integrados e microchips de silício, permitindo um maior e mais ágil processamento de dados e gráficos, e o empreendimento dessa tecnologia em entretenimento, primeiramente em máquinas de lojas especializadas (arcades) e posteriormente aparelhos domésticos (home consoles), dando a possibilidade de se criar jogos cada vez mais complexos.

O ludólogo Jasper Juul vai ser um dos primeiros a definir jogo pela perspectiva ludológica, baseado em definições anteriores que ele considera incompletas.

Em suma: Um jogo é um sistema baseado em regras com resultado variável e quantificável, em que a diferentes resultados são associados diferentes valores, o jogador exerce esforço para influenciar o resultado, o jogador se sente conectado emocionalmente ao resultado, e as

¹² “When video games first became popular, they were still a very unrealistic handful of colored pixels on a screen, with computer-generated beeps for sound effects, relatively simple interactivity, and a sparse or non-existent narrative. Consequently, the first studies of videogames discussed the world outside of the game, which usually meant a discussion of psychological and sociological issues that resulted from interacting with videogames.”

consequências da atividade são negociáveis. (JUUL, J. 2011. p. 36. Tradução livre¹³).

Essa definição é suficiente para delinear o jogo como um *sistema* formal, incluindo a relação entre o jogo e o jogador, e suas consequências, levando em consideração que é necessário um resultado (*outcome*) , aproximando esse conceito do “Ludus” de Frasca. A partir desse conceito, pode-se estipular o que é um jogo, um jogo em caso limite e o que não são jogos, mas não me aprofundarei nesse tema.

Dado o contexto favorável para o surgimento de uma nova área do conhecimento Espen Aarseth, editor-chefe da Game Studies, a primeira revista acadêmica internacional centrada exclusivamente em jogos digitais, sugere que o ano de 2001 pode ser considerado “[...] o Ano Um do Computer Game Studies como um emergente, viável, internacional, campo acadêmico.” (AARSETH, Espen. 2001), em decorrência da realização da primeira conferência internacional sobre jogos de computador e textualidades digitais, a Computer Games & Digital Textualities Conference, realizada em Copenhague em Março de 2001, que reuniu acadêmicos das mais diversas áreas do conhecimento, problematizando os jogos digitais nas chaves de

¹³ “A game is rule-based system with a variable and quantifiable outcome, where different outcomes are assigned different values, the player exerts effort in order to influence the outcome, the player feels emotionally attached to the outcome, and the consequences of the activity are negotiable.”

“mercado e academia”, “text and game theory”, “inteligência artificial” e “literatura”.

Durante os estágios iniciais do Game Studies se inflamou um conflito entre as duas correntes teóricas da ludologia e da narratologia, principalmente nos artigos de lançamento da Game Studies¹⁴ e no artigo de Frasca (2003a) intitulado “Simulation **versus** narrative: introduction to ludology” (grifo meu) que ressaltam a falta de vontade dos narratólogos de pensar fora do seu espectro teórico. Provavelmente acusado de instigar esta briga, Frasca tentou explicar que tal conflito nunca ocorreu (2003b). Celia Pearce (2005) argumenta que esta tentativa de explicar que a briga das correntes não existia, Frasca conseguiu aumentar ainda mais os mal-entendidos entre elas.

O grau de institucionalização das áreas de estudos sobre jogos digitais se elevou nos últimos anos. Seu epicentro é o “Center for Computer Games Research”, estabelecida formalmente a partir de 2003, localizada na “IT University of Copenhagen”, que oferece programas de pós-graduação em Game Design, Game Technology e Game Analysis. Num geral, há um impulso muito grande na geração de cursos de Game Design, que focam na criação e no desenvolvimento de jogos, inclusive no Brasil, devido ao mercado amplo e aquecido. No MIT (Massachusetts Institute of Technology) é oferecido o curso de graduação e pós-graduação em Comparative Media Studies, curso que tem levado a interdisciplinaridade à risca,

¹⁴ Ver JUUL(2001) e ESKELINEN(2001).

mantendo um programa de estudos comparativos entre várias mídias. O desenvolvimento do campo e sua institucionalização acelerada nos últimos 10 anos se reflete no surgimento de revistas acadêmicas internacionais como a supracitada *Game Studies* em 2001, da DiGRA (Digital Games Research Association) em 2002, *Games and Culture* de 2006 e a mais recente *GAME: The Italian Journal of Game Studies*, criada em 2012.

Game Studies e Cultural Studies

Uma recente aproximação teórica no campo da pesquisa dos jogos digitais foi o dos estudos culturais, que dentre as diversas maneiras de se estudar os jogos e seus contextos (Tabela 1), oferece uma oportunidade interessante para uma análise dos jogadores e a formação de sua subjetividade. Dentro da chave de raça, por exemplo, temos o problema da representação desta nos videogames como algo que não pode ser ignorado:

A questão aqui diz respeito as políticas de representação de raça, e a questão sobre a habilidade da cultura dos jogos de replicar ou desafiar retratos existentes de grupos específicos em filmes, shows de televisão e mídia impressa. Estamos falando da ascendência de uma mídia poderosa, e evoluindo de maneira técnica, e queremos ter certeza que raça não permaneça como um vácuo estrutural em nossas preocupações sobre

o futuro dos jogos. (EVERETT, 2005, p. 323. Tradução livre¹⁵).

E Shaw (2010), traz uma perspectiva no estudo dos jogos como cultura propondo que analisemos esta não como uma subcultura ou como uma cultura fora do mainstream. Colocando os videogames no mainstream, e não faltam provas de que é, podemos passar a estudar a cultura dos videogames de maneira crítica: não mais como exceção ou parte de uma realidade que não nos convém, mas de maneira reflexiva, com os jogadores e seus criadores como parte das estruturas de relações de poder.

Tabela 1. Quadro geral dos objetos de estudo e de suas respectivas metodologias, inspirações teóricas e interesses comuns.

<i>Tipo de Análise</i>	<i>Metodologias comuns</i>	<i>Inspiração teórica</i>	<i>Interesses em comum</i>
Jogo	Análise textual	Literatura comparativa, film studies	Escolhas de design, significado
Jogador	Observação, entrevista, surveys	Sociologia, etnografia, estudos culturais	Uso dos jogos, comunidades de jogadores

¹⁵ “At issue here has been concerned over the politics of representation regarding race, and the question about gaming culture’s ability to replicate or challenge existing portrayals of specific groups in films, TV shows, and print media. We are talking about the ascendancy of a very powerful media, and technically evolving medium, and we want to be sure that race does not remain the structural absence in our concern about where the future of gaming is headed.”

Cultura	Entrevistas, análise textual	Estudos culturais, sociologia	Games como objetos culturais, games como parte da ecologia midiática
Ontologia	Investigação filosófica	Várias (como filosofia, história da cultura, crítica literária)	Fundações lógicas/filosóficas dos jogos e do jogar

Extraído de EGENFELDT-NIELSEN, SMITH et TOSCA, 2008, p.10.

Conclusão

Espero que esse artigo contribua, se minha tentativa de elucidar o surgimento de uma teoria que observe o jogo como um sistema complexo de regras e representação foi bem sucedida, para o advento de mais pesquisas para além de estudos de superfície. Como um objeto complexo que necessita de interações complexas para que o ato de jogar se realize, é preciso levar o video game, mesmo – e talvez, principalmente - aqueles que são direcionados ao público infanto-juvenil, mais a sério. Levar os jogos a sério não implica necessariamente em tornar os jogos menos divertidos. O fato de serem divertidos, na verdade, pode ocultar o quão significativo são seus impactos na vida de uma pessoa. A sociologia e seus *studies* podem contribuir e se beneficiar dos estudos da, ao que tudo indica, maior indústria de entretenimento do século XXI.

BIBLIOGRAFIA

AARSETH, A. Computer Game Studies, Year One. In: **Game Studies** v.1 n.1, 2001. Disponível em: <<http://www.gamestudies.org/0101/editorial.html>>. Acesso em 16 de set. 2014.

DOVEY, J. et KENNEDY H. **Game Cultures Computer Games as New Media**. Berkshire: Open University Press, 2006.

EGENFELDT-NIELSEN, S, SMITH, J et TOSCA, S. **Understanding video games: the essential introduction**. Nova Iorque: Routledge, 2008.

ESKELINEN, M. The Gaming Situation. In: **Game Studies** v.1 n.1, 2001. Disponível em: <<http://www.gamestudies.org/0101/eskelinen/>>. Acesso em 16 de set. 2014.

EVERETT, A. Serious Play: Playing with race in contemporary gaming culture. In: **Handbook of computer game studies**. Londres: MIT Press Cambridge, 2005.

FRASCA, G. **Ludology meets Narratology: Similitude and differences between (video)games and narrative**. Parnasso#3. Helsinki: s/e, 1999. Disponível em: <<http://www.ludology.org/articles/ludology.htm>>. Acesso em 16 de set. 2014.

_____. **Simulation versus Narrative: Introduction to Ludology**. Video/Game/Theory. s/l: Routledge, 2003a. Disponível em: <http://www.ludology.org/articles/VGT_final.pdf>. Acesso em 16 de set. 2014.

_____. Ludologists love stories, too: notes from a debate that never took place. **Level Up Conference Proceedings**. Utrecht, 2003b. Disponível em: < <http://www.digra.org/digital->

library/publications/ludologists-love-stories-too-notes-from-a-debate-that-never-took-place/>. Acesso em 16 de set. 2014.

GARRELTS, N C. THE OFFICIAL STRATEGY GUIDE FOR VIDEO GAME STUDIES: A grammar and rhetoric of videogames. 2003. 200 f. Tese (Doutorado em American Studies) – Faculdade de Artes e Letras, Universidade do estado de Michigan.

HUIZINGA, J. Homo Ludens: A study of the play-element in culture. Londres: Routledge & Kegan Pau, 1980.

JUUL, J. Games Telling stories: A brief note on games and narratives. **Game Studies** v.1 n.1, 2001. Disponível em: <<http://www.gamestudies.org/0101/juul-gts/>>. Acesso em 16 de set. 2014.

JUUL, J. Half-real: Video Games between Real Rules and Fictional Worlds. Londres: MIT Press Cambridge. 2011.

NEWMAN, J. Videogames. Nova Iorque: Routledge, 2004.

MÄYRÄ, F. An introduction to Game Studies. Londres: SAGE Publications, 2008.

MURRAY, J. Hamlet no Holodeck: O futuro da narrativa no ciberespaço. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PEARCE, C. Theory Wars: An Argument Against Arguments in the so-called Ludology/Narratology Debate. **Changing Views: Worlds in Play Proceedings.** Vancouver, 2005.

RODRIGUEZ, H. The Playful and the Serious: An approximation to Huizinga's Homo Ludens. **Game Studies.** v 6.1. 2006. Disponível em: <<http://gamestudies.org/0601/articles/rodrigues>>. Acesso em 16 de set. 2014.

SHAW, A. What Is Video Game Culture? Cultural Studies and Game Studies. Sage Publications, 2010.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Núcleo de Política e Gestão Tecnológica. Grupo de Estudos e Desenvolvimento da Indústria de Games. **Mapeamento da Indústria Brasileira e Global de Jogos Digitais**. Relatório Final. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/seminario_mapeamento_industria_games042014_Relatorio_Final.pdf>. Acesso em 16 de set. 2014.

O QUE DIZEM SOBRE O CORPO DO OUTRO? Genealogia dos corpos ameríndios e sua relação com a educação

Maiara Damasceno da Silva Santana¹

Resumo: O objetivo desse artigo é levantar algumas questões para a reflexão: como os impactos de padronização/uniformização do corpo, proposto no período do Brasil Quinhentista e reiterado pela escola formal², recaem sobre as práticas corporais indígenas? Quais as representações corporais indígenas foram elaboradas durante esse período histórico? A noção de corpo adotada neste artigo é do corpo sujeito, que vive, pulsa, sente e estabelece relações complexas com o mundo, ultrapassando a dimensão biológica. Através do estudo bibliográfico, realizamos uma genealogia, mostrando como os corpos indígenas foram elaborados e representados para os não indígenas, sobretudo com os registros escritos do século XVI. Observamos que houve a implantação de uma ordem “eurocêntrica” de compreensão do corpo e de educação, conformada nos sistemas de representação, que são, ainda hoje, veiculados nas escolas não indígenas.

Palavras-chave: corpo; educação; indígenas; representação.

*Fecha as pernas menina, tira a mão daí, isso não se faz
Me respeita menina, tira a mão daí, isso não se faz
Senta direito,
Tenha modos de moça,
Engole o choro,*

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Email: maiaramerico@yahoo.com.br.

² A educação formal é aquela que acontece basicamente no espaço escolar, através de estruturas disciplinares, curriculares e diretrizes educacionais, tendo como principal privilégio - a escrita.

*Fale como homem,
Homem não chora,
Tira a mão daí, isso não se faz
Que silêncio é esse?*

*Comporte-se, cale a boca, toma vergonha!
Comporta-se, cale a boca, toma vergonha!*

(Trecho da peça *Quem descobriu o amor?* do grupo Tribo do Teatro do Centro de Referência Integral de Adolescentes – CRIA, 1994)

O trecho que dá início ao texto, além de resguardar memórias discursivas muito frequentes na infância³, marca a trajetória de submissão, repressão e controle a que estão/são subordinados os corpos. Essas falas se fazem presentes na memória popular, grosso modo, e ainda hoje na educação das crianças, porque fizeram/fazem parte de um modelo de educação que tenta dissociar o corpo do prazer, considerando-o símbolo pecaminoso.

Com relação às crianças indígenas, considera-se recente os estudos na área da antropologia da criança, que tecem suas pesquisas tendo as crianças indígenas como interlocutoras do discurso. Vale destacar dois livros como fundamentais para o aprofundamento nesse campo de discussão, a saber: *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*, organizado por Aracy Lopes da Silva et al. (2002), e *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*, de Philippe Ariès (1998), que necessariamente não se debruça numa discussão densa sobre a criança indígena, pois seu objetivo é construir um panorama

³ Para Ariès (*apud* COHN, 2005, p. 21), “a ideia de infância é um construção social e histórica do Ocidente”.

que possibilite o questionamento referente à noção de infância, compreendendo-a como uma construção sócio - histórica.

A respeito do corpo, ponto de partida do artigo, enquanto objeto de estudo, ele foi marcado por inúmeras influências da biologia no seu tratado. Os discursos cartesianos, que fragmentam e reduzem suas dimensões à objeto e a visão platônica estabelecida no dualismo: mente-corpo, também tiveram fortes influências em suas abordagens. É imprescindível elucidar as noções de corpo, a qual será adotada neste artigo como corpo sujeito, que vive, pulsa, sente e estabelece relações complexas com o mundo, ultrapassando a dimensão biológica.

Um clássico importante para iniciar os estudos sobre corpo é Marcel Mauss (2003, p.401), com seu texto *As técnicas corporais*, do livro *Sociologia e Antropologia*. Nesse livro, o autor nos mostra que o corpo não é algo dado, não é biologicamente independente das ações humanas, o corpo recebe intervenções sociais, pois correspondem “as maneiras como os homens, sociedade por sociedade, e de maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos”.

Além das experiências rítmicas, de coordenação motora e de equilíbrio desencadeadas nas práticas corporais, que fazem com que o indivíduo conheça mais o seu corpo e os movimentos produzidos por ele, o corpo também é uma linguagem a partir da qual se manifesta a experiência-vivência. Para Le Breton (2007a, p. 07):

[...] o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída: atividades perceptivas, mas também expressão dos sentimentos, cerimoniais dos

ritos de interação, conjunto de gestos e mímicas, produção da aparência, jogos sutis da sedução, técnicas do corpo, exercícios físicos, relação com a dor, com o sofrimento, etc. Antes de qualquer coisa, a existência é corporal.

O pensamento do autor reafirma a ideia inicial já trazida por Mauss (2003), de que o corpo é construído socialmente, o que é contemplado também nos dizeres de Silva (2009, p. 31): “vivemos socialmente pelo corpo e é através dele que nos relacionamos, aprendemos, descobrimos e marcamos nossa presença no mundo, pois esta é corporal”. Pode-se perceber, portanto, que além dos processos sociais que são “assentados” nos corpos, há também o aspecto individual de criação e manipulação destes.

As “culturas”, de modo geral, imprimem em seus corpos suas tradições, através das atividades corporais desempenhadas e dos códigos e símbolos representados em seus corpos (ornamentação), de forma a se estabelecer uma relação própria com o cosmo, construindo relações de parentesco e fabricando a pessoa, ao longo da vida. Assim sendo, Daolio (2006, p.48-49), escreve que “o corpo é uma síntese da cultura, porque expressa elementos específicos da sociedade da qual faz parte. O homem, por meio do corpo, vai assimilando e se apropriando de valores, normas e costumes sociais” [...].

A escolha em utilizar a palavra cultura de modo aspeado concorda com a opção adotada por Manuela Carneiro da Cunha (2009), quando a autora faz menção a apropriação do termo pelos

povos indígenas para referir-se a uma cultura “para si” (sentido metalinguístico), principalmente quando desejam dialogar sobre aspectos constitucionais, ao invés de uma cultura “em si”, utilizada de forma não aspeada (sentido linguístico).

Retomando a questão do corpo, fica claro que ele é construído socialmente e representa a pessoa e o coletivo ao qual esta pertence. Através do corpo é possível manifestar a experiência-vivência e assim também acontecem nas várias sociedades indígenas. Gonçalves (2004) completa o argumento, narrando que:

O corpo é mais que um instrumento de produção da vida diária indígena, é material simbólico pelo qual se produzem ideias, valores éticos e estéticos. [...] É cortado, adornado, nomeado, perfurado, pintado, tornando-se mais do que corpo. Ganha, assim, uma imaterialidade, traduzida naquilo que se liga a ele, nas suas produções no mundo, naquilo que o anima, a alma. O corpo nasce, o corpo vive e o corpo morre... e nasce...

Historicamente, sobretudo para atender a lógica do mercado, as sociedades desenvolveram máquinas de produção de corpos, tornando-os mais eficientes e voltados para a dinâmica do capital, que demanda um tipo de ordem social, através de práticas de vigilância e controle. É nesse sentido que Foucault (2004, p. 117) define o corpo dócil como àquele que “pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”.

Diante de um contexto de veneração e culto exacerbado ao corpo, denominado corpolatria – segundo Codo e Senne (2004), proposto pela “ocidentalização”, que o produziu enquanto máquina, sob normas de controle, disciplina e alienação é necessário suscitar algumas reflexões nesse trabalho: como os impactos de padronização/uniformização do corpo, proposto no período do Brasil Quinhentista e reiterado pela escola formal, recaem sobre as práticas corporais indígenas? Quais as representações corporais indígenas foram elaboradas durante esse período histórico?

Cabe considerar que muitos saberes diferenciados, que acontecem no útero das comunidades indígenas, se contrapõe à lógica capitalista dos não indígenas. Estes saberes se dão por meio de conhecimentos que revelam trajetórias de gerações antecedentes, aspectos tidos como imprescindíveis para a formação de valores, conduta, ética e estética, pautados na experiência sensível, através das subjetividades e do sentido de ser/estar no mundo através do corpo.

Corpo e modos de transmissão e circulação de saberes indígenas

Primeiro é preciso esclarecer que estamos diante de um conjunto amplo de corpos indígenas ou ameríndios, daí a utilização, por diversas vezes no texto, de corpos no plural, acreditando assim, contemplar os mais de 230 povos indígenas existentes no Brasil, segundo informações recentes publicadas pelo Censo de 2010 do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE e pelo Instituto Socioambiental - ISA.

Para compreender a cosmologia, a organização social, as relações parentais e qualquer outra temática que se queira abordar a respeito das sociedades indígenas, é de fundamental importância que o ponto de partida seja o corpo, que necessariamente se processa através da noção de pessoa. Seeger, Da Matta e Viveiros de Castro (1987, p.04) acrescentam que as etnografias recentes têm se preocupado com as teorias nativas, abarcando discussões em torno da corporalidade, pois “o corpo, afirmado ou negado, pintado e perfurado, resguardado ou devorado, tende sempre a ocupar uma posição central na visão que as sociedades indígenas têm da natureza do ser humano”.

Dessa constatação, ao perpassar por algumas etnografias dos povos ameríndios das terras baixas sul-americanas foi possível apreender a importância que tem o corpo na construção da pessoa e do parentesco. As relações sociais presentes na construção desse corpo é que vão produzir a condição humana. O crescimento deste, em várias sociedades indígenas, não provém de uma qualidade biológica, mas de intervenções sociais realizadas sobre ele.

Com relação à “fabricação do corpo”, Viveiros de Castro (1979) a define como toda prática de intervenção feita sobre ele, conscientemente, a saber: a utilização de determinados alimentos, óleos, resguardos, uso de substâncias, como tintas, vegetais - em momentos e fases específicas da vida, folhas, bebidas alucinógenas; restrição de certos alimentos. Esse processo, geralmente, inicia-se na

gravidez, é continuado após o parto e, ao longo da vida, o indivíduo prossegue fabricando o seu corpo.

Para melhor elucidar como são fabricados os corpos ameríndios, faz-se necessário ressaltar que a fabricação destes acontece de maneira distinta em cada grupo, mas que em todas elas é possível perceber os processos de regimes de saberes que se manifestam.

Os Xikrin, povo tratado por Clarice Cohn (2000) em sua dissertação de mestrado e tantos artigos, acreditam que a criança ao nascer precisa endurecer seu corpo, pois nessa fase está mais vulnerável a perda do seu *Karon* (duplo). Identifica-se ainda outra relação com o tempo, uma vez que ele permite a construção do corpo e, conseqüentemente, da pessoa, ao longo da vida. O processo de endurecimento e fabricação do corpo da criança requer uma série de cuidados e os pais ajudam nesse processo.

No caso etnográfico dos Kaxinawá, Maccallum (1998) nos mostra que o corpo é fabricado através do conhecimento que vai se acumulando e incorporando a ele. Essa relação se dá através de intervenções externas, que faz o corpo crescer, auxiliadas pelo *dau* - planta medicinal.

Os Maxacali e muitos outros grupos indígenas aproximam-se na afirmação de que o bebê não nasce pessoa e que essa condição precisa ser construída. Vieira (2009) nos mostra que o processo de construção da pessoa humana, para os Maxacali, acontece concomitante ao de parentesco. A ingestão de certos alimentos tanto ajuda na fabricação do corpo, como pode ocasionar a perda de sua

condição humana, com a quebra do resguardo. No caso Maxacali, a perda dessa condição faz com que a pessoa vire um *immõxã* – espírito ruim, bicho.

Diante desse introdutório levantamento, ratifico a ideia de que o corpo é um tema central nas sociedades indígenas, inclusive tem crescido a cada dia as dissertações e teses em etnologias indígenas, que buscam compreendê-lo para assim poder aprofundar mais em questões outras.

Representação dos corpos ameríndios no Brasil quinhentista e sua repercussão em escolas não indígenas

Na história do Brasil, por volta dos séculos XVI e XVII, com a colonização europeia, os grupos indígenas vivenciaram momentos de grandes repressões no que se referem às manifestações de sua cultura corporal, que é definida por Daolio (2006) como o conjunto de movimentos, hábitos e costumes relacionados às práticas corporais.

Os inúmeros adjetivos utilizados para classificar os indígenas: o bom, o preguiçoso, o selvagem, o manso, o traiçoeiro, o inocente e tantos outros, passaram a fazer parte dos discursos da época, sendo assimilado por um número significativo de pessoas. Foram representações formadas no Brasil quinhentista, mas, que emergem até hoje nos discursos populares, uma vez que são reforçadas no espaço escolar não indígena. Essas representações perpetuam uma visão “eurocêntrica”, pautada numa série de equívocos.

Vale pontuar também que estas são marcadas pela heterogeneidade dos relatos e pelo estranhamento às diferenças, fundamentam-se nos registros escritos e memórias iconográficas do Brasil Quinhentista, através do relato de cronistas (denominadas crônicas de viagens), missionários e viajantes, a saber: Jean de Léry, André Thevet, Hans Staden, Pero de Magalhães de Gândavo, Gabriel Soares de Souza, Ulrich Schmidel, Anthony Knivet, Manuel da Nóbrega e Fernão Gardim.

As narrativas do Brasil Quinhentista tinham como objetivo descrever o modo de vida dos habitantes do novo mundo, assim como, o habitat, a fauna e a flora do local. No entanto, deve-se considerar que esses registros foram construídos num determinado espaço ideológico a partir de influências políticas, econômicas, culturais e sociais e que não devem, portanto, ser compreendidos como um discurso neutro.

No livro, *Viagem á terra do Brasil*, Jean de Léry (1980, p.117-118 *apud* SODRÉ, 2003, p.13–14), escritor francês, descreve o índio da seguinte maneira:

Se quiserdes agora figurar um índio, bastará imaginardes um homem nu, bem conformado e proporcionado de membros, inteiramente depilado, de cabelos tosquiados como já expliquei, com lábios e faces fendidos e enfeitados de ossos e pedras verdes, com orelhas perfuradas e igualmente adornadas, de corpo pintado, coxas e pernas riscadas de preto com o suco de jenipapo, e com colares de conchas penduradas no pescoço. Colocai-lhe na mão seu arco e suas flechas e o vereis retratados bem garboso ao vosso lado.

O autor ilustra o índio como uma figura vigorosa, exótica e enfeitada. Este tipo de projeção imagética, ainda hoje, repercute nos livros didáticos e na maioria dos filmes onde aparece a figura do índio, como por exemplo, *Apocalypto*, Hans Staden e *Caramuru: A invenção do Brasil*. Esse “manequim étnico” termo designado por Sodré (2003) foi criado com base no fenótipo de grupos indígenas no período da chegada dos europeus às terras “brasileiras”.

Thevet (1978, p.199 *apud* PACHECO DE OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p.28), também escritor francês, viajante do século XVI no Brasil, descreve o índio da seguinte forma:

Aos canibais da terra firme e das ilhas cujas terras vão do cabo de Santo Agostinho às proximidades do Maranhão, são os mais cruéis e desumanos de todos os povos americanos, não passando de uma canalha habituada a comer carne humana do mesmo jeito que comemos carne de carneiro, se não até mesma com maior satisfação. [...] Não há fera dos desertos d’África ou d’Arábia que aprecie tão ardentemente o sangue humano quanto estes brutíssimos selvagens. Por isso não há nação que consiga se aproximar-se deles, seja cristã ou outra qualquer [...].

O autor descreve com horror a prática antropofágica, a qual designa como um ato canibal, demonstrando estranhamento sobre essa prática ritualística. O termo canibalismo refere-se à prática de comer carne humana para sacio da fome (presa x predador), enquanto a antropofagia não tem esse caráter, não devendo, desse

modo, ser compreendida como costume alimentar. É uma prática complexa de predação, que envolve uma série de relações, como a apropriação de agências, por exemplo. No texto *Banquete de gente: comensalidade e canibalismo na Amazônia*, Carlos Fausto (2002) corrobora com essa noção. Em seu ensaio, o autor trata da caça e da guerra na Amazônia, além de discutir questões referentes à comensalidade e predação como coisas distintas, mas articuladas. Dessa maneira, Fausto aprofunda as discussões inexploradas em sua pesquisa anterior, realizada com os Parakanã.

No trecho da carta de Caminha (1963), escrita em 1500, pode ser compreendida uma concepção distinta de como os indígenas eram percebidos:

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixa de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência. Ambos traziam o beijo de baixo furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador.

Caminha mostra, através de sua carta, que os costumes indígenas eram bem diferentes dos costumes europeus: a forma como se alimentavam, os animais dos quais não tinham conhecimento - boi, vaca, cabra, ovelha e galinha e os adereços que usavam. Ele definiu os indígenas como “gente de tal inocência” que

acreditava que estes se tornariam logo cristãos se soubesse falar a mesma língua, concepção que mais tarde foi substituída pelo discurso de serem selvagens inconstantes.

A relação entre os diferentes é apresentada nesses relatos escritos a partir da superioridade dos estrangeiros e da selvageria dos indígenas, marcadas por sistemas de representação que, sejam eles conscientes ou não, regulam padrões e relacionamentos entre pessoas e grupos. De acordo com Gomes (2003, p. 76):

Podemos inferir que a vida coletiva, como a vida psíquica os indivíduos, faz-se de representações, ou seja, das figurações mentais de seus componentes. Os sistemas de representação são construídos historicamente; eles originam-se do relacionamento dos indivíduos e dos grupos sociais e, ao mesmo tempo, regulam esse relacionamento.

De acordo com Santos (2000) as representações sobre os ameríndios, elaboradas pelos europeus nem sempre representavam a realidade, embora sejam consideradas como importantes artefatos investigativos da história, do que posteriormente veio a ser Brasil. Sobre isso, Rodrigues (1986, p. 11 *apud* GOMES, 2003, p. 76) sustenta que:

[...] uma vez constituídos, os sistemas de representações e sua lógica são introjetados pela educação nos indivíduos, de forma a fixar as similitudes essenciais que a vida coletiva supõe, garantindo, dessa maneira, para o sistema social, uma certa homogeneidade.

É importante salientar que para Silva (1995, p. 200) a representação é “um processo de produção de significados sociais através dos diferentes discursos”, e que as representações dão pistas de como os índios eram representados em vários momentos históricos e nos fazem refletir como são representados nesse período atual: o que mudou?

Considerações finais

O imaginário criado há mais de 510 anos sobre os indígenas, originário das narrativas históricas e memórias iconográficas do Brasil, reproduz-se na sociedade contemporânea, constituindo uma memória social “eurocêntrica”. As representações preconceituosas sobre os povos indígenas foram fortemente arraigadas e fazem parte do imaginário “popular”, fruto de uma construção simbólica, sendo as escolas uma das principais disseminadoras.

Através de uma síntese genealógica, mostrei como os corpos indígenas foram (e ainda são) representados para os não indígenas, sobretudo com os registros escritos do século XVI. Observei que houve a implantação de uma ordem “eurocêntrica” para a compreensão dos corpos ameríndios, conformada nos sistemas de representação, que são, ainda hoje, veiculados nas escolas não indígenas. É nessa lógica, que as lideranças e os movimentos indígenas, criados principalmente na década de 80, têm se fortificado tenazmente nas lutas, organizando-se e reivindicando seus direitos,

contribuindo para a compreensão de uma ressignificação da imagem e da representação dos povos indígenas no cenário atual.

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe. **A criança e a vida familiar no Antigo Regime**. Lisboa: Relógio D'água, 1998.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. 1ª ed., 49ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, 20).

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel**, Dominus, São Paulo: Edição de base, 1963. Disponível em: <<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>>. Acesso em: 23 agost. 2012.

CODO, Wanderley; SENNE, Wilson A. **O que é corpolatria**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

COHN, Clarice. **Crescendo com um Xikrin**: uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá. v.43. Revista de Antropologia. São Paulo: USP, 2000. pp.195-222.

_____. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. "Cultura com aspas e outros ensaios." **Ensaio**s. Cosac Naify, 2009, 436p.

DAOLIO, Jocimar. **Cultura**: educação física e futebol. 3ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

FAUSTO, Carlos. **Banquete de gente**: comensalidade e canibalismo na Amazônia. Revista Mana. 8(2): 7-44, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v8n2/16135.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 29ªed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. (Tradução de Raquel Ramalhete).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª ed. 13 reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação**. Revista brasileira de Educação. Maio/Jun/Ago, nº 23, 2003. pp.75 – 85 p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a05.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

GONÇALVES, Marco Antônio. **O simbolismo do corpo na cultura indígena**. Ministério da justiça: Museu do índio/ FUNAI, 2004. Disponível em: <http://www.museudoindio.org.br/template_01/default.asp?ID_S=33&ID_M=123>. Acesso em: 14 nov. 2012.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/>>. Acesso: 16 abr. 2012.

KOFES, Suely. E sobre o corpo, não é o próprio corpo que fala? Ou, o discurso desse corpo sobre o qual se fala. In: BRUHNS, Heloísa Turini (Org.). **Conversando sobre o corpo**. 5ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994. p. 45 – 60.

LOPES DA SILVA, Aracy; MACEDO, Ana Vera da Silva Lopes; NUNES, Ângela (orgs.). **Crianças indígenas**: ensaios antropológicos. São Paulo: Global/ Mari/ Fapesp, 2002.

LE BRETON, David. **A Sociologia do corpo**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007a. Tradução: Sônia M. S. Fuhrmann.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011b. Tradução: Fábio dos Santos Creder.

LUZ, Narcimária C. P. **Do monopólio da fala sobre educação à poesia mítica africano-brasileira**. Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade. Salvador, v. 12, n.19, p. 61-80, jan./jul., 2003d.

MACCALLUM, Cecilia Anne. **O corpo que sabe**: da epistemologia Kaxinawá para uma antropologia médicas das terras baixas sul-americanas. In: ALVES, PC., and RABELO, MC. Orgs. Antropologia da saúde: traçando identidades e explorando fronteiras [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1998. pp. 215-245.

MAUSS. M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MUNDURUKU, Daniel. **Sobre piolhos e outros afagos**: Conversas ao pé da fogueira sobre o ato de educar (se). São Paulo. Editora: Palavra de índio, 2005.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

SANTOS, Yolanda Lhullier dos. **Imagem do índio**: o selvagem americano na visão do homem branco. São Paulo: IBRASA, 2000.

SILVA, Maria Cecília de Paula. **Do corpo objeto ao sujeito histórico**: perspectivas do corpo na história da educação brasileira. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____(org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

_____. Currículo e identidade social: territórios contestados. _____ (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. pp. 190-207.

SODRÉ, Maria Dorath Bento. **Ecoss de palavras-imagens: o índio no discurso de intelectuais baianos nos 400 anos do Brasil**. 2003. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

VIEIRA, Marina Guimarães. **Virando Inmõxã**: uma análise integrada da cosmologia e do parentesco Maxacali a partir dos processos de transformação corporal. *Amazônica: Revista de Antropologia (UFPA)*, 2009. pp. 308-329.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. **A fabricação do corpo na sociedade xinguana**. *Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia*, n. 32, pp. 40-49, 1979.

SEEGER, Anthony; DA MATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In: OLIVEIRA FILHO, J.P. (Org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1987. p. 2–19.

IDEOLOGIA, ORGANIZAÇÃO E VOTO: APONTAMENTOS SOBRE O COMPORTAMENTO DOS PARTIDOS NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS (2000 - 2012)

Marcela Gimenes Tanaka¹
Jean Lucas Macedo Fernandes²

Resumo: O objetivo do trabalho é apontar um panorama geral do funcionamento da política local paulista na última década (2000-2012), a partir das dimensões do comportamento eleitoral e da organização partidária. Para tal, são analisados os quatro últimos pleitos municipais e a evolução dos órgãos partidários a partir de 2008. A primeira hipótese é a de que os votos da esquerda e da direita estão associados a fatores socioeconômicos e demográficos específicos, corroborando com a abordagem sociológica que afirma que o sistema partidário sofre reflexos das clivagens sociais. Trata-se, aqui, de defender a influência das divisões socioeconômicas e demográficas como caracterizadoras dos partidos políticos (Lipset; Rokkan, 1967). A outra hipótese é a de que os partidos se estruturam melhor nos grandes municípios, porém a direita consegue manter relativa força nas pequenas localidades (Avelar; Walter, 2008). Os resultados encontrados indicam que a clivagem centro-periferia e por porte dos municípios incidem sobre o desempenho eleitoral e a estruturação organizativa dos partidos no estado de São Paulo, evidenciando distinções entre as agremiações de esquerda e de direita.

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH . Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: marcela.tanaka@hotmail.com.

² Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH . Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: jeanlucasmf@gmail.com.

Palavras-chave: eleições municipais; política paulista; partidos políticos.

Introdução: hipóteses e variáveis³

Nosso objetivo é indicar um quadro geral do funcionamento da política local paulista da última década. Para tal, abordaremos os quatro últimos pleitos para o poder executivo municipal (2000, 2004, 2008 e 2012). Entendemos a necessidade de pesquisas sobre a política local, devido à sua importância na organização da política estadual e nacional e, principalmente, porque o estudo dos sistemas partidários locais e os respectivos papéis dos partidos têm estado fora do foco dominante dos estudos partidários e eleitorais (KERBAUY, 2010). Para os partidos maiores, as eleições locais ganham ainda mais peso estratégico, pois a política de alianças desenvolvida localmente pode ser um recurso importante para as eleições nacionais, sobretudo para a disputa da Presidência da República (BRAGA; RODRIGUES-SILVEIRA; BORGES, 2012) A escolha de São Paulo se deu, por um lado, pelo fato de ser o estado que detém o maior eleitorado do país⁴ e, por outro, por abrigar bases partidárias

³ Este estudo faz parte do Projeto Temático Fapesp "Organização e funcionamento da política representativa no Estado de São Paulo (1994 e 2014)" 2012/19330-8, cujo objetivo geral é analisar a organização e o funcionamento da política representativa no estado de São Paulo, entre 1994 e 2012.

⁴ Em 2012, o total do eleitorado no estado era de 31.253.317, correspondendo a cerca de 22,3% do eleitorado nacional (fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE).

das atuais 32 agremiações do sistema partidário nacional. O caso de São Paulo é significativo devido à sua complexidade social, que traz consigo uma pluralidade de atores políticos, diferenças socioeconômicas significativas e uma diversidade social considerável. Acreditamos que testar nossas hipóteses neste cenário pode apontar alguns caminhos importantes.

Dessa maneira, pretendemos apontar direções sobre o entendimento da política paulista através da análise dos partidos que a compõem, abordando-os sob duas óticas. A primeira é o *retorno do eleitor*, ou seja, se os partidos foram recompensados ou punidos por meio dos votos; de maneira geral, isso pode ser observado por meio de seu sucesso nas urnas, a partir da perspectiva do comportamento eleitoral. A segunda chave de entendimento passa pela dimensão da *estrutura organizacional*, isto é, se os partidos estão organizados sob Diretórios ou Comissões Provisórias⁵. Os Diretórios são unidades organizativas mais complexas, visto que se constroem com um número maior de filiados e exigem a realização de uma convenção municipal para a sua homologação. As Comissões Provisórias, por outro lado, se instituem por iniciativa da direção estatal do partido e possuem um tempo delimitado de duração (90 dias).

⁵ Os dados sobre órgãos partidários se encontram disponíveis no TSE, de maneira mais consistente e para todos os partidos aqui estudados, apenas a partir de 2008. Por isso, a série histórica desta dimensão de análise será menor (2008-2012). Vale ressaltar também que, como o registro destes órgãos muda ao longo do ano, uma estratégia metodológica foi adotada: selecionaram-se apenas aqueles órgãos que mais predominaram ao longo do ano, considerando-se o número de meses. Ou seja, não se fala em existência *per se* de um Diretório ou Comissão, mas sim de uma *predominância* do órgão no decorrer do ano.

Comparativamente, os Diretórios exigem maior participação e atividade dos membros filiados, além de constituir o tipo mais institucionalizado e formalmente democrático de organização partidária (BRAGA; RODRIGUES-SILVEIRA; BORGES, 2012). É onde acontece, de fato, a “vida partidária” (GUARNIERI, 2011, p. 239).

Nossas hipóteses, por conseguinte, se inserem nesse debate sobre padrões de votação e organização partidária. A primeira hipótese em que trabalharemos diz respeito à possível correlação entre o voto partidário e distinções socioeconômicas e demográficas. Sobre isso, o estudo de Lipset e Rokkan (1967) é fundamental, uma vez que é pioneiro na defesa de que as preferências políticas são reflexos de distinções sociais, hipótese que é reiterada em Lipset (2001), demonstrando assim sua permanência. O argumento defendido é o de que o eleitor tende a ter um determinado padrão de votação segundo suas condições de vida e de seus processos de socialização. Concordamos com Meneguello e Bizarro Neto (2012), quando apontam o processo de urbanização como uma importante fonte de clivagem, sendo, dessa forma, essencial para a compreensão do padrão de apoio do eleitor aos partidos de São Paulo.

A segunda hipótese, relacionada à dimensão organizativa, é a de que há maior predominância de Diretórios nos grandes e médios municípios, onde a esquerda consegue mais sucessos eleitorais. Já pequenos municípios, as Comissões Provisórias se sobressaem, mas os partidos conservadores conseguem se manter mais bem estruturados, inclusive sob o formato de Diretórios. Isso se justifica,

por um lado, pelas dificuldades em se mobilizar filiados e constituir organizações mais sólidas em pequenos municípios, e por outro, pelo sucesso dos partidos de direita nas pequenas localidades.

Para além disso, trouxemos para a abordagem do estado de São Paulo o que Avelar e Lima (2000) e Avelar e Walter (2008) apontaram para o nível nacional, isto é, o argumento de que a política tradicional local ainda tem reminiscências, embora com menos força, em municípios menores e de menor qualidade de vida.

Assim, os partidos da elite política tradicional continuam dominando o poder municipal, embora aqueles de vocação urbana ou trabalhista venham avançando em áreas monopolizadas pelos partidos tradicionais. (Avelar e Walter, 2008, p.102).

Dito isto, nossa hipótese é de que os partidos de direita - separados aqui pelo espectro ideológico trabalhado pela literatura (LIMONGI E FIGUEIREDO, 1995; MAINWARING, MENEGUELLO E POWER, 2000; POWER E ZUCCO, 2011) tendem a ter redutos nos municípios paulistas cujo perfil é predominantemente rural e de pequeno porte, refletindo-se em uma estrutura organizacional mais formalizada (Diretório). Mainwaring, Meneguello e Power (2000) mostram as pautas que definem a clivagem esquerda-direita, sobretudo após a redemocratização. Os papéis do Estado e do mercado foram o principal tema nos anos 1990, contexto em que a defesa do Neoliberalismo se tornou a bandeira central da agenda conservadora. Outras questões importantes apontadas pelos autores na separação entre esquerda e

direita são: *encargos sociais e direitos trabalhistas*, para os quais a esquerda defende seus aumentos; posicionamentos em relação a assuntos polêmicos como *aborto, direitos humanos e igualdade para os homossexuais* – dos quais a direita tende a manter uma postura mais inflexível e negativa. A alta informalidade organizacional dos partidos conservadores é um aspecto já apontado pela literatura (BRAGA; RODRIGUES-SILVEIRA; BORGES, 2012). Entretanto, os mesmos autores mostram que o sistema partidário tem caminhado para a consolidação, em todos os níveis.

Da mesma forma, os partidos de centro e de esquerda tendem a obter maior sucesso eleitoral nos municípios de grande porte, onde se organizam em Diretórios, não conseguindo penetrar nos pequenos municípios de modo mais estruturado. Por partidos de centro, entende-se aqueles que não ocupam os extremos da escala ideológica e estão entre os polos da competição eleitoral (HAZAN, 1997), e geralmente são atores importantes para a composição de governos (PASQUARELLI; BIZZARRO NETO, 2012). Para além disso, procuraremos mostrar o descompasso que existe entre o percentual de prefeituras conquistadas pelos partidos ao longo do espectro e o percentual de população governada; quanto a isso encontramos que embora a direita eleja um maior número de prefeituras, é a esquerda quem governa mais pessoas. A partir desses dados será possível reiterar a hipótese de que a clivagem urbano/rural se reflete ao longo do espectro ideológico.

Na primeira sessão, o teste das hipóteses foi feito a partir da construção de tabelas, em série histórica, e que comportam a votação

para o cargo executivo municipal de oito grandes partidos do estado. Estes foram separados em *esquerda*: PT⁶, PSB e PDT; *centro*: PMDB; e *direita/centro-direita*: PSDB, DEM, PP e PTB⁷. Tais votações foram correlacionadas aos dados socioeconômicos de Taxa de Analfabetismo, Grau de Urbanização e População Economicamente Ativa (PEA) dos setores industrial, agrícola e de serviços⁸. A escolha dessas variáveis se justifica, em boa medida, porque têm sido trabalhadas pela literatura desde o final da década de 80, por exemplo, em Sadek (1989); para além disso, essas variáveis dão conta de fornecer um panorama geral das características dos municípios do estado, sendo possível a análise do comportamento eleitoral segundo o modelo de clivagens. Na segunda sessão, serão apresentados os dados de organização partidária, por porte de município, seguindo a separação dos partidos pelo espectro ideológico.

A competição nas prefeituras

O gráfico I⁹ traz a evolução da porcentagem do número de prefeituras conquistadas pelos partidos nos últimos 12 anos. Nesse período, observa-se que os partidos de direita conquistaram em todos

⁶ A lista de siglas se encontra em anexo.

⁷ A separação dos partidos ao longo do espectro ideológico segue a divisão feita por Avelar e Walter (2008), sendo a única exceção o PSDB. Aqui o colocamos no bloco mais à direita, pois entendemos que ao longo dos anos o partido vem se aproximando desse conjunto devido às coalizões que têm formado com partidos mais conservadores, sobretudo o DEM.

⁸ Todos os dados foram retirados do TSE (www.tse.jus.br) e da Fundação SEADE (www.seade.gov.br).

⁹ Todos os gráficos e tabelas se encontram em anexo.

os anos o maior número de prefeituras no estado, somando 58% do total em 2000 e 46,20% em 2012. A esquerda passa de 10,90% em 2000 para 18,61% em 2012. Embora a direita ainda detenha força na política local paulista para a competição do executivo municipal, ela se encontra em um ritmo constante de queda, se colocada sob a perspectiva desses quatro pleitos. A literatura nos dá respaldo para explicar esse fenômeno, mostrando que esse declínio está associado à penetração dos partidos de esquerda em redutos antes controlados por partidos tradicionais (AVELAR E WALTER, 2008). Além disso, no fim da década de 80, Sadek (1989) já havia sinalizado essa tendência ao demonstrar a interiorização do PMDB nas disputas presidenciais, evidenciando o recuo do poder tradicional e o avanço das forças de oposição.

Já o Gráfico 2 aponta o percentual de população governada, isto é, o total de pessoas que um partido tem sob controle ao assumir determinado município. É notório o descompasso entre número de prefeituras, apresentado no primeiro gráfico, e o número de população governada. Enquanto a direita possui o maior número de prefeituras, é a esquerda que governa o maior número de pessoas. Em outras palavras, embora a esquerda não ganhe muitas prefeituras, ela é capaz de angariar votos e prefeituras nas cidades com maior número de habitantes. Essa disparidade é completamente sentida quando se observa o ano de 2012, em que com apenas 18,61% das prefeituras a esquerda controla 53,18% da população, ao passo que

com 46,20% dos mandados da direita, somente 25,76% da população é governada por ela¹⁰.

Uma ressalva deve ser feita quanto a esses números: dado que a cidade de São Paulo entra na contabilidade dos números, é evidente que o partido vencedor na cidade tende a levar consigo grande parte da população, uma vez que o município de São Paulo tem, sozinho, cerca de 27% do total da população do estado. Porém, isso não retira o argumento, visto que nos anos de 2000 e 2012 quando o PT, representante da esquerda esteve na prefeitura de São Paulo (com Marta Suplicy e Fernando Haddad, respectivamente) a diferença entre número de prefeituras e população governada é considerável, ao passo que quando partidos mais à direita do espectro ideológico estiveram no poder em 2004 e 2008 (com José Serra [PSDB] e Gilberto Kassab [DEM], respectivamente) a diferença é quase imperceptível. Disso tudo decorre a conclusão já enunciada de que a direita tem seus redutos mais consolidados em municípios de pequeno porte, enquanto que a esquerda detém maior força nas grandes cidades. A explicação para esse fenômeno se dá no sentido de que o coronelismo (LEAL, 1949) - geralmente associado à política tradicional e aos partidos de direita - deu origem a uma política personalista nos pequenos municípios, a qual persiste, ainda que com menor intensidade e passando por mudanças (LAMOUNIER, 1978; KERBAUY, 2000; AVELAR E WALTER, 2008).

¹⁰ Os dados obtidos são universo, isto é, usou-se os 645 municípios para o cálculo dessas porcentagens.

Para reforçar nosso argumento, a tabela I¹¹ correlaciona dados de votação partidária e dados socioeconômicos, a fim de testar se essas duas variáveis têm correlação entre si, isto é, se é verdade que as clivagens rural/urbano, mais desenvolvimento/menos desenvolvimento, centro/periferia têm impacto sobre o comportamento do eleitor. A literatura aponta que sim, tanto trabalhos clássicos como o de Lipset e Rokkan (1967), Faria (1975), Sadek (1989) quanto os mais contemporâneos - Singer (2000), Lipset (2001), e Meneguello e Bizzarro Neto (2012). De modo geral, todos apontam que a variável regional das clivagens importa na tomada de decisão do eleitor. Ou seja, os partidos foram capazes de manter seus redutos em locais específicos, de modo a ser possível a identificação de um padrão de votação segundo dados socioeconômicos. O que a literatura defende é que em locais mais desenvolvidos e urbanos o voto tende a ser em partidos de oposição, enquanto que nos locais rurais e menos desenvolvidos o voto tende a se concentrar no partido do governo. A defesa desse argumento se dá no sentido de que o eleitor cujo status socioeconômico é maior detém maior número de informações e condições para a construção de um universo cognitivo

¹¹ Nota metodológica: construímos essa tabela com testes estatísticos r de Pearson, pois os dados são quantitativos e lineares, sendo este o teste indicado. O r de Pearson correlaciona duas variáveis e mostra a força associativa que elas têm entre si. Seu valor varia de +1,00 a -1,00, sendo o valor +1,00 uma correlação perfeita diretamente proporcional, isto é, à medida que uma variável cresce, a outra também cresce. O valor -1,00 é uma correlação perfeita inversamente proporcional, isto é, à medida que uma variável cresce a outra diminui. Quanto mais próximo de 1 for o resultado, mais forte é a correlação entre as variáveis.

capaz de processar e refletir sobre a conjuntura política em que se está inserido (AVELAR E LIMA, 2000).

Para os dados do estado de São Paulo, faz sentido colocar a esquerda na oposição, uma vez que a hegemonia de uma coalizão mais à direita no governo do estado, sobretudo do PSDB, se faz sentir desde a eleição de Mario Covas em 1994. Dessa maneira, é possível pensar em uma possível reprodução da política nacional no nível local, já que PT e PSDB têm sido adversários nas disputas presidenciais desde 1994, mas, particularmente, desde 2002 (MENEGUELLO, AMARAL E BIZZARRO NETO, 2014), além do fato de que as atuais disputas municipais terem sido inseridas de vez no cenário nacional (KERBAUY, 2010).

O que se pode inferir dos dados apresentados na Tabela I é que os partidos de esquerda obtiveram correlações positivas para PEA Industrial em todos os anos para quase todos os partidos, sendo duas apenas as exceções - PSB e PDT em 2012. O mesmo se repete com o Grau de Urbanização. O que os dados apontam é que em locais com maior grau de urbanização e cujo setor econômico predominante é o industrial o sucesso eleitoral tende a ser maior entre os partidos representantes da esquerda. A prova desse comportamento se dá ao observar os dados de PEA Agrícola que mostram correlações negativas, significando menor sucesso eleitoral em cidades agrícolas. No que se refere aos partidos de centro e de direita, estes mostram dados que sugerem que o comportamento do eleitor que vota nestes partidos tende a ser agrícola e menos urbanizado.

Outro dado que a Tabela I apresenta é o de Taxa de Analfabetismo, à luz de nosso argumento, o que se esperava era encontrar correlações positivas para partidos de direita e negativas para partidos de esquerda, uma vez que a hipótese era de que municípios com menor índice de escolaridade tendem a votar na direita (SINGER, 2000). Essa hipótese se confirma com os dados trazidos.

O que se conclui desta sessão é que a política partidária responde, ainda, ao paradigma tradicional colocado pela abordagem sociológica das clivagens, refletindo assim no comportamento eleitoral dos partidos nos municípios do estado. Este comportamento está atrelado a características socioeconômicas específicas, o que se associa, por sua vez, à divisão entre direita e esquerda. Existem mudanças na orientação do eleitorado, conforme mostraram Avelar e Walter (2008). Porém, as variáveis clássicas são capazes de exercer influência sobre a dinâmica partidária em nível local, embora com menos força e significância, conforme evidenciaram os dados.

A organização partidária nos municípios paulistas

A fim de perceber melhor a distribuição organizativa dos partidos no estado de São Paulo, adotamos um recorte por porte de municípios, medido pelas suas populações totais. De acordo com o IBGE, a divisão dos municípios pela população se dá em três níveis básicos – sem se considerar outras subdivisões: *pequenos municípios*, com até 50 mil habitantes; *médios municípios*, entre 50 e 100 mil habitantes; e *grandes municípios*, acima de 100 mil

habitantes¹². A partir desta divisão, será possível observar se há diferenças quanto à estruturação dos partidos e se o porte do município traz alguma influência sobre a forma organizativa das agremiações.

A tabela II indica que os partidos mais à direita se estruturaram, majoritariamente, sob o formato de Diretório nos grandes municípios, sobretudo entre os anos de 2008 e 2010. Entretanto, a partir de 2011, o que se observa é um aumento na proporção de Comissões Provisórias. São os casos do PTB, que destituiu todos os Diretórios em abril de 2011, e do PP, que no mesmo ano quase iguala a proporção entre os órgãos e, em 2012, inverte o quadro e passa a ter mais Comissões. Em relação ao DEM, o único Diretório registrado é o de São Paulo, que foi desfeito em 2011. Ainda que o partido se estruture quase que totalmente em formato de Comissões, vale destacar o seu crescimento organizativo ao longo deste período – passa de 67 Comissões em 2008 para 75 em 2012, registrando assim uma presença formal mínima em todos os grandes municípios do estado. Corroborando com outros trabalhos que já indicaram a forte presença organizacional do PSDB (ASSUMPÇÃO, 2008) e PMDB (BIZZARRO NETO, 2013) no estado, os dados mostram que ambos se estruturam significativamente sob a forma de Diretórios. Apenas em 2012 o PMDB aparenta certo enfraquecimento organizativo, apresentando quase 61% de Comissões entre os grandes municípios. Por fim, entre os partidos da

¹² O número de municípios (n) em cada uma dessas divisões é: grandes municípios (75); médios municípios (48); pequenos municípios (522).

esquerda, o quadro é heterogêneo: enquanto o PSB registra um crescimento no número de Comissões Provisórias, chegando a 75 (100%) em 2012, o PT mantém praticamente estável o seu formato em Diretórios, evidenciando a força de suas estruturas internas no nível local. Já o PDT é o partido que mais se mostra equilibrado, chegando a empatar no número de órgãos nos dois primeiros anos e, depois, apresenta maior crescimento na formação de seus Diretórios.

De modo geral, o que se observa é que todos os partidos se estruturaram majoritariamente em Diretórios, indicando que os grandes municípios facilitam a penetração das agremiações. Mesmo dentre aqueles que possuem mais Comissões (DEM e PSB, principalmente), é notável que elas existam em todos os municípios – ou seja, os grandes municípios são o principal alvo de estruturação e disseminação da organização partidária.

Nos médios municípios, duas mudanças principais são observadas. O PP passa a ter uma distribuição mais equitativa entre os órgãos e, a partir de 2011, as Comissões passam a ser o predominante. Assim, para este estrato, o partido parece perder certa força na organização formal. A outra mudança observada é no PDT, que passa a se sobressair com as Comissões, em detrimento dos Diretórios. Para os demais partidos, o quadro é semelhante ao dos grandes municípios.

Por fim, nos pequenos municípios o quadro é semelhante, como mostra a tabela IV, porém o predomínio dos Diretórios diminui ligeiramente em dois grandes partidos. No PSDB, a proporção dos Diretórios cai de cerca de 89,8% nos médios

municípios para quase 81%, ao passo que para o PT, a queda é de 98,3% para 73,3%. Já o PMDB apresentou tendência inversa e cresceu em Diretórios, registrando um aumento médio de 70,8% para 76,7% na proporção de Diretórios em relação às Comissões. Fica evidente que, mesmo após a crise política pela qual passou na última década (BIZZARRO NETO, 2013), o partido ainda preserva uma estrutura organizacional forte nos pequenos municípios, herdada em grande medida do antigo MDB (KINZO, 1988; SADEK, 1989). No bloco dos partidos de direita, os dados apontam para o predomínio dos Diretórios no PP e no PTB. Já o DEM, mesmo na forma de Comissões, alcança significativa penetração nas pequenas localidades, conseguindo se fazer representar em praticamente todos os municípios. Nesse sentido, nota-se que os principais partidos de direita possuem grande penetração nos municípios paulistas, inclusive nos pequenos.

Os partidos de esquerda, por sua vez e à exceção do PT, possuem uma proporção maior de Comissões, além de não conseguirem obter registro na quase totalidade de municípios considerados pequenos. Do total de 522 municípios, apenas em 2012 o PSB se aproxima, registrando 518 órgãos.

A análise da constituição formal das agremiações, por porte de município, indica que os partidos de direita conseguem atingir mais localidades, ainda que sob a forma de Comissões. Entre os Diretórios, cabe destacar a predominância do PP e do PTB, mesmo dentre os municípios pequenos. Os principais partidos (PT, PSDB e PMDB) possuem representatividade nos três níveis, de maneiras um

tanto quanto semelhantes. No caso do PMDB, cabe ressaltar que há um crescimento dos Diretórios em pequenos municípios, evidenciando a manutenção da força organizacional do partido no nível local. Partidos como DEM e PSB adotam a estratégia das Comissões Provisórias. No caso do DEM, isso garante que o partido tenha uma organização formal mínima em praticamente todos os municípios do estado.

Essas diferenças entre a organização dos partidos nos municípios pode estar associada ao peso do contexto histórico local de suas formações. A existência de lideranças de destaque (Paulo Maluf e Orestes Quércia, por exemplo), ou ainda a herança organizacional dos partidos do regime militar (ARENA e MDB – ambos com forte penetração nos municípios paulistas), são fatores que certamente exerceram influência na maneira como as agremiações se estruturaram no estado.

Considerações Finais

A política local paulista vem se alterando ao longo das eleições. Ao tomarmos o pleito de 2012, por exemplo, em que as correlações tanto mostram mais exceções, quanto são muito fracas. Embora alguns padrões já tenham sido longamente discutidos pela literatura ainda se comprovem, trouxemos dados que refletem o efeito dos processos de clivagens e como estas definem preferências políticas específicas. Desses processos, dois são fundamentais para a compreensão da política local no estado, em primeiro lugar a clivagem urbano/rural, aqui representada pelos indicadores de PEA e

de Grau de Urbanização. Este indica que os partidos de direita ainda detêm seus redutos em locais menos urbanizados e mais agrícolas, comprovando o argumento da existência de uma política tradicional ainda voltada para os pequenos municípios rurais.

Em segundo lugar, a clivagem de centro e periferia, notadamente sendo comprovada pelos dados do descompasso dos percentuais de número de prefeituras e de total de população governada, além dos dados de Taxa de Analfabetismo. Tal qual indicado por Avelar e Lima (2000), o eleitor de maior status socioeconômico tende a ter mais informações para orientar seu voto. Esse maior status socioeconômico está associado aos grandes municípios, locais onde a esquerda detém seus redutos.

Em relação à organização partidária, a clivagem por porte dos municípios mostra que os partidos de direita se sobressaem em todos os níveis, seja pela predominância dos Diretórios (PP e PTB), seja por conseguir com que as Comissões Provisórias se estabeleçam em quase todas as localidades (DEM). Assim, fica atestada a “vocação local” dos partidos conservadores no estado (MENEGUELLO; BIZZARRO NETO, 2012), ou seja, a existência de bases importantes que sustentem suas organizações - sejam recursos ou lideranças locais, por exemplo, e que conseguem desempenhar um papel significativo na estruturação dessas agremiações no estado. Os partidos de esquerda, por sua vez, conseguem maior penetração nos grandes e médios municípios. PT, PSDB e PMDB, devido à longa trajetória de organização e

competição no estado, apresentam uma organização mais robusta em todos os estratos.

De maneira geral, os dados apresentados procuram contribuir para uma maior compreensão do quadro geral da política paulista da última década. Sendo assim, podemos depreender que no nível local, os partidos de esquerda tendem a ter maior sucesso nas urnas onde características como grau de urbanização e PEA industrial são predominantes, além de ganharem as corridas eleitorais em municípios de maior porte, que é onde se encontram mais bem estruturados organizacionalmente. A direita, todavia, obteve maior sucesso em municípios menores com maior taxa de analfabetismo e mais agrícolas, locais em que suas agremiações conseguem se estabelecer formalmente, podendo exercer assim maior influência sobre a dinâmica eleitoral.

BIBLIOGRAFIA

ASSUMPCÃO, Raiane Patrícia Severino. *Análise Organizacional do Partido da Social Democracia Brasileira no Estado de São Paulo (1988-2006): a estrutura relacional e o capital político*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras/UNESP Araraquara, 2008.

AVELAR, Lúcia; LIMA, Fernão Dias de. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Revista Lua Nova*, Nº49, 2000.

_____ ; WALTER, Maria Inez Machado Telles. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Revista Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 1, Maio, 2008.

BIZZARRO NETO, Fernando Augusto. *PMDB: Organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

BRAGA, M.S.S.; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo; BORGES, Tiago. “Organización, território y sistema partidário: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estrutura del sistema partidário em Brasil”. *América Latina Hoy*, 62, 2012, pp. 15-45.

FARIA, Vilmar E. “As eleições de 1974 no estado de São Paulo: Uma análise das variações inter-regionais”. In: *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F.H. (Orgs). Cebrap/Paz e Terra, 1975.

GUARNIERI, Francisco. A Força dos Partidos "Fracos". *Dados*, Rio de Janeiro, vol.54, no 1, 2011.

HAZAN, R. Y.. *Centre Parties. Polarization and Competition in European Parliamentary Democracies*. London: Pinter, 1997.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *A Morte dos Coronéis: Política Interiorana e Poder Local*. Araraquara/São Paulo, FCL/Unesp/Cultura Acadêmica, 2000.

_____. *As Eleições Municipais de 2008: Federações Partidárias ou Partidos Nacionais*. 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 2010.

KINZO, Maria D’Alva. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

LAMOUNIER, Bolivar. “Presidente Prudente: o crescimento da oposição num reduto arenista”. In: *Os Partidos e o Regime: A lógica do processo eleitoral brasileiro*. REIS, F.W. (Org.) São Paulo: Símbolo, 1978.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados. *Revista Dados*, vol.28, 1995.

LIPSET, Seymour M., *Cleavages, Parties and Democracy*. In: Party Systems and Voter Alignments Revisited. Karvonen, L., Kuhnle, S. (orgs.) Londres: Routledge, 2001.

_____; ROKKAN, Stein (orgs.). *Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives*. New York, The Free Press, 1967.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel e POWER, Timothy. *Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MENEGUELLO, Rachel, AMARAL, Oswaldo E. do e BIZZARRO NETO, Fernando. *The similarity of the adversaries: The profile of middle-level elites of the PT and the PSDB*. Congress of The Latin American Studies Association, Maio, 2014.

_____; BIZZARRO NETO, Fernando.. *Contexto e Competição na Política Paulista*. *Dados*, n.55, v.1, 2012.

PASQUARELLI, B; BIZZARRO NETO, F. *O PMDB no centro no sistema político brasileiro*. Paper apresentado no 8º Encontro da ABCP, Gramado, 2012.

POWER, Timothy; ZUCCO Jr., César (orgs). *O Congresso Por Ele Mesmo*. Editora UFMG: Belo Horizonte 2011.

SADEK, Maria Tereza. “A Interiorização do PMDB nas Eleições de 1986 em São Paulo”. In: *Eleições 1986: História Eleitoral do Brasil*. SADEK, M.T. (Org.), São Paulo: IDESP/Vértice, 1989.

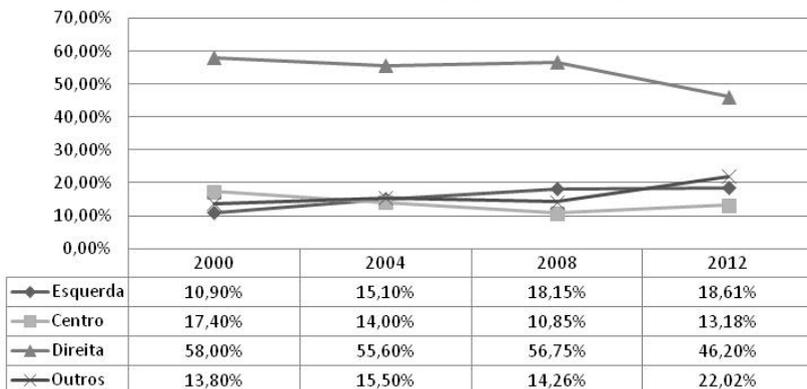
SINGER, André. *Esquerda e Direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 a 1994*. São Paulo: Edusp, 2000.

Anexo I – Lista de siglas

MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PAN - Partido dos Aposentados da Nação
DEM - Democratas
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PHS - Partido Humanista da Solidariedade
PL - Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN - Partido da Mobilização Nacional
PP - Partido Progressista
PPS - Partido Popular Socialista
PR - Partido da República
PRP - Partido Republicano Progressista
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSC - Partido Social Cristão
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC - Partido Social Democrata Cristão
PSL - Partido Social Liberal
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PST - Partido Social Trabalhista
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTN - Partido Trabalhista Nacional
PV - Partido Verde

Anexo II – Gráficos e Tabelas

Gráfico 1.
Evolução da Porcentagem do
Número de Prefeituras por Agrupamento Ideológico



Fonte: TSE

Outros inclui: PAN, PC do B, PHS, PL, PMN, PPS, PR, PRP, PSC, PSD, PSL, PSOL, PST, PTN E PV.

Gráfico 2.
Evolução da Porcentagem de População Governada

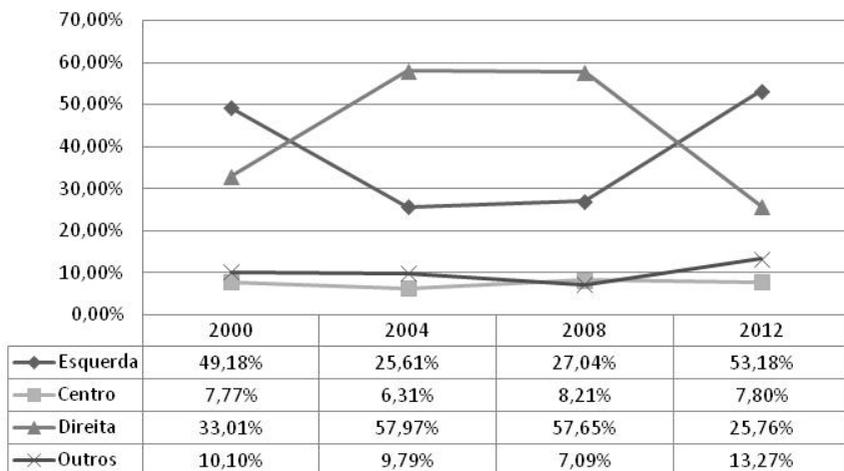


Tabela 1.
Correlações r de Pearson para Votação Partidária e Dados Socioeconômicos

2000								
	Esquerda			Centro	Direita			
	PT	PSB	PDT	PMDB	PSDB	DEM	PP	PTB
PEA Agr. 2000	-,181	-,096	-,003	,093	,007	,086	,050	-,043
PEA Ind. 2000	,139	,070	,014	-,054	-,071	-,061	,006	,014
PEA Serv. 2000	,053	,037	-,009	-,036	,072	-,035	-,058	,010
Tx. Analf. 2000	-,275	-,110	-,040	,063	,056	,136	,051	,016
Grau de Urbanização 2000	,240	,122	,051	-,061	-,070	-,084	-,070	-,025
2004								
	PT	PSB	PDT	PMDB	PSDB	DEM	PP	PTB
PEA Agr. 2000	-,098	-,022	-,079	,071	-,023	-,001	,099	,063
PEA Ind. 2000	,094	,041	,136	,001	-,018	-,038	-,013	-,084
PEA Serv. 2000	,014	-,019	-,037	-,071	,038	,035	-,094	,027
Tx. Analf. 2000	-,202	-,077	-,086	,063	,027	,097	,084	,065
Grau de Urbanização 2000	,155	,105	,055	-,022	-,033	-,169	,008	-,031
2008								
	PT	PSB	PDT	PMDB	PSDB	DEM	PP	PTB
PEA Agr. 2008	-,061	-,060	-,004	,072	,007	-,034	,055	,012
PEA Ind. 2008	,100	,030	,039	-,023	-,037	-,083	,039	-,011
PEA Serv. 2008	-,038	,024	-,041	-,046	,038	,112	-,094	,007
Tx. Analf. 2010	-,125	-,018	-,061	,016	,075	,023	,015	,089
Grau de Urbanização 2010	,086	,031	,050	,037	-,108	-,070	,055	-,053
2012								
	PT	PSB	PDT	PMDB	PSDB	DEM	PP	PTB
PEA Agr. 2008	,000	,163	,092	,172	,136	,152	,270	,120
PEA Ind. 2008	,060	-,148	-,061	-,084	-,098	-,180	-,007	-,044
PEA Serv. 2008	-,063	-,001	-,015	-,070	-,017	,075	-,259	-,068
Tx. Analf. 2010	,093	,205	,125	,117	,149	,367	,231	,235
Grau de Urbanização 2010	-,048	,033	-,065	-,004	,013	-,256	-,036	-,166

Fonte: TSE e SEADE

Tabela II – Órgãos partidários registrados nos grandes municípios, por partido

Partido	Quantidade (%)					
	Órgão	2008	2009	2010	2011	2012
DEM	CP	67 (98,5%)	74 (98,7%)	74 (98,7%)	75 (100%)	75 (100%)
	D	1 (1,5%)	1 (1,3%)	1 (1,3%)	0	0

PP	CP	10 (25%)	17 (23,3%)	26 (35,1%)	36 (48,6%)	56 (76,7%)
	D	30 (75%)	56 (76,7%)	48 (64,9%)	38 (51,4%)	17 (23,3%)
PTB	CP	6 (8,3%)	9 (12%)	17 (22,7%)	75 (100%)	63 (84%)
	D	66 (91,7%)	66 (88%)	58 (77,3%)	0	12 (16%)
PSDB	CP	8 (11,1%)	11 (14,7%)	17 (23%)	8 (10,7%)	6 (8%)
	D	64 (88,9%)	64 (85,3%)	57 (77%)	67 (89,3%)	69 (92%)
PMDB	CP	9 (12,2%)	9 (12,2%)	4 (5,3%)	29 (38,7%)	45 (60,8%)
	D	65 (87,8%)	65 (87,8%)	71 (94,7%)	46 (61,3%)	29 (39,2%)
PSB	CP	41 (64,1%)	52 (69,3%)	51 (68,9%)	51 (68,9%)	75 (100%)
	D	23 (35,9%)	23 (30,7%)	23 (31,1%)	23 (31,1%)	0
PDT	CP	32 (50%)	32 (50%)	34 (47,9%)	3 (4,1%)	28 (37,3%)
	D	32 (50%)	32 (50%)	37 (52,1%)	70 (95,9%)	47 (62,7%)
PT	CP	0	0	3 (4%)	3 (4,1%)	3 (4%)
	D	68 (100%)	75 (100%)	72 (96%)	70 (95,9%)	72 (96%)

Fonte: TSE.

Tabela III – Órgãos partidários registrados nos médios municípios, por partido

Partido	Quantidade (%)					
	Órgão	2008	2009	2010	2011	2012
DEM	CP	44 (100%)	48 (100%)	48 (100%)	48 (100%)	48 (100%)
	D	0	0	0	0	0
PP	CP	13 (48,1%)	16 (35,6%)	18 (41,9%)	29 (60,4%)	40 (83,3%)
	D	14 (51,9%)	29 (64,4%)	25 (58,1%)	19 (39,6%)	8 (16,7%)
PTB	CP	6 (12,5%)	6 (12,5%)	8 (16,7%)	48 (100%)	44 (91,7%)
	D	42 (87,5%)	42 (87,5%)	40 (83,3%)	0	4 (8,3)
PSDB	CP	6 (12,5%)	6 (12,5%)	9 (20%)	1 (2,1%)	2 (4,2%)
	D	42 (87,5%)	42 (87,5%)	36 (80%)	47 (97,9%)	46 (95,8%)
PMDB	CP	1 (2,6%)	5 (10,4%)	8 (16,7%)	23 (47,9%)	33 (68,8%)
	D	37 (97,4%)	43 (89,6%)	40 (83,3%)	25 (52,1%)	15 (31,3%)

PSB	CP	29 (76,3%)	35 (79,5%)	35 (77,8%)	33 (80,5%)	46 (97,9%)
	D	9 (23,7%)	9 (20,5%)	10 (22,2%)	8 (19,5%)	1 (2,1%)
PDT	CP	25 (61%)	25 (61%)	26 (61,9%)	25 (54,3%)	25 (53,2%)
	D	16 (39%)	16 (39%)	16 (38,1%)	21 (45,7%)	22 (46,8%)
PT	CP	1 (2,2%)	1 (2,1%)	0	0	2 (4,2%)
	D	44 (97,8%)	47 (97,9%)	48 (100%)	48 (100%)	46 (95,8%)

Fonte: TSE.

Tabela IV – Órgãos partidários registrados nos pequenos municípios, por partido

Partido	Quantidade (%)					
	Órgão	2008	2009	2010	2011	2012
DEM	CP	491 (100%)	504 (100%)	517 (100%)	514 (100%)	518 (100%)
	D	0	0	0	0	0
PP	CP	112 (34,9%)	134 (34,5%)	197 (46,8%)	339 (76,4%)	423 (92,2%)
	D	209 (65,1%)	254 (65,5%)	224 (53,2%)	105 (23,6%)	36 (7,8%)
PTB	CP	105 (20,9%)	120 (23%)	141 (27%)	521 (100%)	477 (91,4%)
	D	398 (79,1%)	402 (77%)	381 (73%)	0	45 (8,6%)
PSDB	CP	107 (20,7%)	109 (21%)	122 (25,6%)	79 (15,2%)	68 (13%)
	D	410 (79,3%)	410 (79%)	354 (74,4%)	441 (84,8)	454 (87%)
PMDB	CP	29 (6,2%)	39 (7,6%)	91 (19%)	190 (36,4%)	248 (47,6%)
	D	437 (93,8%)	476 (92,4%)	387 (81%)	332 (63,6%)	273 (52,4%)
PSB	CP	218 (68,6%)	217 (68,7%)	257 (69,5%)	286 (76,5%)	433 (96,7%)
	D	100 (31,4%)	99 (31%)	113 (30,5%)	88 (23,5%)	15 (3,3%)
PDT	CP	113 (74,3%)	125 (67,2%)	266 (71,1%)	297 (71,9%)	294 (72,4%)
	D	39 (25,7%)	61 (32,8%)	108 (28,9%)	116 (28,1%)	112 (27,6%)
PT	CP	154 (32%)	160 (32,7%)	151 (30,1%)	169 (32,6%)	83 (16%)
	D	328 (68%)	330 (67,3%)	350 (69,9%)	350 (77,4%)	436 (84%)

Fonte: TSE.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DA BAHIA

Luis Felipe Nascimento Lobo¹

RESUMO: Serão apresentados alguns elementos sobre o mundo do trabalho atrelando com a relação social de trabalho na atualidade priorizando o conceito da precarização do trabalho docente, permitindo melhor entendimento acerca do trabalho temporário nas escolas públicas de ensino médio da Bahia, partindo do pressuposto que a precarização do trabalho docente desestabiliza o trabalhador da educação deixando a profissão pouco atraente para novos profissionais. A precarização do trabalho é a subcontratação de profissionais no mercado de trabalho, aumentando a participação dos terceirizados através de empregos temporários, dessa forma, será observado a subcontratação de professores efetivos e o aumento da contratação do PST - Prestação de Serviço Temporário, e do REDA - Regime Especial de Direito Administrativo. O processo de precarização do trabalho interfere na atividade docente em todos os níveis e deve ser refletindo criticamente sobre os seus impactos na educação básica.

Palavras-Chave: Trabalho; Precarização; Atividade Docente.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo discutir o conceito de precarização do trabalho docente, criticando a subcontratação de professores nas escolas públicas da rede básica de ensino da Bahia.

¹ Graduando em Ciências Sociais e Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PROIC/UESC/FAPESB, Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. *email:* lobo.luisfelipe@hotmail.com

Observando a reorganização do mercado de trabalho sob a ótica da reestruturação produtiva do capital.

Inicialmente, será abordado um breve panorama sobre gestão econômica, observando a reestruturação produtiva que ocorreu principalmente nas duas últimas décadas. Posteriormente, explicaremos o conceito de precarização do trabalho observando suas subdivisões dentro de um prisma conceitual, tomando o cuidado em esclarecer o conceito de forma simples dentro da realidade social do trabalhador brasileiro. O cerne de nossa discussão se concentrará na precarização do trabalho docente, utilizando pesquisa exploratória com fontes secundárias e relato de experiência do período de estágio supervisionado. Será observado o aumento da contratação temporária e as medidas legais adotadas para legitimar a contratação temporária de professores na Bahia, assim, será feita uma reflexão crítica da estratégia do Estado para justificar a subcontratação de profissionais efetivos da educação básica, aumentando a participação dos terceirizados através de empregos temporários.

1. ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Após várias crises do capitalismo, o fordismo teve seu pior período entre a década de 1970 a 1980, quando surgiu o período de reestruturação econômica e o reajustamento sociopolítico dos Estados Unidos. Houve várias experiências em busca do modelo de acumulação inteiramente novo.

A acumulação flexível, como vou chama-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos de padrão de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos de industriais completamente novos até então subdesenvolvidas... (HARVEY, 1999 p. 140).

Com o aumento da mobilidade e da flexibilidade, os empregadores puderam fazer maiores pressões sobre a força de trabalho e controla-la. A adoção da acumulação flexível implicou em alto índice de desemprego estrutural, redução dos salários reais e diminuição do poder sindical. O sistema de gestão de produção flexível criou uma rede de subcontratação e de deslocamento com o intuito de proporcionar maior competitividade no mercado de trabalho e possibilidades de aceleração do ritmo de inovação de produtos, assim como redução do tempo de giro do consumo e o aumento de giro dos produtos como chave para lucratividade capitalista.

Entre os anos das décadas de 1980 aos 2000 o mundo do trabalho foi assolado por uma grande metamorfose na sua gestão de produtiva. Houve várias modificações significativas no seu parque industrial: a automação, a robótica, o circuito integrado, o micro

eletrônico entre outros, que possibilitaram a perpetuação da chamada “Revolução Tecnológica” acarretando em mudanças no modelo produtivo com a adoção do modelo japonês, o toyotismo.

Para Antunes (1999), essas mudanças e as crises do sistema de trabalho reduziram drasticamente a contratação de trabalhadores criando a “subproletarização do trabalho”, incorporando o trabalho precário, o temporário, o parcial e a terceirização. Tornando menos estável a condição do trabalhador efetivo.

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (ANTUNES, 2000 p. 35).

Assim se concretizou o legado do toyotismo, com o estoque mínimo, o controle de qualidade total, a flexibilização do trabalhador, a terceirização, e a subcontratação de trabalhadores. Além limitar a participação dos funcionários no movimento sindical reduzindo o poder do sindicalismo de classe.

2. PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO

O corporativismo, em seu mais completo conjunto, se legitimou através de condições de ofícios que expressam e obedecem as estritas regulamentações que são posta pela lógica empresarial.

O idioma corporativo comanda, assim, o acesso ao que se poderia chamar a cidadania social, o fato de ocupar um lugar reconhecido no sistema das interdependências hierárquicas que constituem a ordem comunitária. O pertencimento orgânico das profissões ao organograma das dignidades, que é também o dos poderes (CASTEL, 1998, p 174).

Os minúsculos “privilégios” dado pela especialização tornou-se essenciais para se constituir e legitimar as “profissões”. Nota-se o caráter coercitivo desse sistema que é partilhado por todos que se beneficiam. Porém, a maior parte dos trabalhadores pertence ao chamado “sistema de obrigações”.

Sem pretender propor um panorama exaustivo da sociedade salarial, deve-se marcar o lugar de um ultimo bloco que será chamado de periférico e residual. A relativa integração da maioria dos trabalhadores, traduzida, dentre outros, pelo salário mensal, cava uma distância em relação a uma força de trabalho que, em vista desse fato, é marginalizada: trata-se das ocupações instáveis, sazonais, intermitente (CASTEL, 1998, p 475).

Na citação, o autor francês argumenta sobre a polarização causada pela reestruturação produtiva e considera alguns problemas

acerca da precarização no âmbito do trabalho na contemporaneidade, fazendo referência a três aspectos: A primeira é a desestabilização dos estáveis, trazendo insegurança à estrutura social das famílias. A segunda é a instalação da precariedade do trabalho, traçando contornos incertos e aumentando o grupo dos assalariados. A terceira ordem é a precarização do emprego, conseqüentemente, aumentando o desemprego.

Sobre flexibilização do trabalho, Druck (2002) explica que o crescimento do mesmo, ocorreu com o aumento gradativo da hegemonia do capital financeiro no desenvolvimento do capitalismo. No Brasil, aconteceu posterior a implantação de alguns padrões de organização de gestão do trabalho, como o toyotismo e sua reestruturação produtiva, além das políticas neoliberais dos anos 1990.

[...] Com o regime de acumulação – e pelo surgimento de um regime de acumulação flexível, cujo desenvolvimento não tem implicado a superação ou substituição do fordismo por outra forma de regulação, à medida que combina as novas tecnologias e formas organizacionais flexíveis com padrões tipicamente fordistas. Essa transição, que tem na flexibilização da produção e do trabalho as mudanças mais visíveis, só pode ser explicada por outro fenômeno, qual será “... o florescimento e transformação extraordinária dos mercados financeiros”, com gradativa hegemonia do capital financeiro no desenvolvimento do capitalismo, na atual conjuntura (DRUCK, 2002 p. 12).

A flexibilização acontece posterior a precarização do emprego, trazendo insegurança aos trabalhadores formais estáveis.

Druck (2002) reitera, explicando que a precarização ocorre por conta da subcontratação do mercado de trabalho, aumentando a participação dos terceirizados, através de empregos temporários, do aumento de atividades autônomas, da informalidade e das cooperativas. Para a autora, essas formas de trabalho assalariado viraram prática flexível no mercado de trabalho brasileiro.

3. EDUCAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO

A mudança da estrutura produtiva atingiu toda a classe trabalhadora. Na educação não foi diferente. A história da educação mostra a importância dada pela revolução industrial à educação, assim como o Estado, que também trata a educação como mero aparelho ideológico de regulação.

[...] a estatização da educação é iniciada no século XVII e vai se tornar mais marcante a partir da revolução Industrial no século XVIII, mais é no século XIX que a escola se afirma como instituição do Estado. Podemos afirmar que a instrução torna-se uma obrigação e dever do Estado, e direito a educação nasce dentro de um ideal liberal de educação, que tem como lema a liberdade, o progresso, o que justifica para tal uma camada da população minimamente instrumentalizada para servir naquele momento aos interesses do capitalismo (REIS, 2011 p. 3).

Nesse sentido, a educação aparece como instrumento do capitalismo que, conseqüentemente, influencia do modelo de gestão econômica. As escolas e a educação transformam-se em uma instituição que tem gestão administrativa verticalizada, sem

autonomia. Um sistema que, grosso modo, funciona como uma empresa, e necessita de adequações em seu modelo de gestão, obedecendo aos mesmos princípios gerenciais e burocráticos. Daí tem início à forma de fragmentação do trabalho dentro das organizações educacionais.

Ao direcionarmos nossa análise sobre as condições de trabalho docente, não podemos desconsiderar as análises de Marx (1996), sobre o trabalho na perspectiva mais abrangente. O trabalho é um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si e o objeto de trabalho e que serve como norteador de sua atividade profissional. O trabalho implica uma relação, que vai além da manutenção das bases materiais humanas. Porém, com a adoção da reestruturação produtiva, surge o “estranhamento do trabalho” docente, pois ocorre uma fragmentação do trabalho, aumentando a intensidade da precarização, onde professor é um mero elemento do sistema burocrático de mercado.

Em meio todas essas concepções ampliadas de trabalho, hoje podemos considerar que o trabalho docente vem sofrendo, de acordo com Antunes (2000), profundas transformações que ocorrem na lógica do mundo do trabalho na sociedade capitalista. Diante da lógica das modificações no mundo do trabalho, verificamos a existência de um processo de intensificação da precarização do trabalho docente, com o aumento da contratação de professores temporários nas escolas públicas.

4. OS TEMPORÁRIOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS BAIANAS

Entender o papel do trabalhador docente e as transformações ocorridas com o modelo de acumulação flexível é de suma importância para nosso trabalho. Inicialmente, devemos observar a metamorfose ocorrida no mundo do trabalho, a gestão escolar e a concepção de organização educativa que foi assumida pela instituição escolar, e entender como a atividade docente foi se estruturando, posteriormente, devemos identificar as relações estabelecidas entre o trabalho docente e a organização escolar, observando o pensamento que busca introduzir na escola nos mesmos princípios gerenciais e burocráticos da empresa privada. A partir daí pode-se analisar as forma de fragmentação do trabalho dentro das organizações educativas (REIS, 2011).

Durante o período de estágio supervisionado numa escola pública de ensino médio/técnico do estado da Bahia, observei a estrutura de gestão escolar, identificando as formas de precarização dentro da Instituição. Mantive contato com alguns professores temporários e observei o aumento dos contratos temporários nas escolas da rede pública de ensino, é intrigante observar o quanto é comum a figura do docente temporário no cotidiano escolar, exprimindo assim a precária condição de trabalho que tais profissionais estão submetidos.

Com as análises da bibliografia sobre a temática, identifiquei a precarização do trabalho docente e observei como estão subdivididos os professores temporários das escolas públicas baianas. São dois

grupos. O **PST** - Prestação de Serviço Temporário: são professores contratados, sem passar por qualquer tipo de seleção pública, aparentemente, a contratação tem características política personalista. O segundo grupo é o **REDA** - Regime Especial de Direito Administrativo: assim como o primeiro, é uma contratação temporária de professores em caráter emergencial, porém, respaldada por seleção pública, nesses casos a precarização do trabalho é causada pela subcontratação de professores efetivos.

Segundo Antunes (2011), os docentes temporários da educação básica estão incluídos na categoria dos **trabalhadores informais assalariados sem registro**, trata-se dos trabalhadores sem a proteção da legislação trabalhista, uma vez que perderam a condição de contratados, passado da condição de assalariados com carteira assinada para a de assalariados sem carteira assinada. É o professor com contrato temporário, porém, sem a garantia de direitos iguais aos dos trabalhadores efetivos.

O IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada divulgou o resultado de uma pesquisa alarmante sobre a terceirização do trabalho docente nas escolas brasileiras:

Um quarto dos docentes que dão aulas em escolas de educação básica mantém contratos temporários com o poder público ou são terceirizados. São mais de 450 mil professores de um total de 1,8 milhão de profissionais que lecionam em unidades públicas. Quando analisado apenas o ensino médio das redes estaduais brasileiras, os temporários representam 30% do total de professores. Em algumas disciplinas, como química e física, eles preenchem 40% das funções docentes (<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao> acesso em 18/05/2014).

Observa-se tentativas de explicar o espantoso número de 30% dos professores do ensino médio serem temporários:

[...] existem duas principais razões para as redes de ensino terem tantos professores temporários. Uma delas é a baixa atratividade da carreira docente: falta professores interessados em ir para as salas de aula. Além disso, esses números são resultado de uma falha administrativa grave dos governos que não planejam adequadamente a realização de concursos públicos [...] (<http://www.ipea.gov.br/portal> acesso em 19/09/2014).

Os professores efetivos já convivem com a realidade de baixos salários e violência escolar, a situação dos temporários é ainda pior, pois além de sofrerem com os mesmos problemas enfrentados pelos docentes formalizados, ainda sofrem com a precarização. Esse retrato das escolas brasileiras que pode ser observado detalhadamente nas escolas baianas, onde existem os dois modelos de trabalho temporários citados anteriormente.

O chamado professor-**PST** tem uma relação muito particular com o trabalho, esses profissionais ganham menos que o funcionário efetivo e por muitas vezes, tem jornada superior, pois não goza do AC - Atividade Complementar², que se constitui como um espaço/tempo inerente ao trabalho pedagógico do professor, destinado ao planejamento e organização de suas atividades didática, além de sofrerem constantemente com atrasos nos salários. Durante

²Orientações sobre a Atividades Complementares - AC. Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/>

o período de observação, vários professores temporários relataram atrasos de salários, alguns até rescindiram o contrato de trabalho.

[...] a precarização dos contratos de trabalho na rede pública é considerado o "problema mais proeminente" do sistema educacional brasileiro. Os professores que não são efetivos chegam a receber menos, possuem pouca segurança jurídica como empregado, devem se desvincular das redes em determinado momento e não têm direitos, como por exemplo, à assistência médica, concedida aos servidores efetivos (http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao acesso em 18/05/2014).

Em entrevista para o jornal A TARDE online em 2009, a promotora de justiça do Ministério Público baiano, Rita Tourinho disse: “O **PST** é uma figura que não existe, já que não prevê um contrato de trabalho. A pessoa simplesmente trabalha e no final do mês recebe o salário no banco. Isso é ilegal”. Essa declaração mostra o quanto é complexa a problemática.

No caso do **REDA**, existe o decreto nº 11.571 de 03 de junho de 2009³, que prevê seleção pública através de provas, estabelecendo entre o estado e o contratado um regime de contratação temporária. Esse decreto abriu precedentes perigosos contra a luta sindical que historicamente buscou aumento da contratação de professores efetivos da educação básica, pois contribuiu para o aumento da subcontratação de professores.

³BAHIA. Decreto nº 11.571 de 03 de Junho de 2009. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/>

O profissional do **REDA** goza de alguns benefícios do professor efetivo, porém sofre com a insegurança da instabilidade do emprego, além de ao término do contrato não ter direito a alguns benefícios oferecidos pela previdência social. Assim o governo acaba usando a prerrogativa legal para fugir de responsabilidades trabalhistas como o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Podemos considerar que assim como o trabalho em geral, também o trabalho docente tem sofrido relativa precarização nos aspectos concernentes as relações de emprego. O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, ao número correspondente aos trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de estado tem tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público (OLIVEIRA, 2004 apud REIS, 2011 p. 11).

As situações descritas tornam a profissão docente ainda menos atrativa para o bom professor, isso reflete no momento em que os sistemas educacionais demandam trabalhadores com níveis mais altos de formação, impactando assim na qualidade do ensino público.

Portanto, a precarização do trabalho docente gera vários problemas tanto na situação socioeconômica dos professores, quanto na qualidade do ensino público baiano. Além de ser, segundo Antunes (2000), uma prática de caráter destrutivo para o sistema educacional e para as relações sociais de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto fez a exposição de alguns elementos que compõe o mundo do trabalho à realidade do trabalho docente. Observando as transformações ocorridas nas relações sociais de trabalho. O estudo sobre a precarização do trabalho tem interligação com a reestruturação produtiva de gestão econômica. Vários pensadores da atualidade tem se debruçado sobre essa temática que vem assolando a vida dos trabalhadores brasileiros. O tema em questão é subdividia em varias faces de estudos. Nesse artigo foi abordado como tema central a precarização do trabalho docente na educação básica da Bahia.

A observação do cotidiano escolar, no período do estágio supervisionado, nos permitiu analisar algumas variáveis do conjunto das relações estabelecidas no ambiente escolar. A relação social do trabalho docente sofreu influencia da implantação de alguns padrões de organização de gestão do trabalho com a interferência da reestruturação produtiva no cotidiano do trabalho docente que, por sua vez, impulsionou no novo modelo de organização escolar.

No contexto do ambiente escolar, a precarização do trabalho se consolidou com a redução da contratação de professores efetivos e foi substituída pela contratação de trabalhadores temporários da educação. Um sistema capaz de modificar o cotidiano das escolas baianas. A adoção dos trabalhadores temporários na educação trouxe consigo a redução da qualidade do ensino público, além de desestabilizar muitos profissionais da educação por conta da

subcontratação de professores, reduzindo a atratividade de novos profissionais com intuito de seguir carreira docente.

Do ponto de vista docente, o problema da precarização está posto como grande vilão, por ser modelo de gestão da educação adotado pelo governo do Estado da Bahia, portanto, o mundo do trabalho repercute sua reestruturação produtiva na vida do profissional docente, na medida em que o futuro da educação passa pela qualidade do ensino, o qual só é possível se o professor gozar de qualidade e condições minimamente adequadas de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Os modos de ser da informalidade:** rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. *Serv. Soc. Soc.* [online]. São Paulo: 2011, n.107. p. 405-419. ISSN 0101-6628

_____. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal.** *CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales:* 2000. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf> acessado em 07/05/2014.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

DRUCK, Graça. **Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho.** Caderno CRH, Salvador: jul./dez. 2002. p.11-22.

HARVEY, David. **A transformação política – econômica do capitalismo do final do século XX.** In. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 8ª ed. São Paulo: Loyola 1998. p. 115 – 184.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **IG (SP): 1 em cada 4 professores de escolas públicas brasileiras é temporário, diz Ipea.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal>> acesso em: 19/09/2014.

LIRA, Davi. **1 em cada 4 professores de escolas públicas brasileiras é temporário, diz Ipea.** Último Segundo IG: 15/05/2014. Disponível em: <ultimosegundo.ig.com.br/educacao> acesso em: 18/05/2014.

MARX, Karl. **O capital.** Volume I - Livro I. Coleção Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PITTA, Paula. **MP afirma que educação na Bahia está "completamente irregular".** A TARDE online: 25/07/2009. Disponível em: <atarde.uol.com.br> acesso em: 19/06/2014.

REIS, Maria Izabel Alves dos. **As transformações no mundo do trabalho e as repercussões na escola e no trabalho docente.** V Encontro brasileiro de educação e marxismo. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC: 2011. Disponível em: <www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/> acesso em 18/05/2014

CONSTRUÇÃO SOCIAL DO RISCO E DO DESASTRE: O CASO DAS VOÇOROCAS DE SÃO JOÃO DEL-REI, MINAS GERAIS

Maria Estela Ferreira¹

Myrlene Pereira dos Santos²

Eder Jurandir Carneiro³

Resumo: O artigo reflete sobre duas “situações de risco” de desabamento de encosta provocadas pelo avanço de voçorocas localizadas no bairro São Dimas, em São João del-Rei, Minas Gerais. Utiliza-se de extenso conjunto de pesquisas empíricas sobre a formação de bairros sanjoanenses de baixa renda desenvolvidas pelo NINJA/UFSJ, que deram origem a um inédito banco de dados e informações. Também foram utilizadas observações de campo e relatórios de atividades do programa de extensão *Cidadania e justiça ambiental* realizados no ano de 2013. A análise explicita as dinâmicas, desigualdades, conflitos e atores envolvidos na construção sócio-histórica dessas “situações de risco”, com vistas à desconstrução sociológica da noção hegemônica de “desastres naturais”.

¹ Aluna do curso Ciências Biológicas e bolsista de extensão do Núcleo de Investigação em Justiça Ambiental – NINJA - da Universidade Federal de São João Del Rei; Bolsista de extensão PIBEX- UFSJ; e-mail: mariaestelabiologia@gmail.com.

² Aluna do curso Psicologia e bolsista de extensão do Núcleo de Investigação em Justiça Ambiental – NINJA - da Universidade Federal de São João Del Rei; Bolsista de extensão PIBEX- UFSJ; e-mail: myrleneps@yahoo.com.br.

³ Professor doutor do Departamento de Ciências Sociais – DECIS – e coordenador do Núcleo de Investigação em Justiça Ambiental – NINJA - da Universidade Federal de São João Del Rei e-mail: Eder@ufs.edu.br.

Palavras-chave: risco ambiental; desigualdades ambientais; São João del-Rei; bairro São Dimas.

I- Introdução

Expressões como “área de risco”, “risco de desabamento” e “situação de risco” aparecem com frequência em reportagens jornalísticas, no discurso de governantes, integrantes da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros ou ainda em artigos científicos. Geralmente, nesses casos, considera-se como de “risco” uma situação em que há alta probabilidade de ocorrência iminente de “desastres naturais” que possam afetar a integridade física de pessoas. Eles seriam provocados por fenômenos naturais, tais como, uma precipitação “excessiva” de chuvas, o deslizamento de uma encosta, a cheia de um rio, etc. Diretores de agências públicas encarregadas da prevenção desses “desastres” e da mitigação de seus efeitos veiculam, por meio da imprensa, alertas à população para que não construa em “áreas de risco”; àqueles que já se encontram nessa situação, recomenda-se que abandonem suas casas, pelo menos temporariamente, para “salvar o mais importante, que são suas vidas”. Quando ocorre um desses “desastres naturais”, com perdas humanas e/ou materiais, ouvimos desses diretores que a população foi devidamente alertada, mas, inexplicavelmente, deixou de atender aos reiterados apelos das “autoridades”, sendo, por isso, atingida pela “fatalidade”. Vemos, então, pela TV, a ação de voluntários e o desespero dos atingidos. Vemos ainda, a atuação da Defesa Civil e

de esferas do poder público, como prefeitura e secretarias, por exemplo, que consiste em prestar socorro médico a feridos, localizar eventuais desaparecidos, alojar os desabrigados em galpões, em condições precárias de higiene e privacidade etc. Com o tempo, o “desastre natural” deixa os noticiários e a vida volta ao “normal”, até o próximo “desastre”.

Do ponto de uma sociologia crítica das desigualdades ambientais, entretanto, tais situações nada têm de “natural”⁴. Decerto, deslizamentos de encostas ou precipitações de chuva obedecem, em parte, a certas leis do mundo natural, cuja ação independe das atividades humanas. Contudo, a gênese, intensidade, localização e consequências sociais e ambientais podem decorrer, em grande medida, de processos sócio-históricos e de ações e omissões de indivíduos e grupos sociais. Assim, não é ocasional que os atingidos pelos desastres sejam, quase sempre, indivíduos pertencentes aos estratos mais pobres da população⁵.

Compete, pois, à análise sociológica desnaturalizar esses processos e discursos, desvendando os mecanismos, atores, percepções e relações de poder que operam a construção social das situações nomeadas pelo senso comum como “desastres naturais”. Tal é a natureza do exercício a que nos propomos no presente artigo,

⁴ Há um extenso conjunto de trabalhos sociológicos voltados à desconstrução crítica de noções como as de “risco”, “área de risco”, “desastres” etc. Para uma primeira aproximação a esses trabalhos, veja-se a importante coletânea organizada por Valencio et al (2009).

⁵ Para uma discussão fundamentada sobre as relações entre desigualdades sócio-econômicas e desigualdades sociais, veja-se, entre outros, Acsehrad, Mello e Bezerra (2009)

ao examinarmos situações em que moradores do bairro São Dimas, localizado na cidade mineira de São João del-Rei, tiveram e têm suas casas ameaçadas de desabamento pelo avanço de voçorocas. Os dados e informações empíricas que fundamentam a análise que se segue foram gerados pelas ações do programa de extensão *Cidadania e justiça ambiental*, realizadas no bairro São Dimas, entre os anos de 2004 e 2013. O programa de extensão desenvolve-se no âmbito do Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA), grupo de pesquisa, extensão e ensino registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq⁶ e vinculado ao Departamento de Ciências Sociais (DECIS) da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). O programa tem contado com bolsas de extensão e apoio financeiro da Pró-Reitoria de Extensão da UFSJ.

II- Metodologia

Grande parte das análises presentes nesse artigo baseia-se num extenso conjunto de pesquisas empíricas sobre a formação de bairros sanjoanenses de baixa renda desenvolvido, nos últimos dez anos, no âmbito do NINJA/UFSJ. Nessas pesquisas, foram aplicados *surveys* domiciliares em centenas de residências e realizadas dezenas de entrevistas com moradores, permitindo formar um notável e inédito banco de dados e informações sobre as condições sócio-econômicas e ambientais de oito bairros periféricos de São João Del-

⁶ Link onde se localiza os registros do grupo Np CNPq (<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=4089702HS29JV4>)

Rei, assim como sobre a trajetória de migração de seus moradores, sobre as formas de acesso à terra e de construção das moradias, sobre os processos e conflitos implicados na implementação de equipamentos de infra-estrutura e de serviços públicos etc.

Para a elaboração do presente trabalho, também lançamos mão de observações de campo e relatórios de atividades do programa de extensão *Cidadania e justiça ambiental* realizadas no ano de 2013.

III- Desenvolvimento (resultados e discussão)

III.1- Duas cenas de “desastres naturais” iminentes

Apresentamos agora duas situações, ocorridas no bairro São Dimas, em que residências de moradores estiveram ou estão seriamente ameaçadas de desabamento. Em ambas as situações, o senso comum entende que as causas da situação de risco e de eventuais desastres são as voçorocas, concebidas como fenômenos puramente naturais, a imprevidência de quem constrói residências e mora em áreas urbanas em que os solos são sabidamente propensos à formação de voçorocas e a fragilidade da ação fiscalizadora do poder público, que permite a ocupação residencial nessas áreas. A ação das chuvas que, durante o verão, quando se tornam mais intensas e continuadas, contribuem para acelerar processos de desmoronamento das bordas das voçorocas é apontada como mais um dos motivos.

O bairro São Dimas, localizado na região nordeste da área urbana de São João Del-Rei, é circundado por uma extensa área de ocorrência de grandes voçorocas, demarcada pelo polígono azul da

Foto 1. Na Foto 2, vê-se que há interseções entre as áreas do bairro São Dimas (polígono cor-de-rosa), do *campus* Dom Bosco da UFSJ (polígono amarelo) e as voçorocas (polígono azul).

A primeira das duas situações de risco de desastre iminente veio a público em 2004, ano em que teve início o programa de extensão *Cidadania e justiça ambiental*. Essa situação pode ser visualizada na Foto 3. Como se pode ver, quatro casas, inseridas no polígono vermelho, localizam-se à beira das voçorocas (delimitadas pela linha azul), na divisa com o terreno do *campus* Dom Bosco da UFSJ (linha amarela). Essa situação foi parcialmente resolvida pela contenção dos pontos críticos da encosta, realizada pelo projeto Maria de Barro, em parceria com o programa de extensão *Cidadania e justiça ambiental* e a Associação dos Moradores do Bairro São Dimas. A segunda situação, vista na Foto 4, se configurou a partir do início de 2012, onde casas foram ameaçadas de desabamento localizadas nas ruas Afonso Santana e Bárbara Heliadora (polígonos verdes). São, ao todo, 19 casas, nas quais residem 83 pessoas e circundam uma área de voçorocas (polígono azul). Pode-se ainda observar a localização dessa situação de risco em relação à situação anteriormente mencionada (polígono vermelho). De janeiro de 2012 até março de 2014, os moradores não conseguiram obter ações concretas de parte do poder público, apesar de terem sido realizadas algumas reuniões entre moradores e representantes da prefeitura.

A delimitação da área em que se localizam as casas que estão sob ameaça de eventual escorregamento da encosta foi feita

Foto 2 – Bairro São Dimas, *campus* da UFSJ e área de voçorocas circundante



Fonte: <https://maps.google.com.br>

Foto 3 – Casas ameaçadas de desabamento na travessa Afonso Santana e na Rua Afonso Santana



Fonte: <https://maps.google.com.br>

Foto 4 – Casas ameaçadas por afundamento da Rua Afonso Santana



Fonte: Foto feita por alunos da disciplina “Estúdio Intermediário Ocupação em encostas”, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSJ, ministrada pela Professora Daniela Abritta Cota.

III.2- Desnaturalizando a naturalidade dos “desastres naturais”

Para compreender o processo sócio-histórico de construção das situações de risco acima apresentadas, de início, seria preciso perceber as dinâmicas sócio-espaciais que, no Brasil, compelem famílias de baixa renda a habitar, nas áreas urbanas, regiões geotecnicaamente inseguras, localizadas próximas a encostas deslizantes, em várzeas inundáveis, distantes dos equipamentos e serviços de infraestrutura urbana etc. Como salienta Maricato (2002: 122, 125, 140 e 163), é parte orgânica de nosso padrão de urbanização

“a gigantesca ocupação ilegal do solo urbano... ignorada na representação da ‘cidade oficial’ (...) a cidade que se desenvolveu ao largo das leis e dos planos (...) [a] não cidade (...) as periferias extensas que, além das casas autoconstruídas, contam apenas com o transporte precário, a luz e a água (esta não tem abrangência universal) (...) [assentadas em] (...) áreas ambientalmente frágeis – beira de córregos, rios, reservatórios, encostas íngremes, mangues, áreas alagáveis, fundos de vale – que (...) não interessam ao mercado legal, são as que ‘sobram’ para a moradia de grande parte da população”.

Numa sociedade gravada por fortíssima desigualdade social, estruturalmente marcada por níveis extremos de concentração da propriedade fundiária, rural e urbana (Maricato, 2011: 185 ss.), a construção das “cidades duais” é, simultaneamente, condição e resultado de nossa “modernização recuperadora” e de seu colapso, seguido do período neoliberal e “neodesenvolvimentista”. Com efeito, nosso desenvolvimento capitalista subordinado e tardio, estatalmente conduzido e induzido, baseado na intensa e extensa espoliação da força de trabalho e das condições naturais e territórios de camponeses, comunidades e povos tradicionais se faz acompanhar por um gigantesco e vertiginosamente rápido processo de urbanização. Nesse processo, a concentração da propriedade fundiária e o arrocho dos salários promovem a exclusão de enormes contingentes de pessoas do acesso à moradia e à terra urbanas pelos mecanismos do mercado e, simultaneamente, facultam ao capital financeiro-imobiliário lucros extraordinários, em larga medida baseados no monopólio de terras urbanas “valorizadas” pelos investimentos públicos em infraestrutura e nas operações de

adequação do espaço urbano ao capitalismo automobilístico, quase sempre mediados pelas “facilitações” oferecidas pelos governantes dos diversos níveis do Estado, eles mesmos eleitos em campanhas financiadas pelos agentes do capital financeiro-imobiliário e da construção civil.

Essa dinâmica de construção das cidades duais brasileiras encontra especificidades em São João Del-Rei. “Cabeça” da Comarca do Rio das Mortes, São João Del-Rei se tornou, ao longo do século XIX, um próspero centro comercial atacadista e financeiro. Nas últimas décadas do século XIX, com o declínio da atividade das fazendas produtoras de gêneros agropecuários de abastecimento, a elite mercantil-financeira local investe parte de seu capital em iniciativas que visavam à melhoria das condições de transporte e à instalação de indústrias dos setores têxtil e alimentício (GRAÇA FILHO, 2002: 47). A exemplo do que ocorria na Zona da Mata, São João del-Rei viveu um significativo processo de industrialização que se prolongou até a passagem da década de 1950 à de 1960, e se assentava em “setores tradicionais”, ligados às atividades de fiação, produção de têxteis, móveis, bebidas, calçados, artefatos de couro, laticínios, sabão etc. (GAIO SOBRINHO, 1997).

O período recessivo da economia brasileira do início dos anos 1960 marca o princípio de uma crise generalizada da industrialização sanjoanense, embora já se verificasse no estado, há algumas décadas, um declínio relativo das “indústrias tradicionais” (DINIZ, 1981: 143), acompanhado por um desenvolvimento contínuo dos empreendimentos ligados ao setor sidero-metalúrgico.

Em certa medida, o declínio da industrialização sanjoanense reflete uma tendência mais geral da economia brasileira no período. Assim, entre 1949 e 1980, a participação proporcional dos chamados setores tradicionais no valor agregado da indústria nacional caiu de 65,5% para apenas 37%, enquanto a contribuição dos novos setores (concentrados na produção de bens intermediários) subiu de 34,5% para 63% (NOVY, 2002: 120), caracterizando uma completa inversão.

Com a retomada do crescimento da economia brasileira, após 1967, novas elites econômicas e políticas mineiras (DULCI, 1999) puderam, enfim, concluir seu projeto de construir, no centro do Estado, mediante a atração de capitais forâneos, um consistente parque industrial centrado nas grandes indústrias de bens intermediários, com ênfase na mineração e na siderurgia, valendo-se das enormes reservas minerais da região⁷. A recessão econômica dos primeiros anos da década de 1960 e, na sequência, o deslocamento efetivo do eixo da industrialização em Minas para a região central do estado e para os “setores não tradicionais” aceleraram a desindustrialização sanjoanense tornando a mesorregião do Campo das Vertentes uma área de declínio econômico. Consequentemente, a partir da década de 1970, São João del-Rei, na qualidade de cidade-pólo de uma mesorregião economicamente deprimida, passa a atrair contingentes de emigrantes da zona rural e da área urbana de pequenos municípios próximos, ensejando a constituição e contínua

⁸ Para uma síntese dos processos de gênese, desenvolvimento e colapso da “nova industrialização” mineira, veja-se Carneiro (2003, cap. 3).

ampliação de novas periferias⁸. Essas novas periferias, localizadas em regiões mais afastadas do chamado Centro Histórico, caracterizam-se, sobretudo, pela presença de situações de risco/contaminação e pela ausência/precariedade de serviços básicos de infraestrutura urbana.

Se os fundos para investimento em políticas públicas da cidade de São João Del-Rei já se mostravam escassos – devido à decadência econômica do município -, o quadro se agrava ainda mais a partir dos anos 1980, quando o colapso dos intentos de “modernização recuperadora” mergulha o país num processo de “desindustrialização endividada” (ALTVATER, 1995), abrindo-se um período em que a adoção de políticas neoliberais exige, entre outras coisas, a produção de superávits fiscais e a redução dos “gastos públicos”. Em consequência, acelera-se o processo de povoamento das novas periferias sanjoanenses⁹, o que faz com que

⁹ Os dados dos *surveys* aplicados por pesquisadores do NINJA/UFSJ mostram que cerca de 30% das famílias que deram início ao povoamento do bairro São Dimas vieram diretamente zona rural de São João del-Rei ou das zonas rural ou urbana de municípios próximos.

¹⁰ O processo que, a partir dos anos 1980, mais fortemente contribuiu para o crescimento acelerado das novas periferias foi, sem dúvida, a valorização dos terrenos e dos aluguéis mais próximos ao Centro, que provocou a expulsão das famílias de baixa renda que ocupavam essas áreas. Com efeito, cerca de 50% das famílias que chegaram ao bairro São Dimas nos últimos 20 anos são originárias de outros bairros da cidade. E cerca de 40% dos chefes dessas famílias declaram que se mudaram para o local porque não podiam mais sustentar os custos de moradia em outros bairros. Outros 27% disseram que, além do encarecimento geral dos aluguéis, foram pressionados pela ampliação da família, que exigia sua transferência para imóveis maiores, cujos aluguéis são obviamente mais caros. De uma maneira geral, os dados evidenciam, para o período posterior a meados da

as condições de infraestrutura urbana dessas áreas tendam a se tornem cada vez mais precárias¹⁰.

O início da formação das voçorocas que circundam o bairro São Dimas remonta, provavelmente, ao século XIX, relacionando-se, talvez, à atividade mineradora, à abertura de estradas carroçáveis, à retirada da cobertura vegetal dos solos para a agricultura etc. Contudo, o processo tem se agravado e acelerado ao longo das últimas décadas, principalmente em decorrência dos impactos trazidos pela formação de loteamentos no entorno, sempre desprovidos de equipamentos de infraestrutura urbana e geralmente vendidos, a baixo preço, para os estratos mais pobres da população. Sem redes públicas de coleta, as águas pluviais, o esgoto e o lixo desses loteamentos são despejados diretamente na voçoroca, o que em muito colabora para o fortalecimento dos processos erosivos. Em consequência, áreas do bairro São Dimas que, quando começaram a ser ocupadas por habitações, estavam distantes das voçorocas passam a ser por elas ameaçadas. O próprio poder público permite que as voçorocas prossigam seu curso de expansão, na medida em que, por inação, faculta aos proprietários dos terrenos em que se situa a voçoroca apenas preservá-los em sua propriedade - para fins especulativos, no caso dos empresários do setor imobiliário, ou como

década de 1980, uma forte aceleração do ritmo de crescimento da ocupação residencial no bairro São Dimas, onde o ritmo de ocupação residencial mais que triplicou após 1986, período em que foram construídas nada menos que 101 casas (ou cerca de 67% das residências que o bairro possuía em 2004).

área de expansão futura, no caso da própria UFSJ, proprietária de uma parte do terreno por onde avança a voçoroca -, desobrigando-os de executar os trabalhos necessários para a contenção do processo erosivo (esse tipo de uso do território se faz invisível para o senso comum, aparecendo como não-uso).

Nas situações de risco presentes na comunidade, a ação do Estado praticamente limitou-se a, por meio da Defesa Civil do município, repetir o inócuo ritual de lavrar laudos de risco e aconselhar a desocupação dos imóveis. O caráter meramente retórico da exortação à desocupação dos imóveis em risco fica claro quando considerada do ponto de vista dos atingidos. Para eles, desocupar implica livrar-se de um risco para assumir diversos outros, que não são vistos ou nem mesmo hipoteticamente considerados da ótica hegemônica dos peritos da Defesa Civil¹¹.

IV- Conclusão

Os homens constroem seus territórios, mas não o fazem em condições de sua escolha. Os próprios homens se constroem à

¹¹ Como revela o pai da família, em entrevista: “(...) [a] Defesa Civil vinha e falava que a gente tinha que sair daqui, mas a gente tinha que sair por conta própria. Igual, da última vez que eu resolvi sair, eu só tomei prejuízo: me roubaram as instalações da casa toda, me arrombaram a casa, arrancaram as torneiras, e eu pagando 255 reais de aluguel na Colônia [do Marçal, bairro de São João del-Rei distante do Centro]! Eu tinha que trabalhar dia e noite por que meu salário não dá para manter, ainda mais pagando aluguel e 70 reais de luz!”

medida que constroem seus territórios. A dinâmica de construção dos territórios urbanos de classes populares, com a constituição de situações de “risco ambiental” orienta-se pelos desenvolvimentos mais abrangentes da acumulação de capital em Minas Gerais e, mais especificamente, pela operação do mercado fundiário e imobiliário sanjoanense, processo reiterado pelas ações e omissões seletivas do poder público. Outro aspecto relevante é a construção simbólica do que há de natural e o que econômica, política e socialmente construído na ocorrência dos desastres, que culmina por naturalizar os processos que resultam em desastres a partir do discurso.

Contrariando tais mecanismos, os habitantes dos bairros periféricos têm que empreender práticas, ações e estratégias, individuais, familiares e coletivas, que marcam a longa, lenta e sempre inconclusa trajetória de construção das condições de urbanização e de segurança dos territórios e, ao mesmo, tempo, ensejam a formação de laços de solidariedade e de uma territorialidade peculiar, caracterizada pela representação do território como um “lugar identitário”. A desnaturalização da atual conformação dos territórios de classes populares sanjoanenses requer a reconstrução analítica dos processos e conflitos ambientais por meio dos quais esses territórios ganharam suas características presentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri, MELLO Cecília A. M. e BEZERRA, Gustavo N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

CARNEIRO, Eder J. **Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais**. 2003. 449 f. (Tese de doutorado em Sociologia e Política). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

CARNEIRO, Eder J. **Conflitos ambientais e a construção de territórios urbanos em São João del-Rei – MG**. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife (PE), 29 de maio a 1º de junho, 2007.

CARNEIRO, Eder J. e CANDIDO, Luiz F. M., **Notas sobre uma experiência de extensão universitária: justiça ambiental e a comunidade do bairro São Dimas (São João del-Rei/MG)**. Anais do III Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Florianópolis, 23 a 25 de outubro, 2007.

DINIZ, Clélio Campolina, **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**, Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

DULCI, O. S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

GAIO SOBRINHO, Antônio. **História do comércio em São João del-Rei**, São João del-Rei: ed. Indep. (1997).

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)**, São Paulo: Annablume, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**, Petrópolis: Vozes, 2002.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**, Petrópolis: Vozes, 2011.

NOVY, Andreas. **A des-ordem na periferia: 500 anos de espaço e poder no Brasil**, Petrópolis: Vozes, 2002.

VALENCIO, Norma et al. **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009.